



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

Saete Gonçalves

**TURISMO EM JOGO: A DINÂMICA DA RETERRITORIALIZAÇÃO EM
TIBAU DO SUL/RN**

NATAL
2010

Salete Gonçalves

**TURISMO EM JOGO: A DINÂMICA DA RETERRITORIALIZAÇÃO EM
TIBAU DO SUL/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Pontes da Fonseca

NATAL

2010

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Gonçalves, Salete.

Turismo em jogo: a dinâmica da reterritorialização em Tibau do Sul/RN /
Salete Gonçalves. - Natal, RN, 2010.

155 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande
do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em
Turismo.

1. Turismo - Dissertação. 2. Territorialização - Dissertação. 3. Aspectos
econômicos - Dissertação. 4. Espaço turístico - Dissertação. 5. Tibau do Sul -
RN - Dissertação. I. Fonseca, Maria Aparecida Pontes da. II. Universidade
Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.486(043.3)

Salete Gonçalves

**TURISMO EM JOGO: A DINÂMICA DA RETERRITORIALIZAÇÃO EM
TIBAU DO SUL/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Natal/RN, 28 de maio de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Pontes da Fonseca – UFRN
Orientadora

Prof^º. Dr^º. Francisco Fransualdo de Azevedo – UFRN
Examinador Interno

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Ariza da Cruz – USP
Examinadora Externa

Aos meus pais, Edinice Cosmo Gonçalves e a Benedito Gonçalves, que sempre acreditaram no meu potencial e incentivaram como muito amor a minha formação. Dedico.

AGRADECIMENTOS

É impossível chegar a esse momento sem reconhecer e agradecer àqueles que contribuíram na realização desse trabalho. A todos que participaram diretamente e indiretamente dessa construção, compartilhando momentos de alegrias, tristezas, aprendizagem, renúncias e esperança, minha sincera gratidão. Ensejo meus agradecimentos, em especial:

A minha família, pais, irmãos, cunhados e sobrinhas pelo apoio incondicional e por compreenderem minha ausência em festividades familiares e momentos de comunhão.

A minha orientadora, Professora Maria Aparecida Pontes da Fonseca, por ser uma educadora, traduzindo por Freire (2004, p.86) “o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento”, sendo assim, foi ela que, com sua paciência, dedicação e comprometimento, me fez devanear, questionar e repensar o meu objeto de estudo, sua participação foi fundamental para a realização desse trabalho, meu muito obrigada.

Aos meus amigos de todas as horas, Pricylla Lopes, Marcelo Taveira, Saulo Gomes, Ionara Cortez, Michel Jairo, Iluska Linhares, Clóvis Fernandes e Fernando Porfírio.

A Pamela Brandão, Tatiana Moritz, Ana Carolina Vilela e André Lacerda, mais do que colegas de turma, tenho certeza que serão amigos para uma vida inteira.

Aos meus companheiros de trabalho, Raymundo Gomes Vieira, Richard Araújo, Saulo Diniz, Gilsenberg Gurgel, Juliana Leão, Michele Guimarães, Maria Páscoa do Vale, Linaldo da Silva, Patrícia Amaral e Rosa Maria Lopes pelo apoio e carinho que se estendeu além do âmbito profissional.

Aos meus alunos e ex-alunos de graduação da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Faculdade Câmara Cascudo/Estácio de Sá, pela troca de conhecimento e confiança pelo meu trabalho, aprendi muito com cada um de vocês.

A Professora e colega de trabalho Adriana Costa pela adequação e revisão ortográfica, realizada minuciosamente na leitura dessa dissertação.

Ao Professor e também colega de trabalho Alínio Cunha, pela construção do *abstract*, obrigada.

Agradeço também ao professor Fransualdo por suas colocações em minha banca de qualificação e por tão prontamente ter aceito o convite em estar presente na minha defesa, trazendo suas valorosas observações.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Turismo, por suas contribuições e discussões que enriqueceram a minha formação acadêmica. Não poderia deixar de agradecer também, a nossa Secretária Juliane, sempre disposta a solucionar os nossos problemas.

Aos representantes do setor público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade local do município de Tibau do Sul, pois a concretização desse trabalho só foi possível com as suas preciosas informações.

E principalmente a Deus, meu Pai, Conselheiro e Consolador, que me deu forças para seguir mais essa etapa da minha vida, renovando minhas forças a cada manhã, para que eu pudesse concluir esse trabalho.

O jogo está fora desse domínio da moral, não é em si mesmo nem bom nem mau. (HUIZINGA, 2000)

RESUMO

O trabalho busca compreender o processo de reterritorialização desencadeado pelo desenvolvimento do turismo em Tibau do Sul/RN, observando suas implicações econômicas, socioculturais e políticas para a sociedade local. A atividade turística foi abordada enquanto fenômeno sociocultural, considerando-se o processo de (des) (re) territorialização e as relações de poder entre os agentes produtores do espaço turístico. Tendo em vista a complexidade dessa temática e a necessidade de aprofundar estudos que enfoquem os processos desencadeados pela reterritorialização turística no litoral nordestino, tendo em vista a ação dos agentes envolvidos na construção dos espaços produzidos pelo turismo, justifica-se o trabalho. Para tanto foi realizado um estudo exploratório e qualitativo, através de levantamento de dados secundários e primários, e a realização de entrevistas com as lideranças do poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade do município pesquisado. Nesse sentido, constatou-se que o processo de (des)(re)territorialização no município investigado, perpassa por contradições resultantes dos conflitos de poder existentes na localidade e embora traga implicações nas dimensões econômicas e socioculturais, seu cerne é verificado no âmbito político, na relação entre o empresariado – marcado predominantemente por *outsiders* que possuem negócios em Pipa – e o Poder Público local – integralmente composto por *insiders* que atuam na sede municipal, que até então, além de deter o poder político também detinham o poder econômico. Dessa forma, compreender a territorialização pelo turismo é analisar suas dimensões econômica, sociocultural e política; remetendo-se à complexidade das relações entre os agentes produtores do espaço. Acredita-se que a reterritorialização pode ser capaz de produzir territorialidades contextualizadas à cultura, à história, à economia e à política local, entendendo que a participação ativa dos nativos vai contribuir para um processo menos perverso, uma vez que essa tem sido uma das faces vividas pela população local.

Palavras-chave: (Des)(re)Territorialização. Turismo. Agentes produtores do espaço turístico. Relações de poder.

ABSTRACT

The work seeks to understand the process of reterritorialization triggered by tourism development in Tibau do Sul / RN, noting its economic, socio-cultural and political implications to the local society. Tourist activity was addressed as socio-cultural phenomenon, considering the case of (dis) (re) territorialization and power relations between staff producers of the tourism space. Given the complexity of this issue and the need for further studies that focus on the reterritorialization cases generated by tourism in the northeastern coast, given the action of the agents involved in the construction of the spaces generated by tourism, this work is then justified. For such a study an exploratory and qualitative study was conducted, through a survey of secondary and primary data, and interviews with leaders of public, private nonprofit community in the investigated county. In this sense, it was found that the process of (dis) (re) territorialization in the city investigated, permeates the contradictions resulting from the conflicts existing power while providing the location and implications for economic and sociocultural dimensions, its heart is found in the political, the relationship between entrepreneurship - established mainly by outsiders who own businesses in Pipa - and local government - composed entirely by insiders who work in the municipal headquarters, that until then, hold the political and the economic power. Thus, to understand the regionalization of tourism it is necessary to analyze its economic, socio-cultural and political dimensions, referring to the complexity of relationships between producing space agents. It is believed that the reterritorialization can be capable of producing territorialities contextualized to the culture, history, economy and local politics, understanding that the active participation of the natives will contribute to a less perverse, since this has been one of the faces experienced by local people.

Keywords: (Dis) (Re) Territorialization. Tourism. Staff producers of the tourism space. Power relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01 – Instituições/ Órgãos/ Entidades de Classe de Tibau do Sul investigados	22
QUADRO 02 – Níveis de análise.....	23
QUADRO 03 – Praias de Tibau do Sul.....	31
QUADRO 04 – Tendências da abordagem do território	48
QUADRO 05 – Agentes sociais produtores do turismo: lógica de apropriação dos espaços	59
QUADRO 06 – Representação das Instituições e órgãos de Tibau do Sul investigados	68
QUADRO 07 – Perfil dos líderes entrevistados	73
QUADRO 08 – Pontos positivos e negativos gerados pelo processo de reterritorialização pelo turismo em Pipa.....	101
FIGURA 01 – Mapa do Rio Grande do Norte em destaque o município de Tibau do Sul	27
FIGURA 02 – Vista aérea de Pipa em 2006.....	34
FIGURA 03 – Vista aérea da sede municipal de Tibau do Sul em 2006	35
FIGURA 04 – Mapa comparativo da evolução urbana da sede municipal de Tibau do Sul e Pipa.....	36
FIGURA 05 – Lagoa Guarairas –Tibau do Sul/ RN	38
FIGURA 06 – Golfinhos na Praia do Amor – Pipa.....	40
FIGURA 07 – Curral de Peixes –Pipa/ RN	85
FIGURA 08 – <i>Lan House</i> em Pipa.....	91
FIGURA 09 - Lojas do Pipa Praia <i>Shopping</i>	98
FIGURA 10 – Fachada da Boate Calangos	108
FIGURA 11 – O idioma inglês presente nas propagandas de Pipa.....	109
FIGURA 12 – Rua das Gameleiras na proximidade da Avenida da Baía dos Golfinhos	130
FIGURA 13 – Continuação da Rua das Gameleiras no sentido periférico de Pipa	131
FIGURA 14 – Complexo Esportivo de Pipa	136
FIGURA 15 – Manutenção deficitária no Complexo Esportivo de Pipa	136
FIGURA 16 – Reservatório de água próximo ao trapiche da praia principal da Pipa.....	138
FIGURA 17 – Praça principal de Pipa	139
FIGURA 18 – Baía dos Golfinhos – Pipa	140
GRÁFICO 01 – Evolução do PIB total e desagregado em Tibau do Sul (1970 – 2003)	29
GRÁFICO 02 – Síntese demográfica de Tibau do Sul/RN.....	33
TABELA 01 – Origem dos turistas que visitaram Tibau do Sul em 2006.....	30

TABELA 02 – Evolução do IDH do município de Tibau do Sul	37
TABELA 03 – População de Tibau do Sul/RN por situação de residência 1970/2000	71
TABELA 04 – Ocupações que mais admitiram em Tibau do Sul/RN (2003-2009) e renda salarial média.....	83

LISTA DE SIGLAS

ABREST – Associação de Bares e Restaurante de Pipa/Tibau do Sul
A&B – Alimentos e Bebidas
AMAPIPA – Associação dos Moradores e Amigos da Pipa
ASHTEP – Associação dos Hotéis de Tibau do Sul e Pipa
CNT – Conselho Nacional de Turismo
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Tibau do Sul
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR – Ministério do Turismo
NEP – Núcleo Ecológico de Pipa
ONG – Organização Não-Governamental
OMT – Organização Mundial do Turismo
PD/VC – Parque das Dunas/ Via Costeira
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT – Plano Nacional de Turismo
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SETUR/RN – Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte
UH'S – Unidades Habitacionais

SUMÁRIO

O PONTO DE LARGADA	13
1 TIBAU DO SUL: UM TABULEIRO EM CONTÍNUA CONSTRUÇÃO	26
2 APRECIANDO O JOGO.....	42
2.1 O JOGO TURISMO: FENÔMENO SOCIAL COMPLEXO	42
2.2 DESCOBRINDO O TABULEIRO: O TERRITÓRIO TURISTIFICADO E AS RELAÇÕES DE PODER	46
3 AS REGRAS DO JOGO	53
3.1 LANÇANDO OS DADOS: AS DIMENSÕES ECONÔMICAS, SÓCIO-CULTURAIS E POLÍTICAS DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO	53
3.2 AS ESTRATÉGIAS DE CADA JOGADOR: OS AGENTES PRODUTORES DO TERRITÓRIO TURÍSTICO	57
3.2.1 O Estado	62
3.2.2 O Mercado	62
3.2.3 Os Turistas.....	63
3.2.4 Os residentes.....	64
3.2.5 Os Trabalhadores.....	65
4 FAR PLAY VERSUS RIVALIDADE: UMA ESCOLHA A SER FEITA.....	66
4.1 CONHECENDO OS JOGADORES: OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO TURÍSTICO EM TIBAU DO SUL.....	66
4.2 PRÓXIMA RODADA: O SURGIMENTO DE NOVAS TERRITORIALIDADES	80
4.2.1 Dimensão Econômica.....	81
4.2.2 Dimensão Sociocultural.....	90
4.2.3 Dimensão Política.....	110
4.2.4 Implicações socioespaciais	129
PARA CONTINUAR JOGANDO	142
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICES	154

O PONTO DE LARGADA

O turismo, na pós-modernidade, é um dos setores líderes no comércio internacional de serviços e um dos itens de exportação de muitos países (WTO, 2004). Cada vez mais, nações e regiões voltam-se para esse fenômeno como elemento significativo de suas atividades produtivas à medida que reconhecem o seu potencial econômico (RITCHIE & CROUCH, 2000). Segundo Beni (2000), o setor turístico tem impacto sobre 52 segmentos da economia, o que lhe confere uma permeabilidade nas diversas atividades políticas, econômicas, socioculturais e ambientais.

A ênfase dos discursos dados ao turismo, tanto da Academia quanto do Estado, perdurou pelo viés economicista, desconsiderando a multidimensionalidade desse fenômeno social. A preocupação centrava-se com o fazer-turismo, com o crescimento quantitativo da atividade, com dados estatísticos que não demonstravam sua realidade paradoxal. Em contraposição, as discussões sobre o saber-turismo, a busca pelo desenvolvimento de modo qualitativo e equitativo foi negligenciada, incluindo também a falta de problematização teórico-conceitual.

No Brasil, os primeiros registros que abordam a preocupação governamental com o Turismo datam de 1938, com a elaboração de documentos legais que se remetiam a prestação de serviços turísticos; assumindo maiores proporções entre as décadas de 1970 e 1990, com a criação de programas e projetos específicos que visavam o crescimento da atividade, consolidando-se como prioridade no início do século XXI, com a criação do Plano Nacional do Turismo e do Ministério do Turismo (DIAS, 2003).

Apenas na gestão do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi instituída a “Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas 1996/1999”, visando ampliar o desenvolvimento do setor no Brasil. Nesse período surge o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), definido como um processo de desenvolvimento turístico através da conscientização da população beneficiária das ações realizadas no próprio município. Pregava a sustentabilidade como fator primordial para o desenvolvimento da atividade, assim como a existência de parcerias, o apoio da comunidade e a capacitação de profissionais para qualificar na prestação dos serviços. Na prática, o PNMT mostrou-se centralizado e autoritário, inibindo muitas iniciativas por parte dos municípios, já que os recursos deveriam partir do poder local. Nessas propostas, a menção ao território era

remota, restringindo-se aos territórios político-administrativos dos municípios ou estados e não as redes que articulam tal fenômeno (FRATUCCI, 2008).

Com a criação do Ministério do Turismo (MTUR), no Governo Lula, em 2003, reforçou-se a valorização da atividade através da Formulação da Política Nacional de Turismo (PNT); a criação do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e do sistema nacional de pesquisas de informações sobre a atividade turística; a descentralização da gestão pública do turismo na forma de parcerias entre todos os agentes, estimulando os roteiros integrados e consórcios de cooperação; e maior incentivo em articulações no aperfeiçoamento de linhas de financiamento. Além dessas mudanças, houve a reformulação da EMBRATUR, cujo foco passa a ser direcionado para o aumento da captação do fluxo de turistas internacionais e nacionais (BRASIL, 2003).

O reflexo dessas ações no Rio Grande do Norte remete-se a duas políticas regionais que se concretizaram e focaram, para o ordenamento do litoral, a política de Megaprojetos Parque das Dunas/ Via Costeira e o PRODETUR-NE. Ambas foram criadas na tentativa de minimizar as disparidades regionais no Brasil, mas que serviram principalmente para apropriar e privatizar o espaço e promover a exclusão socioespacial (CRUZ, 2000).

O “Plano Nacional de Turismo 2003-2007: Diretrizes, Metas e Programas” traduziu uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, buscava a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística. Propondo-se como um novo modelo de gestão descentralizada com a reformulação do Conselho Nacional do Turismo e dos Fóruns Estaduais que estabeleceram permanente comunicação com as necessidades advindas das regiões, municípios e destinos turísticos (BRASIL, 2003).

Nessa descentralização a delegação de responsabilidades acabou por gerar um repasse de obrigações, a quem cabe cada papel, mais uma vez, desconsiderando o caráter social e humano do turismo, as particularidades de cada território e relações de poder entre os agentes sociais.

Com a reeleição do Presidente Lula e buscando dar continuidade as ações do quadriênio anterior, o “Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão” (BRASIL, 2007) elencou uma série de estratégias para estimular o mercado interno, objetivando a geração de empregos e renda com a absorção de novos turistas. Para tornar o turismo brasileiro mais competitivo, o Estado priorizou a certificação de profissionais que atuam com turismo de aventura e a sustentabilidade de meios de hospedagem, deixando aquém mais uma vez a temática territorial e as implicações diante dessa escolha.

Mediante essa breve análise das políticas públicas de turismo no Brasil, percebe-se que os principais agentes atuantes nesse processo foram o Estado e a iniciativa privada, que priorizaram a implantação de infraestrutura básica e turística em áreas litorâneas, bem como estimulou incentivos fiscais para os investidores (CAVALCANTI, 1993). Em decorrência de tais ações temos o crescimento desordenado da atividade, segregação socioespacial, impactos ambientais nos destinos, concentração de renda, a negligência da dimensão do território para o desenvolvimento do turismo, o caráter humano do fenômeno e, conseqüentemente, os interesses das comunidades locais.

A supremacia dos interesses do capital e investimentos financeiros de grupos nacionais e internacionais impunham-se perante as políticas públicas, assim como nas pesquisas no âmbito da academia.

No tocante ao mercado, as ações do poder privado seguem um modelo exógeno, no qual as verticalidades se sobressaem em relação às horizontalidades (SANTOS, 1999), tanto nos aspectos econômicos, quanto socioculturais e ambientais, descaracterizando paisagens, identidades e (re) criando (pseudo) lugares¹.

Do ponto de vista científico, o turismo traz consigo contribuições conceituais e práticas de outras áreas do conhecimento, como a economia, sociologia, antropologia e geografia (PANOSSO NETTO, 2003; 2005). No que se refere à relação espaço e turismo, discussão travada na ciência geográfica, os estudos mais relevantes datam da década de 1990, reconhecendo que o turismo não pode estar desvinculado do espaço.

Segundo Gastal e Moesch (2007), discutir o turismo é discutir o espaço já que é premente, partilha-se do entendimento do espaço enquanto o vivido, o espaço humano, marcado pelas relações entre os sistemas de objetos e sistemas de ações, materialismo e simbolismo, defendido por autores como Raffestin (1993) e Santos (1997; 1999), embora não apresentem a mesma essência teórica.

O turismo provoca processos de desterritorialização e reterritorialização², cujos resultados são percebidos pelos agentes sociais locais em diferentes níveis e formas, variando de sensações de estranhamento, identificação, resistência e/ou pertencimento. Priorizando o caráter econômico desse fenômeno, secundariza-se seu valor simbólico, da experiência, do

¹ Pseudo-lugares são constituídos por 'pseudo-objetos', estes compreendidos por Baudrillard (1995 apud CRUZ, 2007, p.26) como simulações, cópias, estereótipos, 'como pobreza de significações real e sobreabundância de signos, de referências alegóricas, de conotações discordantes, como exaltação do pormenor e saturação através das minúcias'.

² "A desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou reterritorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios [...]". (CÔRREA, 1996, p.252).

subjetivo dos sujeitos. Diante disso, pensar o turismo humanista e humanizante (GASTAL e MOESCH, 2007; PANOSSO NETTO, 2007), baseado nos princípios da ética, cidadania e solidariedade, através de uma abordagem territorial sucumbirá para o aprofundamento das discussões sobre esse fenômeno social e um melhor planejamento dos territórios turísticos, demonstrando assim, avanços no campo teórico e prático.

O turismo no Rio Grande do Norte insere-se no mesmo cenário, em que os efeitos dos Programas PD/VC e PRODETUR/NE reforçaram a assimetria espacial, valorizando a capital Natal, privilegiando o visitante em detrimento do residente, intensificando o processo de segregação e exclusão socioespacial, favorecendo alguns agentes sociais (investidor) mediante outros (população local) (FONSECA, 2008).

Esse modelo configurou-se de modo semelhante em todo o litoral oriental potiguar, inclusive em Tibau do Sul, objeto de investigação desse estudo e escolhido como um dos 65 destinos indutores do Brasil pelo Ministério do Turismo.

No município em questão, a atividade pesqueira e agricultura familiar foram as principais fontes de renda da população até 1970, quando a partir desse período surge, espontaneamente, os primeiros grupos de visitantes na praia da Pipa, situada a 7 km da sede municipal (TIBAU DO SUL, 2007), iniciando o processo de turistificação, isto é, a produção e o consumo de trechos privilegiados do espaço pelos agentes produtores do turismo (FRATUCCI, 2008).

Nesse momento inicial, o agente turistificador primário foi o turista, especificamente os surfistas, quando se verificava uma integração entre visitante e o residente, marcado por relações não-mercantis, nas quais os aventureiros se hospedavam nas casas dos pescadores e a área era totalmente territorializada pelos moradores locais. Porém, ao longo das décadas, a atividade turística se desenvolve no município, apropriando refuncionalizando algumas áreas, desencadeando processos de desterritorialização e reterritorialização, gerando conflitos e contradições entre os que estavam e os que chegaram.

O território passa a conviver com o novo e o velho, o tradicional e o moderno, assumindo um valor de troca e não apenas de uso, atividades anteriormente priorizadas são secundarizadas, os territórios pesqueiros são desterritorializados e reterritorializados pelo turismo.

Pipa, principal zona turística do município de Tibau do Sul, transforma-se de praia freqüentada por mochileiros nos anos setenta, numa destinação internacional no início do século XXI, caracterizada por certa sofisticação, manifestada, por exemplo, em sua gastronomia. O turismo vai se expandindo e outras áreas municipais também vão sendo

refuncionalizadas e reterritorializadas, assumindo novos sentidos e significados para a população local.

Nas áreas onde o turismo se desenvolve, à medida que se sobrepõe às atividades já existentes, provoca um afastamento da população para as zonas mais periféricas. Assim, a desterritorialização se materializa espacialmente através da segregação, mas não se resume nisso, implica também na imposição de uma nova cultura e valores (gastronomia, linguagem, vestimentas, estilo de vida, diversões e transgressões) e em novos conflitos decorrentes da disputa de poder no âmbito das relações políticas entre os empresários migrantes e o poder político local tradicional. Assim, a desterritorialização pelo turismo se reproduz nas dimensões da vida local, isto é no econômico, sociocultural e político.

A reterritorialização causada pelo turismo implica uma apropriação do espaço em que novos agentes se sobrepõem aos anteriores, implicando o deslocamento da população originária e na introdução de um novo *modus vivendis*. Os objetos naturais e artificiais assumem múltiplos significados nos territórios ora turistificados, é o que Santos (1997) denomina de tecnosfera e psicofera, enquanto o primeiro seria dado pelo conjunto de objetos técnicos implantados nos lugares; o segundo se remete ao simbólico, ao imaginário, ao identitário, sendo plano de ação do *marketing*. Esses dois pilares são intrínsecos e atuam simbioticamente na promoção dos diversos usos do território. Entretanto, não se trata de uma relação harmônica, à medida que os diversos conjuntos de valores diante dos objetos, muitas vezes contraditórios, recriam-se continuamente, de acordo com os olhares dos agentes sociais turísticos, provocam diferentes territorialidades, refletindo “a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p.158).

No âmbito de Tibau do Sul, a magnitude do processo evidencia-se de modo mais expressivo em Pipa e na sua relação com a sede municipal, marcado pelas relações de poder e permeado por conflitos de naturezas e escalas diversas, não ocorrendo de modo tranquilo, linear e homogêneo. Criando-se uma rivalidade entre eles, pois os empresários do turismo (que são *outsiders*, procedentes de outros estados brasileiros e de outros países) não se submetem ao poder local, possuem outra cultura, têm dificuldades de diálogos e entendimentos com os agentes políticos locais a respeito dos encaminhamentos para a promoção do turismo. Na medida em que a atividade turística assume relevância, a classe dominante local tradicional quer assumir o controle da atividade, além de participar dos dividendos propiciados pelo turismo, desencadeando conflitos entre os dois grupos distintos:

de um lado os empresários do setor turístico (*outsiders*) e, do outro, os empresários e grupo político local tradicional (*insiders*).

A emergência desses novos agentes locais desencadeia a apropriação de algumas áreas do município para o desenvolvimento do turismo, implicando a formação de novas territorialidades. Esse processo é conflituoso e dificulta o desenvolvimento satisfatório do turismo local, pois os agentes têm interesses divergentes. O desentendimento entre eles privilegia determinadas áreas no município, eleitas pelos atores sintagmáticos³ (poder público e empresas privadas) que têm expressão no município e, portanto, poder político, e os que não se sentem ou não se sentiam contemplados com a atividade, os chamados sujeitos paradigmáticos⁴ (os residentes de determinado lugar que são excluídos do processo de tomada de decisão). Porém, partindo da discussão proposta por Raffestin (1993) e relacionando a atividade turística aponta-se que, quando os cidadãos tiverem informação, conhecimento e consciência do seu poder enquanto coletivo poderão ter mais acesso aos benefícios gerados pelo turismo, tornando-se agentes sintagmáticos e assim, com maior poder de decisão, ou nos dizeres de Santos (2002), trata-se das contrarracionalidades, que são ações de resistência por parte dos atores não beneficiados ao poder hegemônico vigente.

Outro ponto observado foi o interesse do empresariado em priorizar o distrito Pipa em detrimento das demais localidades municipais. De fato, é mais importante analisar as relações de força que provocam a mobilidade do que a natureza daquilo que a determina (RAFFESTIN, 1993, p.88), logo é mais importante analisar que relações, incentivos e oportunidades que causaram a invasão de Pipa pelos *outsiders*, do que saber se foi causado pelo turismo ou por qualquer outra atividade econômica. Como o poder público mediu, de que forma o mercado se apropriou, e a (re) ação do nativo frente esse processo nortearam os encaminhamentos desse estudo.

Face à problemática delineada acima, levantou-se a seguinte questão central da pesquisa: de que forma o processo de reterritorialização desencadeado pelo turismo se manifesta no município de Tibau do Sul/RN? Para nortear o presente trabalho, partiu-se do pressuposto de que a territorialização não implica apenas uma delimitação espacial decorrente das relações de poder de um grupo em relação a outro grupo, mas que tal processo também implica a imposição de novos padrões socioculturais e nas redefinições de poder político e econômico, localmente manifestados.

³ O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. (RAFFESTIN, 1993, p.40).

⁴ O ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base e critérios que os indivíduos têm em comum. (RAFFESTIN, 1993, p.41).

Assim sendo, o objetivo geral do presente estudo foi compreender o processo de reterritorialização desencadeado pelo desenvolvimento do turismo em Tibau do Sul/RN, observando suas implicações econômicas, socioculturais e políticas para a sociedade local. Acrescentando a esse, como objetivos específicos:

- Discutir como os poderes hegemônicos (Público e Privado) atuam, agem e reagem na criação de novas territorialidades;
- Analisar as implicações da territorialização turística no âmbito sociocultural;
- Analisar as implicações da territorialização turística na esfera da política, com a redefinição do poder local;
- Analisar de que forma a territorialização turística intensificou a segregação socioespacial entre os residentes (nativos e migrantes).

A necessidade de um estudo que contemple o processo reterritorialização em Tibau do Sul, cuja maior expressão tem resultado em significativas transformações socioespaciais decorrentes do turismo, justifica-se pela necessidade de aprofundar as discussões entre território, territorialidades e turismo. Partilhando da concepção de Barretto e Banducci Júnior (2001, p. 44), existe a

[...] necessidade de ultrapassar a análise dos efeitos da atividade turística para produzir um conhecimento mais amplo do turismo como fenômeno social, para a compreensão do lugar e do papel dessa atividade no contexto das relações sociais e culturais numa sociedade cada vez mais marcada pela globalização, pelo deslocamento e pela interação cultural entre povos distintos. (BARRETTO e BANDUCCI JR, 2001, p.44).

Percebe-se que os estudos sobre o fenômeno turístico e sua relação com o território precisam ser aprofundados. Corroborando com essa afirmação, Rodrigues (1999) aponta que a abordagem dada aos estudos que relacionam o turismo e a geografia necessita de maiores reflexões. Dessa forma, espera-se contribuir com os debates já realizados sobre território, na medida em que se fez a articulação entre as teorizações sobre o conceito puro de território (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) e a atividade turística, observando como alguns agentes hegemônicos do turismo dominam, controlam e comandam o território turistificado, inseridos em localidades periféricas do Nordeste brasileiro.

Outra motivação para realizar esta pesquisa decorreu do interesse em aprofundar os conhecimentos científicos na perspectiva do turismo enquanto fenômeno social e humano,

sem negar as demais dimensões, considerando-se a exiguidade dos estudos existentes nessa perspectiva.

Além disso, difundir estudos que se utilizam do binômio espaço-tempo (RAFFESTIN, 1993; RODRIGUES, 1999; SANTOS, 1997; HAESBERT, 1997, 2002; CRUZ, 2000, 2007) como categorias indissociáveis para a compreensão de fenômenos geográficos, incluindo-se aqui o turismo é, de forma modesta, contribuir para a formação de uma epistemologia desse campo de estudo.

Os procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa fundamentaram-se na reflexão acerca da ciência, remetendo-se ao questionamento se o turismo possui elementos necessários para ser considerado como tal. Segundo a OMT (1995) a metodologia científica em turismo pode ser definida como um conjunto de métodos empíricos experimentais, seus procedimentos, técnicas e táticas para ter um conhecimento científico, técnico ou prático dos fatos turísticos. Nesse caso a observação se torna relevante aos estudos do turismo pelo caráter empírico que o compõe.

O caráter multidisciplinar do turismo abrange os estudos sobre o mesmo, dificultando a padronização de uma metodologia ordenada. Dencker (1998, p.28) confirma ao dizer que “o turismo não é uma ciência social entendida como corpo de doutrina metodologicamente ordenado, constitui uma disciplina em desenvolvimento que emprega métodos e conceitos da maioria das ciências sociais já consolidas”.

Por se tratar de uma pesquisa que aborda as implicações e significados da territorialidade turística, consideramos que o enfoque mais pertinente é o qualitativo, devendo reconhecer a relevância dessa abordagem nos estudos de turismo. A análise de uma realidade através de elementos como a observação, interpretação de uma realidade, entrevista, faz com que a subjetividade seja parte integrante da pesquisa qualitativa. Haguette (1992, p.19) traz contribuições sobre essa visão da quebra de paradigmas quanto o caráter social e do cientista social á pesquisa qualitativa:

As técnicas, na verdade, são secundárias no sentido de que sempre poderão ser justificadas dentro do método científico. A grande questão que se coloca hoje para o cientista social, especialmente nos países periféricos onde sua atuação o aproxima com maior violência das consequências do exacerbado poder de poucos sobre muitos, não é, a nosso ver, o domínio dos métodos e técnicas de pesquisa social, mas o escrutínio de sua própria visão de mundo, pré requisito fundamental daquilo que dela decorre, a atividade de analista do real, de intérprete das experiências alheias e de protagonista ativo das transformações que lhe parecerão necessárias, mas que nem sempre serão as melhores. (HAGUETTE, 1992, p.19)

Nesse contexto é que existe uma atenção, quando se refere ao turismo, ao uso da abordagem qualitativa e não somente quantitativa. Mesmo que dados como Produto Interno Bruto (PIB), crescimento ou diminuição da demanda turística de um destino e crise econômica mundial, sejam constantemente utilizadas nas pesquisas de turismo, a análise e interpretação humanística da realidade traz a relevância da pesquisa qualitativa.

O método, tipologia e técnicas utilizadas durante o processo de realização da pesquisa buscaram proporcionar uma melhor organização do estudo e facilitar o alcance dos objetivos propostos.

A população da pesquisa foi composta por representantes de órgãos, instituições e entidades de classe de Tibau do Sul e Pipa, que se constituem enquanto agentes produtores do espaço turístico (poder público, mercado e comunidade local - que nesse estudo foram consideradas as entidades do Terceiro Setor⁵ que buscam atender os interesses dos nativos, bem como do meio ambiente).

De acordo com Laville e Dionne (1999, p.168), “as pessoas se mostram freqüentemente a fonte melhor adaptada às necessidades de informação do pesquisador”. Neste estudo, considera-se o turista enquanto agente, porém o mesmo não será investigado, mediante os objetivos propostos.

A escolha dos agentes tomou como referência o estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional realizado pelo MTUR em parceria com o SEBRAE e a FGV. Sendo assim, tratou-se de uma amostragem intencional (MARTINS, 2002) que atende mais especificamente aos propósitos do estudo e, portanto compõem o universo necessário para tal, formado por um grupo gestor constituído de dezessete representantes distribuídos em treze instituições e/ou órgãos locais, relacionados no quadro 01.

⁵ O Terceiro Setor surge da crise e reestruturação do capital no último quarto do século XX e busca desenvolver atividades antes atribuídas ao Estado. Os autores do tema referem-se a eles como: organizações não lucrativas e não-governamentais (ONG'S, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias); instituições de caridade e religiosas; atividades filantrópicas; ações solidárias; ações voluntárias e atividades pontuais e informais. (MONTAÑO, 2007)

Instituições/ órgãos/ entidades de classe de Tibau do Sul investigados
EducaPipa
Secretaria Municipal de Turismo
NEP – Núcleo Ecológico de Pipa
ABREST – Associação de Bares e Restaurantes de Pipa/Tibau
Amapipa – Associação dos Moradores e Amigos da Pipa
ASHTEP – Associação dos Hotéis de Tibau do Sul e Pipa
Secretaria de Meio Ambiente
Câmara Municipal
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Associação dos Roteiros de Charme
Associação dos Barraqueiros da Praia da Pipa
Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia da Pipa
Conselho Comunitário de Pipa

Quadro 01 – Instituições/ Órgãos/ Entidades de Classe de Tibau do Sul investigados
 Fonte: Adaptado do MTUR, 2008

Diante desse cenário e considerando a necessidade de aprofundar a discussão, foram escolhidos os gestores que exercem liderança no município, capacidade de influenciar e poder de decisão, identificados a partir da observação *in lócus*, confrontando assim os dados encontrados e chegando a resultados mais próximos do real.

Além da realização das entrevistas com essas lideranças, utilizou-se também observação-não participante, conversas informais com nativos, além do presidente da Associação de Pescadores de Tibau do Sul e de uma antiga líder do grupo artístico Drama, bem como registros fotográficos e audiograváveis.

Com relação às técnicas de pesquisa para a coleta de dados, optou-se pela aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos agentes investigados, nas relações duais entre a sede do município de Tibau do Sul e Pipa, considerado o distrito mais turistificado da região.

Segundo Lüdke e André (1986, p.34), “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Complementando esse pensamento, sobre a realização de entrevistas, por meio de formulários parcialmente estruturados, afirma-se que: “a flexibilidade da entrevista semiestruturada

possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores” (LAVILLE e DIONNE 1999, p.188).

O roteiro de entrevista foi dividido em quatro níveis de análise: econômico, sociocultural, político e socioespacial, delineados no quadro 02:

NÍVEIS DE ANÁLISE	OBJETIVOS	PROCEDIMENTOS
Econômico	Discutir como os poderes hegemônicos (Público e Privado) atuam, agem e reagem na criação de novas territorialidades	Os entrevistados apontaram as transformações econômicas que ocorreram em Tibau do Sul e quais os principais agentes envolvidos, apontando ações solidárias e participativas.
Sociocultural	Analisar as implicações da territorialização turística no âmbito sociocultural.	Os agentes identificaram as mudanças perceptíveis no âmbito sociocultural e como elas se manifestam na sociedade local.
Político	Analisar as implicações da territorialização turística na esfera política, com a redefinição do poder local.	Foi solicitado aos agentes que identificassem as organizações e entidades que exercem poder político na localidade e como ocorre esse processo.
Socioespacial	Analisar de que forma a territorialização turística intensificou a segregação socioespacial entre os residentes (nativos e imigrantes).	A amostra pesquisada apontou os locais frequentados especificamente pelo turista, pelos grupos de residentes e simultaneamente por ambos. Além de se remeterem a problemática da ocupação do solo.

Quadro 02 – Níveis de Análise
Fonte: Dados do estudo, 2009

A análise dos dados obtidos ocorreu através de fontes primárias e secundárias. De acordo com Marconi e Lakatos (1991), o primeiro passo para a realização de qualquer pesquisa científica é o levantamento de dados e este deve ser realizado de duas maneiras: através de uma pesquisa documental e de uma pesquisa bibliográfica. Para tal se fez levantamento sobre turismo, território e poder, como também o levantamento de material, disponíveis na *internet*, tais como: matérias de jornais, pesquisas realizadas por órgãos governamentais, instituições públicas e privadas divulgadas em seus respectivos *sites*, como: IDEMA, IBAMA, IBGE, SETUR/RN e SEBRAE/RN.

Como os dados coletados foram predominantemente qualitativos realizou-se a análise do conteúdo (BARDIN, 1977), após a análise das gravações das entrevistas, com a devida autorização dos entrevistados, e das variáveis pré-definidas.

Para melhor elucidar esse processo escolheu-se a Análise de Conteúdo em função da sua finalidade que vem a ser a produção de inferências, trabalhando com vestígios e

índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (PUGLISI e FRANCO, 2005). O que é enfatizado pelo conceito proposto por Bardin (1977), no qual a análise de conteúdo é tida como um grupo de técnicas de análise de comunicação através de métodos regulares e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas, nesse caso as informações foram extraídas dos agentes produtores do espaço turístico de Tibau do Sul.

Ressalta-se que para melhor compreensão desse estudo, a dissertação foi retratada metaforicamente com o jogo, pois o processo de territorialização advindo pelo turismo apresentando alguns elementos semelhantes. Para Vergara (2006, p.37), o uso de metáforas, histórias ou poesias “[...] têm o mérito de quebrar um pouco a aridez da linguagem científica e de tornar mais facilmente inteligível pontos que queremos destacar”.

Nesse sentido o jogo será a analogia que irá nortear esse estudo, segundo Huizinga (2000, p.04), “No jogo existe alguma coisa ‘em jogo’ que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação”, no caso da turistificação são as relações que dão sentido ao turismo na localidade, onde cada agente produtor do espaço turístico representa um jogador, os dados representam as possibilidades e incertezas futuras, as regras são as diretrizes e orientações para cada jogo e o tabuleiro o próprio território, que sofre as influências e a ação dos jogadores. Logo, o que é este jogo, como ele se desenvolve, qual o significado e implicações para os seus jogadores é o que será discutido nesse trabalho.

Para melhor coerência e compreensão da dissertação, a mesma foi estruturada em cinco capítulos, nos quais se buscaram sistematizar as informações decorrentes desse estudo.

O primeiro capítulo, intitulado **Tibau do Sul: um tabuleiro em contínua construção** contextualiza o processo histórico e a importância do município para o estado potiguar, apresentando as características da área pesquisada. Baseou-se em autores como Marinho (2007), Trindade (2009) e Araújo (2002), além de dados pesquisados em fontes secundárias como o IDEMA, IBGE, SETUR/RN e Plano Diretor Municipal.

A segunda parte, **Apreciando o jogo** traz reflexões acerca do turismo enquanto fenômeno social complexo, o território e poder, tendo como principais teóricos: Panosso Netto (2003, 2005), Moesch (2002, 2003), Rodrigues (1997, 1999), Krippendorf (2001), Raffestin (1993), Santos (1999), Haesbaert (1997, 2002), Cruz (2000, 2007) e Foucault (2007, 1997).

As regras do jogo, título do terceiro capítulo, retrata as dimensões econômicas, políticas, socioculturais do processo de (des) (re) territorialização advindos pela atividade

turística e a atuação dos agentes produtores do espaço, dentre os autores que nortearam essa parte do estudo estão Knafou (1999), Geiger (1999), Fratucci (2008) e Fonseca (2005)

Os resultados da pesquisa foram tratados de forma qualitativa no capítulo quatro, ***Fair Play versus rivalidade: uma escolha a ser feita***, a partir da análise das discussões sobre (des) (re) territorialização e as implicações no âmbito econômico, sociocultural, político e espacial no município estudado. Procurando contrapor os resultados alcançados com os teóricos discutidos no decorrer do trabalho.

Por fim, na quinta parte, denominada **Para continuar jogando**, procurou-se levantar algumas considerações diante do cenário de Tibau do Sul, traçando as contradições e fusões no destino pesquisado.

Espera-se estar contribuindo para as discussões sobre territorialização gerados pelo turismo em regiões litorâneas do nordeste brasileiro, possibilitando aos acadêmicos, empresários, políticos e sociedade em geral aprofundar o conhecimento sobre o turismo potiguar.

1 TIBAU DO SUL: O TABULEIRO DO JOGO

Todo jogo necessita de uma limitação espacial para acontecer, segundo Huizinga (2000, p.13), “Todo jogo se processa e existe no interior de um campo previamente delimitado, de maneira material ou imaginária, deliberada ou espontânea”, dessa forma quer seja o tabuleiro, a mesa, o campo, a tela, a pista, o círculo ou o terreno, essa delimitação é fundamental para a sua existência, e nesse interior se respeitam determinadas regras.

No caso deste estudo, em que o processo de reterritorialização advindos pelo turismo representa o jogo, Tibau do Sul apresenta-se como o tabuleiro deste. É nessa área, de investigação que os agentes produtores do espaço atuam e tais como jogadores criam regras, movimentam-se ora adiante, ora de forma retrógrada, manifestando momentos de tensão e equilíbrio, seriedade e alegria, união e desunião.

O município pesquisado localiza-se no litoral oriental do Estado potiguar, possui uma área de 101,79 km² e uma distância de 72 km da capital Natal. Situa-se entre as coordenadas geográficas 6° 11'12” de latitude sul e 35°05'31” de longitude oeste e possui como limites municipais ao norte com Senador Georgino Avelino e o Oceano Atlântico, ao sul com Vila Flor e Canguaretama, ao leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Arês e Goianinha (IDEMA, 2009), conforme representado na Figura 01.

O clima é tropical chuvoso com verão seco e estação chuvosa entre os meses de março a maio, apresentando temperatura média anual de 25,6° C. A formação vegetal é constituída por espécies que formam a floresta subcadacifólia, manguezais e tabuleiros litorâneos. Os solos são constituídos por areias quartzosas distróficas, que apresentam fertilidade natural extremamente baixa. O relevo apresenta terrenos planos, constituindo por planícies e tabuleiros costeiros, com a altitude média inferior a 100 metros (IDEMA, 2009).

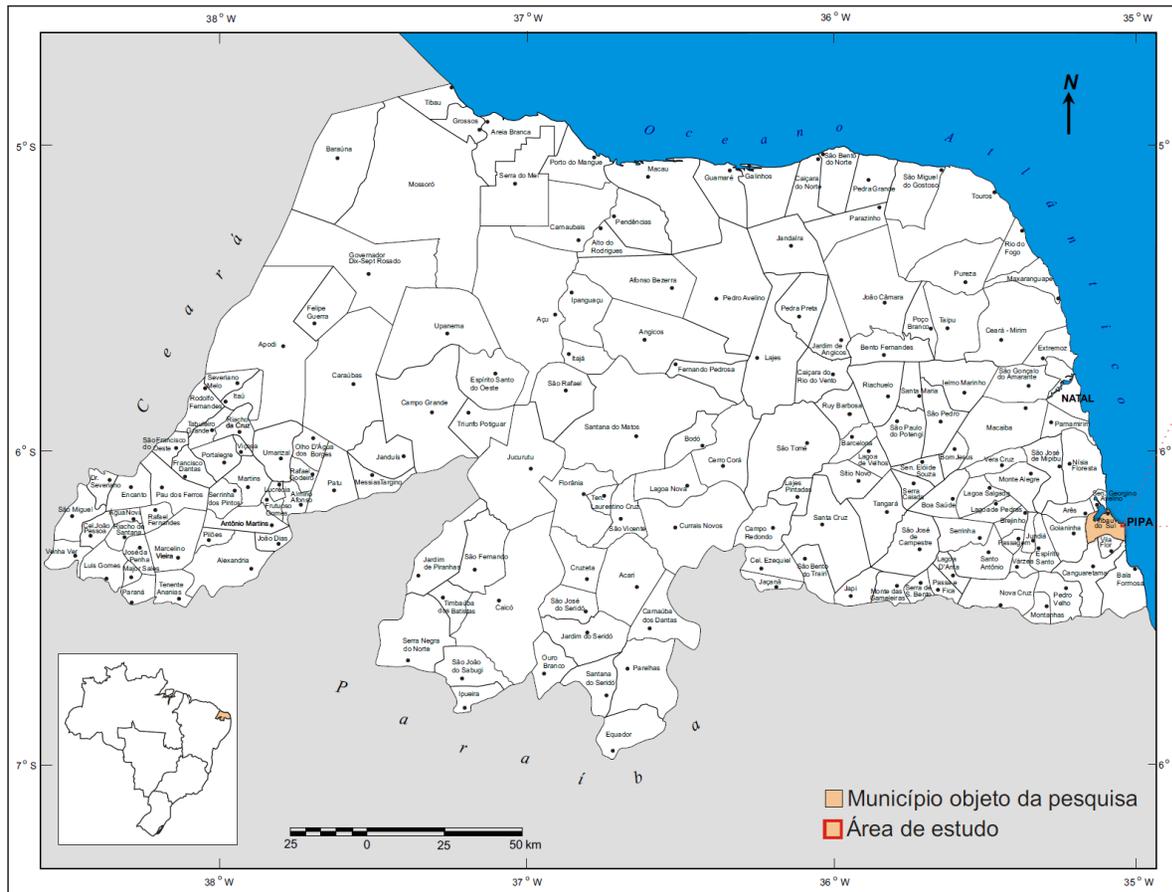


Figura 01 – Mapa do Rio Grande do Norte, com destaque o município de Tibau do Sul

Fonte: França, 2010

A origem do nome Tibau do Sul é indígena e significa entre duas águas, pois o povoado situava-se entre a Lagoa de Guaraíras e o Oceano Atlântico. Existem registros, datados do século XVI que destacam as riquezas e belezas dessa região, ilustradas em mapas e cartas, anteriores a Carta de Doação da Capitania do Rio Grande, por Dom João III a João de Barros e Aires Cunha em 08 de março de 1535 (MARINHO, 2007).

Alguns séculos depois, enquanto Aldeia de São João Batista de Guaraíras, a povoação de Tibau desenvolveu-se a partir da atividade agrícola. Em 1873, conquistou sua primeira escola primária, exclusivamente para alunos masculinos. Apenas em 1911 conseguiu ganhar sua primeira escola, trinta e oito anos depois, em 1949, a povoação chegou à condição de Distrito, e, em 1953, foi elevado à categoria de Vila (IDEMA, 2009).

No dia 3 de abril de 1963, através da Lei nº 2.803, Tibau desmembrou-se do município de Goianinha e o nome original do novo município foi acrescentada a palavra Sul para diferenciar de outro Tibau, localizado no litoral norte do Estado.

O referido município conta com nove localidades, além da sede municipal: Pipa, Umari, Bela Vista, Cabeceiras, Piau, Manimbú, Simbaúma, Pernambuquinho e Munim. A atividade econômica baseou-se por muitos anos pela agricultura e pesca, porém, nas últimas décadas, vem perdendo força diante do setor de serviços. Em relação ao PIB desagregado por setor produtivo, verifica-se que o PIB agropecuário responsável maior pela geração de riquezas do município no período transcorrido entre os anos de 1970 a 1980 passou por períodos de forte declínio no início dos anos 80 decorrente, principalmente, de uma grande seca ocorrida no Nordeste, acompanhado do declínio da cultura algodoeira causado pela praga do bicudo e dos baixos preços auferidos na cultura canavieira (TIBAU DO SUL, 2007).

Nos anos de 1990 houve uma recuperação do PIB Agropecuário decorrente do fortalecimento do mercado sucro-alcooleiro e conseqüentemente, o PIB da Indústria também vem tendo uma expansão.

O setor de serviços despontou com forte crescimento indicando uma nova tendência do município para o desempenho de sua economia, especialmente alavancado pelo setor do turismo. A partir desse período, esse setor passou por uma constante e forte curva de aceleração de crescimento, chegando mais que triplicar sua participação no PIB serviços em pouco mais de 20 anos. Conforme se observa no gráfico 01.

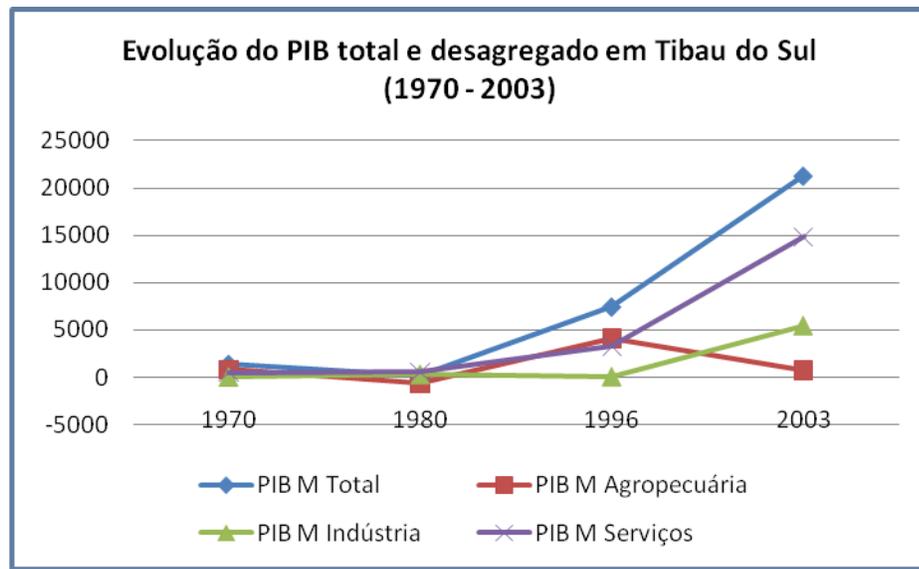


Gráfico 01 – Evolução do PIB total e desagregado em Tibau do Sul – 1970 -2003
Fonte: IpeaData, 2009

Esse avanço da atividade turística no município ocasionou o processo de desterritorialização das atividades tradicionais, elegendo novas partes do território e refuncionalizando antigas. A reterritorialização pelo turismo tem gerado o aumento do PIB, merecendo destaque também a carcinicultura e a indústria canavieira, como dinamizadoras da economia local.

No tocante aos dados dos países emissores de turistas para o Rio Grande do Norte e aqueles que visitam Tibau do Sul (TIBAU DO SUL, 2007) constatou-se um aumento bem maior do turismo internacional, conforme tabela 01.

ORIGEM DOS TURISTAS QUE VISITARAM TIBAU DO SUL (2006)					
DEMAIS PAÍSES			BRASIL		
PAÍSES EMISSORES	%	%	ESTADOS EMISSORES	%	%
Portugal	25,1	38,1	Pernambuco	7,4	21,7
Holanda	12,5	19,1	Paraíba	6,2	18,1
Argentina	8,8	13,4	São Paulo	6,2	18,1
Espanha	6,8	10,3	Distrito Federal	2,9	8,4
Itália	5,8	8,8	Minas Gerais	2,9	8,4
Irlanda	1,0	1,6	Rio de Janeiro	2,7	7,8
Suíça	1,0	1,6	Ceará	1,9	5,5
França	0,8	1,2	Bahia	1,4	4,2
Noruega	0,8	1,2	Paraná	0,6	1,8
Canadá	0,6	0,9	Rio Grande do Sul	0,6	1,8
Outros	2,6	3,8	Outros	1,4	4,2
TOTAL	65,8	100,0	TOTAL	34,2	100,0

Tabela 01 – Origem dos Turistas que visitaram Tibau do Sul em 2006.

FONTE: Pesquisa Demanda Turística - Tibau do Sul (2007).

Sobre o perfil desse turista que visita o destino, caracteriza-se por serem pessoas que possuem bom poder aquisitivo, assim como elevado grau de instrução, que decidiram visitar o município pela recomendação de amigos e parentes, atraídos pelas belezas naturais e ambiente alternativo (TIBAU DO SUL, 2007).

Dentre os diversos atrativos que motivam a vinda dos visitantes encontra-se o rico patrimônio que o município possui, tanto natural quanto cultural, muito embora seja o patrimônio natural a sua mola propulsora, caracterizado pelas formações físicas, biológicas e geológicas, além das espécies de animais e vegetais, reforçados pela ampla divulgação na mídia. Tibau do Sul conta com áreas que se enquadram em ecossistemas protegidos, tais como os manguezais, formação de praias e dunas e a mata Atlântica.

As praias territorializadas pela pesca, que se assumiam como sendo o local de trabalho para os nativos e forma de subsistência, com o advento do turismo é reterritorializada, assumindo um novo significado, com os novos usos. Segue abaixo uma breve caracterização das principais praias do município:

PRAIAS	CARACTERÍSTICAS
Praia do Giz e Ponta do Pirambú	Praias urbanas de Tibau do Sul
Cacimbinhas e Ponta do Madeiro	Praias longas, ideais para práticas esportivas: <i>surf</i> , <i>kite surf</i> , <i>sandboard</i> e parapente
Praia do Madeiro	Bastante freqüentada pelos turistas, com acesso por escadaria ou pela vila de Pipa; presença marcante de surfistas e propício para observar golfinhos
Praia dos Currais (ou Baía dos Golfinhos)	Águas calmas; local onde os pescadores mais antigos construía os seus currais feitos de madeira para capturar peixes e presença constante de golfinhos
Praia do Porto, Praia do Centro e Ponta do Cabo Verde	Praias urbanas de Pipa. A Praia do Porto é onde ficam atracados os barcos. Na praia do Centro concentram-se barracas. A ponta do Cabo Verde, logo após, é composto pelo Morro da Velha Vicensa com a formação de piscinas naturais
Afogados (ou Praia do Amor)	Melhor praia para a prática do surf, ondas fortes
Chapadão e Praia das Minas	Formação de falésias e praias desertas
Pedra do Moleque ou da Pipa	Localizada na extremidade sul, supostamente originou o nome da vila.
Sibaúma	Nessa comunidade quilombola há o encontro do rio Catu com o mar.

Quadro 03 – Praias de Tibau do Sul

Fonte: Tibau do Sul (2007) adaptado por Gonçalves (2010)

Observa-se que algumas praias tiveram o seu nome substituído ou alterado a partir da chegada do turismo, atribuindo-lhes um nome mais comerciável, como bem ressaltou o senhor Madola, um morador antigo de Pipa.

Olhe, a Praia dos Golfinho foi montado depois que o pessoal [os turistas] chegou. A praia ali do Amor foi depois também que o pessoal chegou. Agora, os veranista de Goianinha, quando vinham veranejar foi que botaram o nome daí, do alto, do Morro dos Amores, era onde eles paqueravam né? [Mas é mais pra cá, né?] É aí, esse morro aí, era esse morro né? Eles subiam e paqueravam ali em cima, fazer amor por lá por cima, por isso que botaram o nome do Morro do Amor. Agora, depois foi que passaram pra... depois que pôs a chegar esse povo, a Praia do Amor. [Agora, a Praia do Amor sempre teve esse nome ou era outro nome ali?] Não. Foi agora desses tempos pra cá. Era os Afogados. [E os Golfinhos, tinha outro nome?] Os golfinhos chamava a Praia do Madeira, Madeirinha e o Canto. O Canto é esse aqui, logo esse aqui [a primeira ponta], o Madeira é aquele que tem o hotel em cima e Madeirinha é aquela outra ponta que tem pra pegar Cacimbinhas. (MADOLA apud TRINDADE, 2009, p.101):

A reterritorialização não foi apenas no âmbito econômico, mas como se observa no caso das denominações das praias acima, até nos referenciais espaciais. Contudo, as principais mudanças no município são notórias no distrito de Pipa, expandindo ao modo de vida, a cultura local, ao uso do solo e as questões políticas.

Pipa trata-se do único distrito devidamente regulamentado pela Lei municipal 379/08 de 22 de dezembro de 2008, baseado nos requisitos citados na Constituição Norte Riograndense, que no Inciso II do seu Artigo 24 descreve: “A criação de distrito municipal depende da implantação e funcionamento de, no mínimo, um posto policial, um posto de saúde, um posto de serviço telefônico e uma escola pública para atender a população”. Embora apresente uma justificativa constitucional para a sua criação, a mesma foi permeada por diversos conflitos, por um lado aqueles ligados principalmente ao poder público local que alegam que a criação de um distrito irá gerar a emancipação do mesmo sendo algo maléfico para o município e por outro lado; um grupo, ligados diretamente ao poder privado, que acreditam que uma subadministração local minimizaria os problemas existentes na localidade, uma vez que para eles não há interesse por parte da gestão municipal.

Esse conflito é revelado no Estudo da Competitividade Turística proposto pelo Ministério do Turismo (2008), dentre as categorias analisadas a necessidade da cooperação público-privada no município precisa ser priorizada, pois essa interação é um fator primordial para o desenvolvimento da atividade.

Retomando a reterritorialização e sua dimensão espacial, o crescimento desordenado gerado pelo turismo e a vinda de *outsiders* atraídos pela localidade, acarretou em Pipa, a expulsão dos moradores da rua de Cima e da rua de Baixo para o interior da mata.

As residências dos nativos foram substituídas pela criação de comércios, bares, pousadas e hotéis, ocasionando o processo de desterritorialização de várias famílias. A vila de

pescadores de outrora foi transformada pelo turismo, reorganizando o espaço, criando novas ruas e ruelas, gerando novos comportamentos e costumes e diante desse cenário novos agentes começaram a atuar no território e se (des)integrando com grupos sociais locais, que tiveram que criar novos espaços para sua (re)territorialização, já que antigos territórios se (des)integraram a dinâmica do turismo.

O turismo surgiu a partir dos anos setenta e se internacionalizou na década de 1990, fins do século XX, acompanhado de um aumento no crescimento populacional. O município possui um contingente populacional de 10.959 habitantes (IBGE, 2007), conforme pode se observar no gráfico 02, porém existem dados extraoficiais que afirmam que o município conta com aproximadamente 12 mil habitantes⁶.

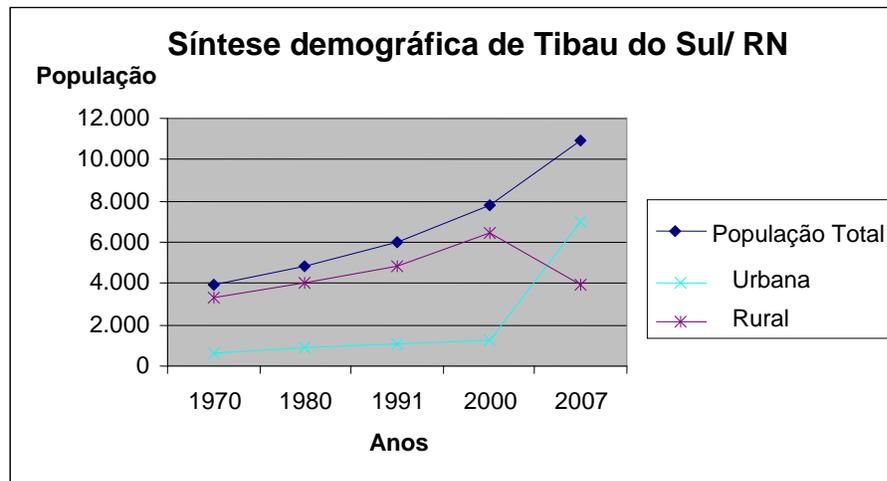


Gráfico 02 – Síntese demográfica de Tibau do Sul/RN
Fonte: Tibau do Sul, 2007; IBGE, 2007

O aumento da população é atrelado à vinda de migrantes para o município, sujeitos que conheceram o destino como turistas e movidos pela busca de melhoria da qualidade de vida decidiram tornar-se residentes de Tibau do Sul. Estima-se que 1/3 da população do município reside em Pipa, representando 4mil habitantes e que destes 80% são migrantes, pode-se observar a expansão da área nas imagens de satélite abaixo apresentadas, e como o distrito se expandiu comparando-se com sua sede municipal.

⁶ Mais informações no site <http://avancatibaudosul.blogspot.com/2009/08/populacao-brasileira-ultrapassa-os-191.html>.



Figura 02: Vista aérea de Pipa - 2006
Fonte: Ortofoto Idema (2006)



Figura 03: Vista aérea da sede municipal de Tibau do Sul - 2006
Fonte: Ortofoto Idema (2006)

A evolução da malha urbana também é retratada na figura 04, ressalta-se que não houve uma periodicidade nos intervalos dos mapas, pois esses foram os registros que obtiveram maior qualidade visual. Mas onde é perceptível a diferença entre a sede municipal e Pipa.

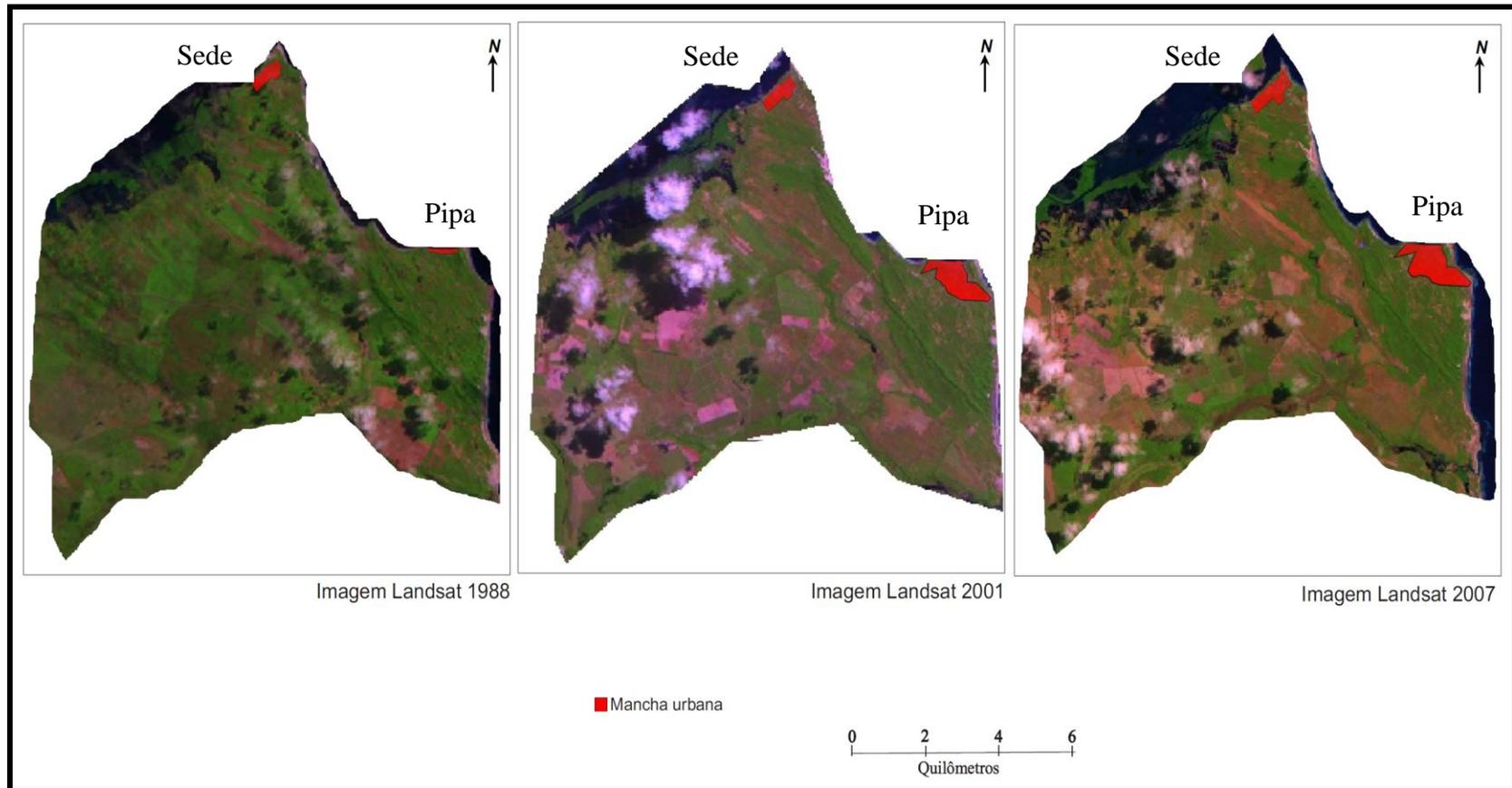


Figura 04 – Mapa comparativo da evolução urbana da sede municipal de Tibau do Sul e Pipa

Fonte: INPE 2010, adaptado por França, 2010

Com o aumento populacional, principalmente pela vinda de migrantes – em sua maioria com maior grau de instrução que os nativos, visão de mundo diferenciada –, e pela necessidade de atender melhor ao turista houve a necessidade de melhorias na infraestrutura municipal, como a criação de posto de saúde e escolas, contribuindo mesmo que numa lógica inversa para a melhoria das condições de vida da população local. Uma contribuição desse fluxo migratório pode ter sido a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano do município no ranking das demais cidades potiguares. O IDH é obtido pela média aritmética simples entre três subíndices, referentes às dimensões longevidade, educação e renda. Essa variação compreende uma escala de 0 a 1, e quanto mais próximo à unidade, maior o desenvolvimento do município. Em Tibau do Sul, o IDH é apresentado conforme o tabela 02:

ANO	IDH
1970	0,208
1980	0,285
1991	0,504
2000	0,655

Tabela 02 – Evolução do IDH do município de Tibau do Sul
Fonte: Tibau do Sul (2007)

Além da natureza, Tibau do Sul possui um patrimônio imaterial que compreende os saberes, as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; as celebrações, de ritos e festas que marcaram a vida no trabalho, na religiosidade ou o entretenimento e os lugares de memória, destacando-se o seu folclore local, representado pelo Drama, Lendas, Coco de Zambê, Pastoril e Boi de Reis (TIBAU DO SUL, 2007). Essas manifestações também têm sofrido com o processo de desterritorialização, à medida em que esses movimentos e práticas são ignorados. E esse elemento pode ser um agregador para o desenvolvimento do turismo no destino. Inclusive, um dos problemas apresentados pelos visitantes do município, foi a pouca expressividade das manifestações culturais e folclóricas tradicionais.

Outro segmento turístico que vem sobressaindo em Tibau do Sul é o turismo de eventos, destacando-se o *Reveillon*, o Festival Literário e o Festival Gastronômico da Pipa, sendo registrado no ano de 2008, um fluxo de 20 mil visitantes no terceiro evento, durante nove dias de atividades, conforme *site* oficial do evento. Dados que merecem ser refletidos e analisados para o entendimento dos impactos dessas ações no âmbito municipal.

Diante desse cenário, Tibau do Sul tornou-se o segundo núcleo receptor de turistas do Estado, perdendo apenas para a capital potiguar (FONSECA, 2005). Constituiu-se como integrante do Pólo Costa das Dunas e sua relevância turística manifesta-se através da sua seleção como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil pelo Ministério do Turismo, através do Programa de Regionalização Turística.



Figura 05 – Lagoa Guarairas –Tibau do Sul/ RN

Fonte: Yves Guerra, 2008

Deserto, a inserção do município enquanto beneficiário do PRODETUR/NE foi um marco para o fortalecimento da atividade nessa região, oportunizado pela melhoria do acesso, consolidando, nos anos seguintes, essa destinação turística. As principais formas de se chegar a Tibau do Sul são de ônibus, transporte alternativo e carro particular.

O acesso se dá através da BR 101 ou pela Rota do Sol, através do litoral potiguar. Vale destacar que nas proximidades de Tibau do Sul existem duas vias para se chegar até Pipa, um trajeto que passa por dentro da sede municipal e outro que passa diretamente pela costa, enfatizando a paisagem cênica natural. Essas duas vias foram

motivos de conflitos no município, pois para alguns na medida em que os ônibus turísticos priorizam passar por “fora” é criada uma marginalização da sede, criando-se uma imagem do lugar exclusiva para o turista, afastando-o da realidade local.

A territorialização pelo turismo provocou a criação de toda uma infraestrutura específica para a atividade, constituída pela utilização de bens e serviços turísticos, como meios de hospedagem, restaurantes, transporte, equipamentos de lazer e passeios.

Em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2000), sobre a oferta hoteleira do litoral sul do Rio Grande do Norte, naquele período Tibau do Sul possuía 334 Unidades Habitacionais, e, sete anos após, em pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal (2007) constatou-se que esse número cresceu mais que 700%, totalizando 2373 UH's. A pesquisa ainda revela que foram identificados 105 meios de hospedagem, 323 empreendimentos cadastrados como comércio, 212 casas de veraneio e 21 condomínios urbanísticos (TIBAU DO SUL, 2007).

Vale ressaltar que o número real de empreendimentos turísticos no município pode ainda ser superior, devido à desatualização no cadastro do município, pois é comum que determinado empreendimento mude de uso e não repasse a informação para a Prefeitura, bem como tire a licença para determinado uso, quando na verdade, será utilizada para outro fim, evitando assim o pagamento dos impostos.

Pipa também se sobrepõe as demais localidades de Tibau do Sul. Nas campanhas de *marketing* que promovem prioritariamente o referido distrito, destacando os seus principais atrativos que são as suas belezas naturais e cênicas, oferta de serviços e o estilo cosmopolita. Dessa forma, a turistificação de Tibau do Sul, consubstanciada na praia da Pipa, traz consigo efeitos desejáveis e não desejáveis, entre eles, recolhimento de impostos, aquecimento da economia, maior número de postos de trabalho, aumento do consumo de drogas, exclusão socioespacial, especulação imobiliária, aumento do custo de vida e prostituição (ARAÚJO, 2002). São externalidades que, se não forem planejados e (re) ordenados, podem modificar completamente a estrutura do município.



Figura 06 – Golfinhos na Praia do Amor – Pipa
Fonte: Yves Guerra, 2008

Nesse contexto, cabe destacar que apesar da legislação vigente, o município é marcado por conflitos de interesses entre dois grupos bastante distintos: de um lado, ambientalistas e simpatizantes que defendem a preservação ambiental como garantia, inclusive, da sustentabilidade local no cenário turístico mundial; de outro lado, o setor imobiliário apoiado pelos donos de terras locais, que investem fortemente na construção de condomínios e equipamentos de hospedagens de luxo, desconsiderando as leis municipais, e sem, levar em consideração o fato de existirem locais ambientalmente frágeis e que devem ser preservados (TIBAU DO SUL, 2007), demonstrando dessa forma a complexidade que o turismo e os conflitos de interesse assumem localmente.

A força desses empreendimentos e a ação desses investidores exógenos acabam corroborando com os conflitos existentes entre a sede e os empresários de Pipa, pois esses agentes acabam assumindo maior poder econômico e pela falta de fiscalização por parte do poder político burlam as leis, construindo em áreas frágeis e proibidas pelos órgãos competentes.

Analisar esse processo de produção de reterritorialização de Tibau do Sul a partir do *boom* turístico na Praia da Pipa é remeter-se ao início da década de 1970, com a vinda dos primeiros surfistas e veranistas, no entanto, o recorte temporal deste estudo refere-se do período de 1990-2009, quando ocorreu a intensificação do turismo no

município decorrente da internacionalização da atividade, gerando conflitos entre os agentes produtores do espaço local.

Dessa forma, conhecer o tabuleiro do jogo é fundamental para poder jogá-lo, além disso, deve-se reconhecer o seu espírito, pois o jogo, seja qual for sua essência, não é material, mas são as relações entre os jogadores que caracterizam a força que envolve a sua própria ação, nesse caso, a relação entre os agentes produtores do espaço turístico.

APRECIANDO O JOGO

2.1 O JOGO TURISMO: FENÔMENO SOCIAL COMPLEXO

O turismo é marcado por contradições e conflitos de interesses e, apesar de ser muito explorado e divulgado pela imprensa, sua conceituação ainda está em formação. Ao analisar a origem do termo turismo, Barretto (1995) coloca que o vocábulo *tour* é de origem francesa e significa “volta”. Em complementaridade, Andrade (1992) afirma que a matriz do radical *tour* é do latim, através do seu substantivo *turnus*, do verbo *tornare*, cujo significado é “giro, volta viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida”.

Estudos que tratem sobre a epistemologia do turismo ainda são pontuais (PANOSSO NETTO, 2003; MOESCH, 2002; DENCKER, 1998; TRIGO, 1998) uma vez que se verificam ainda dificuldades até na identificação do próprio objeto desse fenômeno.

A estigmatização do turismo principalmente pela filosofia resultou em poucas investigações científicas a respeito desse campo de conhecimento, de modo que por muito tempo foi desconsiderado por pesquisadores. Segundo Panosso Netto (2003), o estabelecimento de mecanismos que verifiquem a validade do conhecimento do fenômeno turístico, ora denominado epistemologia do turismo, é imprescindível, para que sejam desmistificados os equívocos perpassados pelos antigos estudiosos.

As pesquisas em turismo são recentes, porém seu avanço tem contribuído para o debate e possibilidades para a construção dessa área. Entretanto, a falta de um objeto de estudo específico, faz com que o turismo ainda permeie por diversos campos do conhecimento, como sociologia, economia, antropologia e a geografia, dentre outros.

Em seus estudos, Moesch (2003) observa que o turismo é um fenômeno social, extremamente subjetivo e pessoal. A concepção de turismo que ela defende

baseia-se no paradigma da complexidade, segundo o qual o turismo é uma prática social, ou melhor, um campo de práticas histórico-sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades e, portanto, explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer (MOESCH, 2003, p.20).

A autora aponta para elementos outrora desconsiderados, o turismo percebido pelo seu caráter holístico, uma preocupação com os sujeitos e sua produção do espaço e tempo – que diferenciam de acordo com o destino e segmento turístico – e a questão do simbólico.

Rodrigues (1999) aponta para a dificuldade de abarcar em uma única definição o significado do turismo, uma vez que são muitos os enfoques possíveis.

É certamente um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços – uma ‘indústria’, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços. (RODRIGUES, 1999, p. 17-18).

Concordando com a autora supracitada, no tocante a complexidade desse fenômeno e a polissemia do termo, será tarefa árdua encontrar um consenso entre os diversos teóricos, mas existem cinco elementos fundamentais que o caracterizam: a viagem, a permanência fora do domicílio, o caráter temporário, o sujeito do turismo (turista) e o objeto do turismo (bens e serviços turísticos) (BENI, 2000). Logo, para existir o turismo, faz-se necessário o deslocamento sazonal, fora da residência habitual, onde ocorra o uso de oferta turística por um agente social.

Os recentes estudos no campo do Turismo caminham no sentido do seu pensar e agir de modo mais coletivo, como afirma Krippendorf (2001, p.22), “desenvolvendo outras formas de lazer para que todas as pessoas envolvidas possam tirar o mesmo proveito, sem prejudicar os habitantes e o meio ambiente locais”. Segmentar o mercado, procurando atender as mais diferentes demandas, tendo em vista o desenvolvimento local e em escala humana.

Para acompanhar esse novo ritmo, o desenvolvimento do turismo deve ser revisto, buscando a harmonia entre todos os agentes, priorizando o humano – conciliando os interesses dos turistas às necessidades da comunidade –, o poder público investindo em políticas específicas e orientando o investimento do capital privado, capacitação da mão-de-obra local e distribuição de renda, preservação da cultura local e preparação dos indivíduos para envolver-se no universo turístico (KRIPPENDORF, 2001).

Neste contexto, a realidade turística vem modificando continuamente o espaço para atender às suas necessidades, gerando, em grande parte dos casos, efeitos negativos para a comunidade local, tais como a prostituição, marginalização, exclusão social, aculturação e agressão ambiental. Essas transformações não são apenas culturais, mas também socioespaciais, de modo que a população residente adequa-se a essa nova realidade que lhe é imposta.

Na condição de receptor, segundo Krippendorf (2001), a comunidade pode sofrer dois tipos de colonização, a colonização econômica, na qual a população não tem nenhum poder de decisão e acabam à margem da sociedade, e a colonização dos hábitos, costumes e do estilo de vida. São necessários programas sociais que oportunizem empregos e desenvolvimento econômico para a comunidade. Muitas vezes, nem as próprias necessidades básicas do ser humano são satisfeitas, então cabe ao Estado e a sociedade reavaliar essa situação e transformar este quadro.

No desenvolvimento do turismo, a população local relaciona-se apenas comercialmente com os visitantes, tendo inicialmente a visão de que o turismo será a solução de todos os problemas, posteriormente acreditam que a atividade gerará muito lucro para si e em seguida começam a se preocupar com as consequências trazidas pelo turismo, pois mesmo que involuntariamente provoca transformações (KRIPPENDORF, 2001).

Em meio à globalização e o aumento da concorrência, as localidades concorrem com o interno e externo, a localidade é apenas um produto a ser consumido, cabendo ao *marketing* vendê-lo. No século XXI, Tibau do Sul não concorre apenas com Maracajaú ou Pirangi do Sul, mas também com Porto de Galinhas, Florianópolis e *Tahiti*. Enquanto produtor e consumidor do espaço, o turismo pode mercantilizar os patrimônios culturais e naturais locais, tornando-os objeto de consumo, causando dessa forma danos irreversíveis à comunidade receptora.

O fenômeno da globalização, tal como uma moeda, tem duas faces – o verso e o reverso, que correspondem ao global e ao fragmento – um não vive sem o outro. Fortalecer as diferenças – expressas pelo *lugar* – significa alimentar o global. O turismo vive das especificidades, uma vez que as pessoas se deslocam em busca do novo, do inusitado, da aventura, de um lugar - caracterizado pela sua força identitária. (RODRIGUES, 1997, p.12).

Dessa forma, deve-se fortalecer o local para sobressair em meio ao global. Pensado assim, os benefícios são de ordens econômicas, culturais (contato com outras culturas, geografia, história, artes...), psicofísicas (desibinição, descanso físico e mental) e melhoria da qualidade de vida da população, desde que tenha suas necessidades básicas supridas.

A população autóctone, embora de forma incipiente, começa a perceber seu poder de voz, requerendo os seus direitos e visando o desenvolvimento local. Esse entendimento deve ser mais dinamizado, para que um número maior de residentes se conscientize do seu poder de decisão e de que modo podem contribuir para o turismo. Melhorando suas condições de vida e havendo uma maior redistribuição da riqueza.

O turismo deve ser incentivado, uma vez que favorece a comunidade local, para que ela não sofra o processo de exclusão socioespacial, que ela fique ciente de todas as consequências geradas pela atividade. Os interesses de todos os agentes devem ser discutidos, porém uma vez decidido pela implementação da atividade turística, deverá ser priorizado a qualidade de vida da comunidade residente. Para Krippendorf (2001),

o turismo só deve ser encorajado na medida em que proporcionar à população local uma vantagem de ordem econômica, antes de tudo, sob a forma de lucros e empregos. Que a mesma tenha desejado que essa vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida. (...) nas regiões em que o turismo cresce rapidamente, os outros ramos econômicos devem, inclusive, ser alvo de uma prioridade absoluta (Ibid., p.146).

Nessa passagem, o autor enfatiza a importância da continuidade dos outros modos de produção numa localidade turística, como agricultura, pesca e artesanato, para que o turismo não se torne uma monocultura na região, alertando dos perigos acarretados caso isso venha ser uma realidade.

O turismo apresenta duas vertentes, “podendo se vincular ao crescimento econômico concentrado, como ao desenvolvimento social, chamado desenvolvimento local” (CORIOLANO, 2003, p.13) e essa deve ser a busca para o futuro da atividade, tendo o Estado um importante papel no seu planejamento e desenvolvimento, através de ações que minimizem as disparidades existentes entre turistas e autóctones.

No início do século XXI, essa preocupação foi intensificada e foram indicados novos caminhos para o turismo, de forma mais democrática e menos impactante, pois

qualquer atividade modifica o espaço, porém para que a ação antrópica minimize os impactos, surge o denominado turismo de base comunitária ou de base local. Um novo turismo marcado pelo exercício de poder entre todos os agentes envolvidos no processo: Estado, Turistas, Poder Privado e Comunidade local.

Os discursos sobre o turismo são paradoxais, o cenário teórico difere-se do real. É uma atividade contraditória, que ao mesmo tempo em que tenta promover o desenvolvimento, preservar os destinos e conservar as culturas, transforma o espaço em mercadoria. Partindo-se desse pressuposto, o turismo é caracterizado por antíteses, imbuído de relações de poder que reflete na produção do seu território, tal como será visto a seguir.

2.2 DESCOBRINDO O TABULEIRO: O TERRITÓRIO TURISTIFICADO E AS RELAÇÕES DE PODER

A civilização humana inicia-se com o domínio de técnicas do homem sobre a natureza, à medida que transformava a pedra bruta – pelo processo de lascar e polir – em instrumentos de defesa e caça, controlava o fogo, coletava sementes e frutos, preparava e armazenava os alimentos, conseguia garantir mais tempo de sobrevivência para si e para seu grupo social. O avanço dessas tecnologias fez com que o homem se tornasse sedentário, fixando-se em determinado local, fazendo uso da matéria-prima para melhor se valer dela, buscando abrigo, defesa e perpetuação da sua espécie. Seria o princípio de territorialização, a apropriação do espaço – natureza, atribuições simbólicas e conflitos entre si, com outras espécies e tribos adversárias.

Haesbaert (2004, p.24), afirma que “cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas”. Partindo desse pressuposto, no processo evolutivo do homem, o mesmo foi se (re) organizando e criando novas estruturas de convívio em sociedade, desde a formação de tribos, feudos, vilarejos, quilombos, impérios e Estados-Nação, todos produziram seu território, de acordo com o seu tempo e sua história.

Para haver o território é necessário o espaço, pois o primeiro está contido no segundo (RAFFESTIN, 1993). O espaço é “um conjunto indissociável, solidário e também

contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1999, p.51). Isso significa que os objetos implicam materialidade e as ações nas relações entre os homens, sendo (re) significados mediante os agentes sociais e assumindo diversas leituras dependendo do contexto histórico. Para uma melhor compreensão traz-se a tona à praia, que por muito tempo foi visto como um lugar de perigo, impróprio para a circulação do homem, posteriormente pelo seu caráter terapêutico, de cura e no presente século, é considerado uma área para o usufruto do lazer, bem como objeto de desejo de muitos sujeitos sociais e meio de sustento para diversas comunidades pesqueiras, observando assim que um mesmo objeto pode representar diversas ações.

Essa característica multifocal dado ao espaço é concebida pelos agentes que atuam em determinada área, pois “se por um lado o espaço é um de plano da expressão constituída por superfícies, distâncias e propriedades, por outro é o plano do conteúdo, constituído pelas superfícies, distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado dado pelos atores sociais” (RAFFESTIN, 1993, p.48). A partir do momento em que os sujeitos, formados pelas suas diferentes práticas sociais se apropriam dele, produzindo-o dialeticamente, o espaço torna-se território.

Corroborando com essa proposta, Haesbaert (1997, p.41) afirma que:

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou *controle* politicamente estruturado, mas também de uma *apropriação* que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivemos nos referindo, afetiva.

Confrontando os principais estudiosos que tratam dessa temática identificam-se quatro tendências de abordagem sobre o território, conforme observado no quadro 04. Essas tendências sucedem-se no tempo histórico, coexistindo em algumas situações, momentos e períodos. A semelhança entre elas é o respeito às relações e regras que são legitimadas pelos sujeitos que vivem naquele território, embora possa haver resistência e novas configurações, não é simplesmente a divisão da terra ou instituição de governos que o definem.

TENDÊNCIAS	Econômica	Geopolítica do Espaço	Fenomenológica	Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Local
CARACTERÍSTICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Materialismo histórico e dialético; - Relações de produção e de força produtiva; - Domínio do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> - Área e recursos naturais; - Natureza e Estado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária; - Representações sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Relações sociais (alteridade) e materiais (exterioridade); - Autonomia das sociedades locais;
AUTORES	Lefebvre; Harvey; Dematteis	Gottman; Soja; Raffestin e Guichonnet	Dardel; Turri; Frèmont; Lefebvre; Sereni e Gambi	Malmberg; Raffestin; Dematteis; Haesbaert; Sack; Deleuze, Guatarri.
PERÍODO	1950-1960	1950-1970	1960-1970	A partir de 1980

Quadro 04: Tendências da abordagem do território

Fonte: Adaptado de Saquet (2007)

Diante desse quadro podem-se observar as várias tendências pelo qual o território pode estar vinculado, uma na qual se valoriza mais a dimensão política, outra que enfatize a dimensão do vivido, porém no presente estudo a ênfase será dada de que o território é uma porção do “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78). Dessa forma, para refletir sobre essa questão é fundamental discutir o poder, pois discutir o território é remeter-se ao poder (RAFFESTIN, 1993; ANDRADE, 1996; NEVES, 1996).

O poder vem sendo discutido por diversos autores sem que haja um consenso sobre sua conceituação. Etimologicamente esse termo originou-se do latim *potens, potentis*, participio presente de posse, tendo o mesmo radical da palavra potência. Segundo Lebrun (1981, p. 10), “potência é a capacidade de efetuar um desempenho determinado, ainda que o ator nunca passe para ao ato”. Para o esse autor, a potência só existe quando se canaliza uma força, a qual não necessita utilizar mecanismos coercitivos de violência e sim meios de persuasão capazes de influenciar no comportamento dos sujeitos.

Do ponto de vista do controle remete-se principalmente ao Estado, ao conjunto de normas, leis e políticas que devem ser seguidas pelos indivíduos que vivem em uma limitada parte da superfície terrestre.

Já para Macht (apud LEBRUN, 1981, p.12), “potência significa toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que se repouse tal oportunidade”. Entendendo-se assim, o poder de forma negativa, ligado a punição, repressão e violência, visão perpetuada até os tempos contemporâneos. Esse pensamento fundamenta-se na teoria jurídica clássica do poder de Max Weber, na qual o considera enquanto direito a algo, que pode ser negociado por quem o detém (GERTH e MILLS, 1982).

Contraopondo-se a visão weberiana, tem-se a concepção marxista na qual o poder não pode ser considerado objeto de troca, sendo entendido pela sua funcionalidade econômica. Seu papel é de manter relações de produção e, ao mesmo tempo, reconduzir uma dominação de classe, possíveis em função do desenvolvimento e das modalidades próprias da apropriação das forças produtivas. (MARX, 1998).

Pode ser observado que as definições são díspares, podendo destacar ainda a ideia de Parsons (apud LEBRUN, 1981, p.13), que recusa-se a considerar o poder enquanto

imposição por um agente a outro, minimizando, assim, o seu caráter coercitivo, bastante difundido em nossa sociedade. Essa concepção assemelha-se a visão foucaultiana. Para Foucault (1991; 1997; 2007) o poder é menos controlador de forças que seu produtor e organizador, é instaurador de normas, mais que de leis.

Diante desse olhar, concebe-se que existe o poder além do Estado, poderes dentro de todo o corpo social. Esses poderes locais são denominado por Foucault como micropoderes que perpassam o cotidiano e os indivíduos, permeando-se em rede. “O exercício do poder implica a manipulação constante da oposição continuidade *versus* descontinuidade. O jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora a continuidade, deslocando os limites, ora a provocar a descontinuidade, criando novos limites” (RAFFESTIN, 1993, p.169).

Na perspectiva do simbólico, o território também representa o conjunto dos valores, significados e símbolos que a cultura local imprime nele. Bem como as interações entre os membros de uma sociedade, considerando o caráter subjetivo e suas representações.

Os territórios podem ser originados por ordem política, econômica e/ou sociocultural, por exemplo, a luta dos trabalhadores nos anos de 1968-1969 no Triângulo Industrial em Turim (Itália); o Ciclo da Borracha na região amazônica provocou a migração de diversos sujeitos para essa localidade, resultou na criação do estado do Acre; a favelização das grandes metrópoles que reconjectura a cidade, dando-lhe novos sentidos para os agentes que vivem naquele território; e, a carcinicultura no litoral potiguar, que cria uma linguagem e códigos próprios compreensíveis para todos os indivíduos que pertencem a esse circuito. Diante disso, toda e qualquer ação vai interferir no processo de (re) territorialização, indo além de um recorte espacial e político, mas de conexões e redes estabelecidas entre os agentes envolvidos.

Para entender o turismo faz-se necessário observar como as relações de poder entre os agentes desse processo foram definidas, elegendo partes do território, segmentando-o em diferentes formas e períodos, uma vez que o poder é fluído e adapta-se a realidade de uma época. Tal posicionamento corrobora com a idéia de Foucault (2007) que o poder não pode ser tido como um objeto natural e sim como uma prática social que se constitui historicamente.

O crescimento do turismo não foi revertido em desenvolvimento de forma homogênea, mas com peculiaridades em cada destino turistificado. O modelo de turismo a ser seguido em cada região é definido por relações políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais. Relações essas marcadas pelo poder exercido e exercitado entre os sujeitos sociais, não apenas detido pelo Estado. Conforme Foucault (2007), o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. O autor ainda elucida que o poder está em todo o lugar, existindo diversas fontes de onde ele provém, isto é, o Estado, partidos políticos, associações, igreja e, sobretudo, o indivíduo como ser social.

Parte da escolha dos destinos a serem turistificados é deflagrada pelo Estado de forma coercitiva, o que Foucault (2007) denominaria de análise descendente, na qual o poder parte do Estado chegando às classes menos favorecidas da sociedade. A exemplo dessa prática, a aliança do Governo com certos prestadores de produtos e serviço indica quais os tipos e destinos turísticos devem ser difundidos, e o mercado e a sociedade adaptam-se a ele. Logo, a forma como essa relação será exercida (re) organizará o território, que não necessariamente é imposto pelo Estado, mas que sofre resistências da comunidade que (re)cria outras territorialidades.

Entretanto, na prática, há exceções, surgem novas formas de turismo, muitas delas a partir do interesse da população, partindo assim de baixo para cima despertando o interesse do capital, que busca se apropriar dele e realinhar a lógica do mercado, destacando-se o turismo GLBT, Melhor Idade e Turismo na Agricultura Familiar. Partindo dos princípios foucaultino (2007), esse modelo de segmentação do turismo pode ser analisado de forma ascendente, pois o poder não surgiu através de uma dominação global e centralizada, mas se difundiu e repercutiu em outros setores da vida social, promovendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar.

Consoante com esse ideário, Raffestin (1993) afirma que um poder se esforça para se sobressair ao outro, de forma que escolhe o sistema que melhor atinja seus objetivos, dispostos a transformar a existência dos poderes vigentes, a menos que esses recuperem o seu poder para se oporem ao outro poder. Para ele, toda mudança implica uma

nova estrutura de poder e isso é fundamental para a produção de novos territórios e territorialidades.

Deve-se esclarecer que inclusive a modalidade turística ascendente nem sempre surge pacificamente, pois nos destinos turísticos não há uma homogeneidade de interesses. Existem sujeitos que reproduzem o discurso governamental, outros que seguem os interesses dos prestadores de serviços, como também aqueles que não comungam dessa idéia, calando-se ou reivindicando outras práticas, evidenciando-se as contradições existentes nos territórios. Essas, por sua vez, induzem o surgimento de turismos alternativos, como o comunitário, das favelas e étnico (CORIOLANO, 2006).

3 AS REGRAS DO JOGO

Todo jogo tem suas regras e são elas que determinam aquilo que “vale” dentro do mundo temporário por ele circunscrito. As mesmas são pré-definidas, aceitas pelos jogadores e não permitem discussões, segundo Huizinga (2000, p.14) “[...] não há dúvida de que a desobediência às regras implica a derrocada do mundo do jogo” (p.14).

No turismo, as regras principais remetem-se ao planejamento e gestão da atividade, respeito mútuo e confiança entre os agentes sociais, execução e fiscalização das leis ambientais e valorização da cultura local. O jogador que desrespeita ou as ignora é o “desmancha prazeres”, além desse tipo de jogador pode-se encontrar o desonesto, o batoteiro, que finge jogar seriamente o jogo e aparenta reconhecê-lo (HUIZINGA, 2000).

Outros tipos de jogadores podem ser classificados como amadores ou profissionais, variando pelo maior domínio e prática do jogo e embora certas jogadas tenham consequências previsíveis, é muito difícil predizê-las, pois além de dependerem da estratégia de cada jogador dependem das ações da totalidade mundo: crises econômicas, catástrofes naturais, mudanças climáticas, entre outros.

3.1 LANÇANDO OS DADOS: AS DIMENSÕES ECONÔMICAS, SÓCIO-CULTURAIS E POLÍTICA DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

O turismo enquanto agente territorializador do espaço, segue a dinâmica do poder, no qual as políticas são geralmente criadas pelo Estado de acordo com as necessidades do setor privado. Em contrapartida sempre há a resistência, uma vez que, o poder é permeável. Se a priori supõe-se estar detido pelo Estado, de fato não está, pois o poder é relacional, capaz de se reformular, já que aparentemente esse poder está agora nas mãos da comunidade, e que futuramente, pode voltar para o Estado ou setor privado. Conforme Foucault (2007, p.146), “Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares e a batalha continua”. O domínio aparente de determinado agente, definindo como os demais devem atuar, utiliza-se da prerrogativa foucaultiana de controle-repressão, impondo limites e normas que devem

ser seguidas. Entretanto essa rigidez é questionada, remodelando-se a dominação através do controle-estimulação, desmistificando a ideia que as comunidades são as dominadas e que o Estado em conjunto com o setor privado são os dominantes.

Esse caráter permeável e permeabilizante do poder refletem no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T – D – R) dos territórios,

[...] a territorialização implica [...] um conjunto codificado de relações [...], a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras [...]. A reterritorialização [...], pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc. (RAFFESTIN, 1984 apud SAQUET, 2007, p. 78)

Sendo assim, a territorialização representa o enraizamento de processos locais, não podem ser facilmente ou rapidamente criados e imitados em localidades que não os têm. Em contraposição, na desterritorialização, há o desenraizamento, as atividades se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um local, mas remete-se aos fluxos, as redes, e essas relações se movimentam em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias, criando novas formas de apropriação dos territórios, o chamado processo de reterritorialização. Corroborando com essa assertiva, tem-se que

A desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono de velhos territórios para os novos. (CÔRREA, 1996, p.252).

Nesse contexto observa-se a dinâmica desse processo, eminentemente relacional, metamórfico. Conforme o autor, a produção dos novos territórios pode acabar com um território, bem como pode criar o novo dialogando com o velho, o moderno com o tradicional. Destaca-se na citação de Côrrea (1996) o importante papel das migrações no processo de reterritorialização, do poder dos migrantes enquanto modificadores do

território trazendo sua cultura, inserindo-se no mercado de trabalho ou excluídos socioespacialmente, o fato é que contribuem para o reordenamento do território.

Raffestin (1993) acrescenta que os fluxos migratórios objetivam a busca pelo capital, logo a invasão dos *outsiders* nos destinos turísticos reflete essa mesma lógica, a procura pelo lucro, empregos e renda pregados de forma ostensiva pelo poder público. Corroborando com essa proposição, Haesbaert (1977) observa que

[...] a desterritorialização contemporânea, fruto sobretudo de uma longa história das relações capitalistas, é produto/ produtora das inovações tecnológicas impostas pelos capitalistas, e pela sociedade de consumo, que podem gerar uma crescente mobilidade (de pessoas, mercadorias e informações), do relativo desmonte do Estado-Nação e do domínio que exercia sobre sua territorialidade (enfraquecendo as formas tradicionais de cidadania e de controle político sobre as transformações territoriais) e da crise de valores que gera uma crise de identidades, incluindo as identidades com a natureza (cada vez mais devastada e ‘enclausurada’ em reservas de acesso controlado) e com o território em seu sentido mais amplo. (Ibid., p. 115).

Na sociedade global, a desterritorialização é um processo cada vez mais intenso e generalizado. Construção e reconstrução do espaço. O processo de desterritorialização acentua e generaliza outras e novas possibilidades de ser, agir, sentir, pensar, sonhar e imaginar (IANNI, 1999).

Na pós-modernidade, “o turismo é um dos elementos que contribui para a aceleração da intensidade da mobilidade das populações sobre a superfície terrestre, sua velocidade e os desenraizamentos dos territórios” (GEIGER, 1996, p. 237). Sendo assim torna-se um elemento transformador do espaço, tanto como objeto ou veículo do processo de territorialização. Como objeto, à medida que os territórios são produzidos para o turismo, de forma intencional como exemplo a criação do Complexo Costa do Sauípe, localizado na Bahia; e como veículo, de forma gradativa e não intencional, quando foram territorializados pelo turismo, caso de Pipa, no estado do Rio Grande do Norte.

Para Knafou (1996) as relações entre território e turismo podem, ser analisadas de acordo com três tipos de situação: territórios sem turismo, onde a turistificação ainda não aconteceu; turismo sem território são os lugares de passagem, onde não existe uma proximidade entre os turistas e a comunidade local, o destino; e os territórios turísticos, “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (KNAFOU, 1996, p. 73), aqueles que foram

apropriados pelos turistas e sofrem com a especulação imobiliária e ação dos agentes hegemônicos.

Ainda conforme o mesmo autor, são três as fontes de turistificação dos lugares e dos espaços: os turistas que estão na origem do turismo, sem ter uma ligação direta com o poder privado; o Mercado quando elege quais partes do território serão contempladas com turismo, definindo os produtos turísticos; e a terceira é proveniente do Estado, através dos planejadores e promotores “territoriais”, provém do próprio destino, tanto das instâncias federal, estadual ou municipal.

Coriolano (2003; 2006), Cruz (2007) e Fonseca (2005) apontam que a comunidade nativa também pode agir no processo de territorialização advindos do turismo, através de novos segmentos turísticos. As comunidades ora atuam enquanto residentes do território ora como trabalhadores do turismo, vivenciando momentos conflituosos, assumindo diversos papéis. Diante disso deve-se romper com os dualismos, respeitando a diversidade identitária, a convivência com o conflito – respeitando a alteridade, e tal como Haesbaert (2002, p. 158)

[...] buscando novas alternativas para uma sociedade menos opressiva e condicionadora – onde efetivamente se aceite que o homem é dotado não apenas do poder de (re) produzir, mas, sobretudo de criar, e que a criação é suficientemente aberta para não se restringir às determinações da razão.

A citação supracitada pode remeter-se ao processo de transformações socioculturais, partindo do pressuposto que a cultura não é cristalizada, mas mutável. No pensamento pós-moderno, a identidade é vista como algo móvel, sempre em construção, que vai sendo moldado no contato com o outro e na releitura permanente do universo circundante.

Corroborando com essa questão Barretto e Banducci Júnior (2001, p.19) afirmam que o contato entre o turista e o residente desencadeia “um processo de contradições, tensões e questionamentos, mas que, sincrônica ou diacronicamente, provoca o fortalecimento da identidade e da cultura da sociedade receptora e, muitas vezes, o fortalecimento do próprio turista que, na alteridade, se redescobre”. Logo as transformações que irão acontecer nos destinos não serão maléficas ou benéficas para a comunidade, mas trarão um novo significado para a cultura local, diante disso seria improcedente imputar ao

turismo a causa de todas as mudanças, “uma vez que a modernização, a mídia, a urbanização entre outros fatores, tem contribuído para o processo de desestruturação de culturas particulares tanto quanto ao ainda mais que a presença do turismo”. (IDEM, p.29).

O turismo é um fenômeno social capaz de gerar relações sociais específicas que trazem resultados, ainda por serem descobertos, tanto para os indivíduos quanto para as suas culturas (IBID, 2001).

3.2 AS ESTRATÉGIAS DE CADA JOGADOR: AS TERRITORIALIDADES DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO TURÍSTICO

Nos territórios turísticos são observados diversos tipos de territorialidades, desde aquelas formadas pelos agentes hegemônicos, passando pela comunidade local e turistas. Admite-se que a “expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeito à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território”. (ANDRADE, 1996, p.214).

São vários os pontos de vista para o entendimento da territorialidade, uma visão mais focada a questão da organização de seu espaço e o do modo de utilizar a terra é defendida por Sack (1986, p.19) que compreende a territorialidade “como uma tentativa, que pode partir de um indivíduo ou de um grupo, de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos em uma área geográfica”.

Fato é que a territorialidade é marcada pela relação de alteridade e exterioridade. “A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORRÊA, 1996, p.251-252). Dessa forma, a produção de territorialidades reflete as relações de poder de cada agente produtor do novo território, visto que há interação entre eles que procuram modificar as relações com a natureza como as relações sociais. É impossível manter uma relação que não seja marcada por ele e que cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade (RAFFESTIN, 1993).

No tocante ao turismo, a ação dos agentes produtores do espaço é, ao mesmo tempo, conflituosa, cooperativa e competitiva, emersão de paradoxos que refletem na segregação socioespacial, em novas territorialidades e compõem-se “de pessoas, grupos sociais, empresas/ firmas e instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno e/ou sobre a atividade turística, ou seja, com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso” (FRATUCCI, 2008, p. 74).

Tomando por base o modelo “Agentes sociais produtores do turismo: lógica de apropriação dos espaços”, proposto por Fratucci (2008), elucidar-se-á sobre a ação de cada um deles no território turístico (ver quadro 05). Para esse autor, os agentes produtores do espaço turísticos são: o Estado, o mercado, os turistas, os residentes e os trabalhadores (diretos e indiretos). Vale ressaltar que é necessário compreendê-los no contexto de um jogo, cujos participantes interagem e produzem resultados para além ou aquém do inicialmente proposto. Os movimentos ou jogadas são os meios utilizados pelos jogadores para alterar suas acumulações, da mesma maneira que alteram a situação através da ação humana. Numa situação inicial, todos têm a mesma condição; entretanto, nem todos têm as mesmas habilidades para jogar. Essas habilidades são adquiridas na prática do próprio jogo.

Agentes sociais produtores do turismo		Lógica de apropriação dos espaços	Expectativas e tendências	Características	
Tipos	Subtipos				
Turistas (visitantes)	Turistas	Predominantemente Reticular	Oportunidade de afastamento do cotidiano e da rotina de trabalho; tempo de lazer e descanso; busca ver e ser visto; mais exigente e interessado em manter contato com a cultura dos locais visitados.	Territorialidade flexível, sazonal; apropriação dos valores materiais e imateriais dos destinos turísticos; comportamentos e hábitos diferenciados conforme nível de renda e classe social; viagens mais curtas do tipo excursionista-recreativa.	
	Excursionista				
	Veranista				
Poder Público	Federal	Predominantemente Zonal	Oportunidade de equilíbrio na balança de pagamentos; aumento da arrecadação; tentativa de redistribuição de renda entre as regiões do país; turismo visto como possível vetor de diminuição das desigualdades regionais.	Visualizam no turismo a oportunidade de desenvolver projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações de áreas menos favorecidas; acreditam no retorno mais rápido com o estímulo ao desenvolvimento do setor turístico; priorizam os grandes empreendimentos e o capital externo.	
	Estadual		Atração de investimentos para novos negócios; aumento na arrecadação; criação de empregos e ocupação; busca de articulação com os municípios vizinhos para a oferta de produtos mais competitivos.		Tem dificuldades em assimilar a complexidade do turismo; operam de forma não planejada e com visão de curto prazo; tendem a valorizar mais os investidores externos; o jogo político local dificulta a estruturação de fóruns gestores do turismo nessa escala.
	Municipal				

Quadro 05 – Agentes sociais produtores do turismo: lógica de apropriação dos espaços (1ª parte)

Fonte: Fratucci, 2008

Cont.

Agentes sociais produtores do turismo		Lógica de apropriação dos espaços	Expectativas e tendências	Características
Tipos	Subtipos			
Agentes de mercado	Grandes empresas/ cadeias internacionais	Zonal e reticular (mais instável)	Aumento das oportunidades de acumulação e reprodução do capital; lucro; articulados em grandes redes internacionais; operam com grandes volumes de negócios o que lhes permitem oferecer preços e condições mais competitivos.	Demandam do Estado a implantação de infraestrutura urbana e o fornecimento de linhas de crédito e de incentivos mais vantajosos; no caso de diminuição da lucratividade nos negócios, mudam-se para outros destinos; grandes empreendimentos; padronização das instalações e dos serviços; utilização mão-de-obra mais capacitada e, predominantemente, externa ao destino turístico.
	Empresários locais	Reticular (mais estável) e zonal	Possibilidade de expansão dos negócios; aumento na lucratividade; têm dificuldades de se articularem com as grandes operadoras internacionais; operam volumes menores de negócios, o que os leva a manter preços e condições menos competitivos.	Autoempreendedores; permanecem nos destinos turísticos mesmo quando eles entram na fase de saturação e de declínio; pequenos e médios negócios, com serviços pouco padronizados, mas diferenciados; utilizam a mão-de-obra local ou do seu entorno regional, quase sempre não qualificada para o turismo.
	Fornecedores de serviços e matérias-primas	Zonal e reticular	Instalam-se nos destinos turísticos, em especial nas suas grandes áreas periféricas; em sua grande maioria não são fornecedores exclusivos do turismo.	Sofrem os efeitos da sazonalidade do turismo mais diretamente; quase sempre não se reconhecem como parte da cadeia produtiva do turismo

Quadro 05 – Agentes sociais produtores do turismo: lógica de apropriação dos espaços (2ª parte)

Fonte: Fratucci, 2008

Cont.

Agentes sociais produtores do turismo		Lógica de apropriação dos espaços	Expectativas e tendências	Características
Tipos	Subtipos			
Trabalhadores diretos	Formais	Zonal e reticular (Mais permanente)	Oportunidade de trabalho e renda fixa (salário); mais capacitados; migram para os locais onde podem ter mais chances de ocupações mais bem remuneradas; nesses casos podem gerar pressão sobre as questões de locais de custo de vida e de moradia.	Buscam atender às exigências de formação impostas pelo setor; mantêm contato pessoal com os turistas; quando migrantes, podem não se relacionar com a população autóctone. Convivem marginalmente com o setor turístico; seus ganhos são sempre inferiores e sazonais; mantêm contato pessoal com os visitantes; sofrem mais diretamente os efeitos da sazonalidade do turismo.
	Informais	Zonal e reticular (sazonal)	Oportunidade de obtenção de alguma renda e/ou ganhos extras; pouco capacitados e sem condições de buscar melhores ocupações.	
Trabalhadores indiretos	Formais	Zonal e reticular (Mais permanente)	Oportunidade de trabalho e renda fixa (salário)	Não têm percepção clara da sua participação no setor turístico; quase não tem contato direto com os turistas; não se percebe como parte da cadeia produtiva do turista. Convivem marginalmente com o setor turístico; seus ganhos são sempre inferiores e sazonais.
	Informais	Zonal e reticular (sazonal)	Oportunidade de obtenção de alguma renda e/ou ganhos extras	
População residente	Envolvida diretamente com o turismo	Predominantemente zonal	Busca obter algum tipo de vantagem com o setor turístico sem se envolver diretamente com ele.	Vê no turismo uma possibilidade para o desenvolvimento local; mantêm contatos esporádicos com os visitantes. Procura afastar-se das áreas de concentração de turistas; evita contato com os “forasteiros”.
	Sem envolvimento direto com o turismo		Indiferente ao processo de desenvolvimento turístico.	

Quadro 05 – Agentes sociais produtores do turismo: lógica de apropriação dos espaços (3ª parte)

Fonte: Fratucci, 2008

3.2.1 O Estado

Sabe-se que o Estado desempenha na sociedade um papel considerável no ordenamento do espaço e não se difere no tocante ao turismo, o mesmo assume um papel ímpar para a estruturação de qualquer destino turístico. Hall (2001) ressalta que o planejamento e as políticas públicas são atividades políticas antes de serem técnicas. Dessa forma, as relações de poder existentes precisam ser analisadas criteriosamente, pois as conseqüências no processo são decisivas. Nesse jogo de interesses dos diferentes agentes do turismo, o Estado deve ser responsável pelo processo de planejamento, pois esta instância de poder não pode se apresentar apenas como agente legitimador e reproduzidor das forças do mercado, mas como instituição que reflete o interesse dos setores majoritários da sociedade (HALL, 1999).

O Poder Público não é o único agente influenciador na escolha do destino, mas existem outros poderes denominados periféricos e moleculares, além-Estado, que atuam em patamares variados e diferentes da rede social, nos quais os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado (FOUCAULT, 2007).

3.2.2 O Mercado

O mercado, tal como o Estado, é um agente hegemônico no processo de territorialização turística. Tecnicamente são conhecidos pela denominação de *trade turístico*, constituído por hotéis, pousadas, agências de viagens, restaurantes, bares e demais equipamentos que oferecem serviços para os turistas. Com o neoliberalismo, o agente privado vem assumindo o fornecimento de diversos serviços públicos, principalmente nas áreas dos transportes e das comunicações.

Quando se fala em Mundo, está se falando sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das idéias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. (SANTOS, 1996, p.18).

No turismo não é diferente, o poder privado transforma tudo em mercadoria, como a paisagem, a cultura e a educação. O espaço aparece como mercadoria produzida e vendida, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à

especulação que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados na sociedade (CARLOS, 1996).

3.2.3 Turistas

Muitos autores defendem que o turista é o principal agente do turismo, pois sem o primeiro não existe o segundo (KNAFOU, 1996; BENI, 1998). Sua característica principal é a transitoriedade, pois trata-se de um agente que não fixa estadia, laços afetivos e sua relação com o território é passageira.

O turista, segundo a OMT (1996c, p.24 apud OMT, 2003, p.100) é

qualquer pessoa que viaja a um país que não aquele de residência e aí permanece pelo menos uma noite, mas não por mais do que um ano e cujo objetivo de visita não é o exercício de uma atividade remunerada no país visitado. O termo 'turista' inclui pessoas que viajam por lazer, recreação ou férias; para visitar amigos e parentes; negócios ou motivos profissionais; para tratamento de saúde ou peregrinações e por outros propósitos.

Porém não se pode homogeneizá-los, pois existem diferentes perfis, que em maior ou menor grau interagem com os nativos, numa relação de alteridade, com respeito e interesse em conhecer a cultura, o lugar do outro (WAINBERG, 2003). Outra característica desse agente é que o mesmo possui duas territorialidades, uma em seu local de origem e outra no destino visitado, refletindo em sua ação.

Deve-se reconhecer a necessidade de termos sempre em consideração o papel do turista nos processos de turistificação dos espaços. É ele que, em primeira instância, com as avaliações subjetivas das suas próprias necessidades, acaba por definir quais partes do espaço serão turísticas. Como nos lembra Knafou (1996), não existem lugares turísticos sem turistas. Portanto, a compreensão dos processos de turistificação dos espaços e a construção dos territórios do turismo “passam também, pelo entendimento dos processos subjetivos e pessoais que motivam os turistas a optarem por determinados destinos em detrimento de outros”. (Ibid., p.62-63).

3.2.4 Residentes

Os estudos recentes da geografia se remetem a comunidade enquanto agentes produtores do espaço (CRUZ, 2007; FONSECA, 2005, FRATUCCI, 2008 e CORIOLANO, 2006), sendo ativos ou passivos mediante o advento do turismo no território.

Moradores nativos e provenientes de outros estados brasileiros e do exterior, quer sejam proprietários de equipamentos turísticos ou estejam envolvidos (in)diretamente com esse fenômeno influenciam no processo de turistificação.

Nos pólos receptores da atividade turística, segundo Knafou (1996, p.64), pode ocorrer uma dualidade de territorialidade: “a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que frequentam”.

A comunidade não deve perder sua própria identidade, sua unicidade. A cultura não deve ser comercializada, pois “o que de verdade dá sentido a um lugar é o conjunto dos significados, os símbolos que a cultura local imprime nele e é isso que leva o outro, forasteiro, a sentir, partindo de seus valores, o lugar ao qual se visita” (MARTINS, 2002 apud CORIOLANO, 2003, p.69). É essa individualidade que o torna diferencial em meio ao global. A particularidade de cada povo contribui para a atração de visitantes.

O residente vive no território turistificado, esse é o seu cotidiano, sofre os efeitos desejáveis e não desejáveis do turismo e assume territorialidades distintas: enquanto residente que não tem nenhum vínculo direto com a atividade; e como trabalhador, mantendo relações mercantis. O turismo pode gerar conflitos internos, entre os grupos sociais locais, entre os agentes de mercado externos e com os visitantes. Ressalta-se que a comunidade tem a capacidade de se organizar e resistir à lógica vigente, assumindo ações de contraracionalidades (SANTOS, 1999) e micropoderes (FOUCAULT, 1997).

3.2.5 Trabalhadores

O grupo de agentes produtores do espaço turístico formado pelos trabalhadores constitui-se “por parte da população residente nas áreas receptoras ou circunvizinhas, autóctones ou migrantes, que se emprega nas diversas empresas ou atividades geradas e envolvidas pela turistificação” (FRATUCCI, 2008, p.91).

Podem ser classificados em trabalhadores diretos ou indiretos e sua ação implica a qualidade da prestação do serviço. Geralmente são pouco capacitados, mal remunerados e residem nas áreas periféricas do município, contribuindo com a segregação socioespacial, apenas os mais qualificados – em sua maioria formada por migrantes – têm melhores condições de vida.

Destaca-se que essa população obtém seus ganhos com turismo, e que parte dela inserida no mercado de trabalho, tal como taxistas, proprietários de supermercado, posto de gasolina ou borracharia, não se percebe envolvida dentro da cadeia produtiva do turismo, mostrando certo descomprometimento com essa atividade, fonte primária de renda do seu município.

4 FAIR PLAY VERSUS RIVALIDADE: UMA ESCOLHA A SER FEITA

O sentido original do jogo é a capacidade do *fair play*, isto é, simplesmente a boa fé expressa em termos lúdicos. Segundo Huizinga (2000, p.234) “É preciso que ele [o jogo] não seja uma máscara, servindo para esconder objetivos políticos por trás da ilusão de formas lúdicas autênticas”, sendo assim é a clareza, transparência e respeito entre os jogadores que possibilitam a sua manifestação. Partindo desse princípio, jogar não é apenas vencer, mas superar desafios que busquem a participação de todos (SOLER, 2002).

Nessa perspectiva, deve-se jogar com os outros e não contra os outros, embora predominantemente o jogo seja vinculado como sinônimo de competição, na qual há apenas um vencedor, existem os jogos cooperativos que buscam a solidariedade e a participação do coletivo. Paralelamente, o processo de reterritorialização pelo turismo pode atender aos interesses de certos agentes (jogadores) em detrimento de outrem, atuando com o espírito de *fair play* ou de rivalidade, sendo assim o espaço é transformado à medida que eles começam a atuar (jogar) no território, modificando a paisagem, as relações socioculturais, políticas e econômicas.

Esse processo de desterritorialização e reterritorialização deve ser considerado do ponto de vista político, econômico e/ou simbólico ou simbólico-cultural (HAESBAERT, 2004). No aspecto político há uma disputa de poder entre os governantes locais e os novos agentes que chegam ao território; a dimensão econômica é revelada na medida em que novas atividades econômicas são sobrepostas em detrimento das tradicionais; já o caráter simbólico ou simbólico-cultural materializa-se em mudanças nas relações socioculturais, quer seja através da linguagem, das danças ou das práticas de consumo.

Contextualizando esse conceito no âmbito da atividade turística, os residentes dos destinos reterritorializados pelo turismo sofrem influências e influenciam nas três dimensões propostas por Haesbaert (2004), gerando efeitos desejáveis e não-desejáveis para a localidade, tais como: melhoria na infraestrutura básica, geração de emprego, miscigenação cultural, aumento da violência, divulgação da cidade, desmatamento, especulação imobiliária e descaso com outras atividades econômicas.

Precisamente no modelo turístico vigente no litoral nordestino brasileiro, enquanto agente produtor do espaço turístico, o residente é, muitas vezes, esquecido,

privilegiando a atuação e o interesse dos demais produtores: o Mercado, o Poder Público e os turistas, reforçando-se a lógica do capital, supervalorizando o segmento sol & mar e secundarizando os interesses endógenos, sendo - muitas vezes - a atividade mal planejada e visando o lucro imediato.

Em Tibau do Sul, objeto de investigação desse estudo, não houve nenhum planejamento ou intervenção do Poder Público e/ou da Iniciativa Privada para o desenvolvimento do turismo: “tudo que foi criado aqui foi sem [intervenção], foi espontâneo. O destino Tibau do Sul, Pipa, foi criado espontaneamente, [...] não foi um investimento do governo, nada, agora que nós [es]tamos[sic] precisando de organização” (E4). Conforme a classificação de Knafou (1996), Tibau do Sul se enquadra como destino que surgiu a partir da presença pioneira dos turistas, antes de qualquer intervenção de planejadores ou agentes de mercado.

O processo de (des) reterritorialização, a partir da vinda dos primeiros aventureiros em busca das belezas cênicas dessa vila de pescadores, será apresentado nesta parte do estudo por meio de dados e análise de conteúdo das entrevistas, a partir do olhar das lideranças que atuam nesse destino turístico, no âmbito do Poder Público local, da Iniciativa Privada e do Terceiro Setor – representando os interesses da comunidade e do meio ambiente. Busca-se neste capítulo responder a questionamentos que recaem sobre essa dinâmica territorial, destacando a ação de cada agente produtor do espaço turístico e a produção de novas territorialidades no referido destino.

4.1 CONHECENDO OS JOGADORES: OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO TURÍSTICO EM TIBAU DO SUL

O processo de reterritorialização assemelha-se a dinâmica de um jogo, onde analogicamente os agentes são jogadores, que a partir das regras e ações dos demais peões definem o resultado. Cada jogador assume uma função, desenvolve uma estratégia, buscando prever a atuação dos demais jogadores, para que possam firmar alianças, resistir e decidir por qual melhor posição assumir no jogo.

A partir desse ponto será apresentado o perfil dos jogadores, nesse caso, são as entidades que foram investigadas, previamente definidas por serem as mais representativas, atuantes no município e compor o Grupo Gestor do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do desenvolvimento turístico regional de Tibau do Sul/RN, com exceção da ONG Cidadã, uma vez que a mesma foi desativada.

Diante disso foi inserida na amostra a Associação dos Barraqueiros da Praia da Pipa, pelas relações que a mesma assume no município.

O estudo da competitividade dos destinos indutores é uma ação do Ministério do Turismo em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas e integra o Programa de Regionalização do Turismo. O objetivo dessa ação é avaliar o nível de competitividade dos destinos turísticos, contida em 13 dimensões: infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, *marketing*, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais.

Dentre as sessenta variáveis analisadas aquelas consideradas pelo destino que merecem maiores prioridades e que foram confirmadas no presente estudo estão: a segurança pública, planejamento de *marketing*, existência de cooperação pública-privada e planejamento de políticas públicas, conforme se observará no decorrer do estudo. Segue abaixo a composição do grupo entrevistado:

Setor	Qtd	Representação	Instituições e órgãos de Tibau do Sul investigados
Público	04	E2	Câmara Municipal dos Vereadores
		E5	Secretaria Municipal de Turismo
		E8	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
		E11	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Terceiro Setor	04	E3	AMAPIPA – Associação dos Moradores e Amigos da Pipa
		E9	Conselho Comunitário
		E6	EDUCAPIPA
		E12	NEP – Núcleo Ecológico de Pipa
Privado	05	E1	ABREST – Associação de Bares e Restaurante de Pipa/Tibau do Sul
		E4	Associação de Hotéis Roteiros de Charme
		E10	Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia da Pipa
		E7	Associação dos Barraqueiros da Praia da Pipa
		E13	ASHTEP – Associação dos Hotéis de Tibau do Sul e Pipa

Quadro 06 – Representação das Instituições e órgãos de Tibau do Sul investigados

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro/ 2010.

Dessa forma, foram pesquisados treze agentes que atuam na produção e no consumo do território turístico de Tibau do Sul, representados numericamente de 1 a 13, para preservar a identidade dos entrevistados. As questões pesquisadas abordaram sobre o perfil dos líderes, o histórico de cada Instituição e suas principais ações. É fundamental essa análise para se desvelar quais os interesses desses agentes em torno da atividade turística local. Além desses entrevistados, também foram realizadas conversas informais com moradores da referida praia, com o presidente da Associação dos Pescadores de Tibau do Sul e com uma antiga líder do grupo artístico Drama.

Ressalta-se que alguns entrevistados são empresários e políticos, ou políticos e residentes, ou residentes e empresários, ou simultaneamente os três, sendo perceptível em determinados momentos de suas entrevistas múltiplos posicionamentos, ora tendendo para determinado setor. Exemplificando, dentre os entrevistados que assumem cargos representativos no Poder Público (E5 e E8) e lideranças no Terceiro Setor (E3 e E6), os mesmos sujeitos encontram-se também como empresários do setor turístico, sendo que dois deles são nativos de Tibau do Sul/RN.

Analisando os dados verificou-se uma grande presença de migrantes atuando nas lideranças do município, dos treze entrevistados, sete são naturais de outras cidades brasileiras e um é estrangeiro, trazendo novos ideais, cultura e formas de gestão. O fluxo de pessoas é destacado por Santos (1999) como uma constante nos tempos contemporâneos:

Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de *desterritorialização*. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização. (SANTOS, 1999, p.262, grifo do próprio autor).

Essa categoria de análise sobre a naturalidade dos pesquisados, tal como postulou o supracitado autor no ponto de vista cultural, também reflete nos âmbitos socioeconômicos e políticos do destino. Os migrantes trazendo suas impressões primárias e sua história local, e a partir dela começam a interferir e modificar no e o novo lugar, pois a mobilidade não é apenas espacial, mas também social, nas palavras do mesmo estudioso é “deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra” (SANTOS, 1999, p. 263). E esse encontro pode causar uma sensação de estranhamento, divergências e imposições de um novo modo de vida sobre outro ou

poderá conciliar valores culturais através de trocas afetivas que beneficiem tanto as pessoas próprias do local quanto o migrante.

Dentre os motivos da migração para Tibau do Sul destacou-se a busca pela qualidade de vida e oportunidades de investimentos. Em geral, essa decisão foi tomada após uma viagem turística ao município.

Nesse sentido, determinados lugares, onde as atividades turísticas se desenvolvem, estão se tornando áreas de atração de migrantes, porque atualmente tem se cultuado a idéia de que o contato com a natureza leva a uma vida mais saudável. Ao conhecer o lugar ainda como turista, o migrante associa, de imediato, as condições naturais existentes, entre outros elementos, a uma boa qualidade de vida (que para ele significa, antes de mais nada, uma vida tranqüila e prazerosa) e, assim, muitos acabam voltando para morar. (GOMES e SILVA, 2001, texto não paginado)

Ressalta-se que esses residentes não estão usufruindo apenas das belezas cênicas do destino, pois ao firmarem moradia em Tibau do Sul (re)criam estilos de vida e relações com o território. Gomes e Silva (2001) afirmam ainda que trata-se de um novo perfil migratório, em que se é migrante por opção, caracterizados geralmente por possuírem nível social diferente dos locais e terem acesso a bens materiais, culturais, à educação e a uma atividade profissional que lhes garantem alternativas para introduzir-se no novo lugar.

O fato de Tibau do Sul ter mais de 50% dos seus líderes naturais de outros municípios – conforme verificado na pesquisa de campo – reflete nos interesses que permeiam as entidades entrevistadas, provocando questionamentos sobre até que ponto as reivindicações serão pela sustentabilidade do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da comunidade ou se a luta será por interesses pessoais ou da própria classe representativa, uma vez que são esses os agentes que exercem poder e atuam diretamente na produção no território turistificado.

Vale esclarecer, no entanto, que não se tem a pretensão de aprofundar sobre a problemática da migração, mas reconhecer a diversidade e complexidade do cenário migratório nos destinos litorâneos nordestinos e suas implicações nos territórios turistificados.

No caso específico de Tibau do Sul, esse fluxo de migrantes é perceptível pelo crescimento populacional no município durante a primeira década do século XXI, segundo dados do IBGE no período de 1970 a 2000, isto é, em trinta anos, a população

total dobrou, já no período de 2000 a 2009, em apenas nove anos sua taxa de crescimento foi na ordem de 50%, conforme se observa na tabela abaixo:

Ano	População Total	População rural		População urbana	
		Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
1970	3.897	3.290	84,4	607	15,6
1980	4.873	4.015	82,4	858	17,6
1990	5.964	4.862	81,5	1.102	18,5
2000	7.749	6.461	83,4	1.288	16,6
2009*	11.707	-	-	-	-

Tabela 03 – População de Tibau do Sul/RN por situação de residência 1970/2000

* Estimativa. Fonte: IBGE, 2009.

Observando os números acima, deve-se considerar que o turismo foi um dos propulsores desse crescimento populacional, devido principalmente à vinda de novos migrantes. Do ponto de vista da zona rural, o aumento de sua população é diretamente proporcional ao avanço dos nativos para a mata, bem como o crescimento das demais comunidades municipais.

Esses novos moradores, geralmente com a visão empreendedora são absorvidos pelo mercado de trabalho e começam a imbuir elementos exógenos no modo de produção e suas ações se expandem ao campo sociocultural, político, econômico e espacial.

Parte da inserção dos agentes externos no campo profissional deve-se ao seu elevado grau de instrução. Dentre os pesquisados, a maioria possui nível superior completo com formação variando entre Administração, Agronomia, Letras, Pedagogia, Turismo e Publicidade & Propaganda, refletindo em suas práticas, discursos e reivindicações enquanto entidade. Sabe-se da importância da educação na autonomia e formação dos sujeitos, sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo de modo sustentável.

O papel da educação para o Turismo é defendido por Krippendorf (2001), para esse autor o ensino relativo à viagem deve fazer parte de todos os programas escolares, desde a escola primária até a universidade, em um programa que englobe as relações entre lazer e trabalho, questões ambientais, econômicas, sociais e culturais de vários países. Ressalva-se que não se trata de uma formação superior ou de conhecimento científico, mas de uma educação capaz de despertar a consciência,

sensibilização e autorrespeitos⁷ dos sujeitos e a partir de então, promover a sustentabilidade de um destino turístico.

Dentre os líderes nativos também verificou um elevado índice de formação acadêmica, apenas um deles possui Ensino Médio incompleto, os demais ou se graduaram ou estão em processo de conclusão de Curso. É preciso considerar além da educação formal desses agentes, sua educação não-formal adquirida através de suas experiências de vida, do seu cotidiano, das emoções e sensações e que refletem diretamente no processo de formação de suas territorialidades.

Retomando o conceito de territorialidade ligado a ideia de pertencimento e permanência em determinado território, proposto por Córrea (1996), o tempo de residência no município representa uma categoria de suma relevância, pois os agentes entrevistados poderiam identificar o processo de (re) territorialização em Tibau do Sul a partir da internacionalização do turismo, com suas implicações políticas, econômicas e socioculturais.

A maioria dos pesquisados mora no município há mais de dez anos e mantêm moradia fixa, com exceção de dois entrevistados, que possuem residência tanto no destino turístico quanto na capital potiguar.

No tocante a naturalidade dos mesmos, constatou-se que a concentração dos nativos de Tibau do Sul encontra-se no âmbito político, já nas demais dimensões a maioria dos líderes é de fora do município e isso influenciara na tomada de decisões e interesses dos agentes. Esses dados estão ilustrados no quadro 07:

⁷ Humberto Maturana, Gerda Verden-Zöller e Humberto Mariotti definem como uma biologia do amor, mantendo a idéia do autorrespeito, que é o fundamento do respeito pelos outros e pelo mundo e as relações de alteridade, numa troca de conhecimento.

Instituições/ órgãos de Tibau do Sul investigados	Naturalidade	Grau de Escolaridade	Tempo de residência
Câmara Municipal dos Vereadores	Tibau do Sul (RN)	Superior	50 anos
Secretaria Municipal de Turismo	Rio de Janeiro (RJ)	Superior	09 anos Natal/ Pipa
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Tibau do Sul (RN)	Superior Incompleto	45 anos
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Tibau do Sul (RN)	Superior	41 anos Natal/ Pipa
AMAPIPA – Associação dos Moradores e Amigos da Pipa	João Pessoa (PB)	Superior	06 anos
Conselho Comunitário	Parelhas (RN)	Superior	10 anos
ABREST – Associação de Bares e Restaurante de Pipa/Tibau do Sul	Roma (Itália)	Superior Incompleto	11 anos
Associação dos Hotéis Roteiros de Charme	Olímpia (SP)	Superior	18 anos
Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia da Pipa	Salvador (BA)	Superior Incompleto	10 anos
Associação dos Barraqueiros da Praia da Pipa	Tibau do Sul (RN)	Ensino Médio Incompleto	40 anos
ASHTEP – Associação dos Hotéis de Tibau do Sul e Pipa	São Paulo (SP)	Superior	11 anos
EDUCAPIPA	Tibau do Sul (RN)	Superior	54 anos
NEP – Núcleo Ecológico de Pipa	Rio de Janeiro (RJ)	Superior	17 anos

Quadro 07 – Perfil dos líderes entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, dezembro/ 2009.

Constatou-se que o envolvimento dos migrantes como partícipes de entidades que buscam por melhorias para sua classe e/ou município, iniciou-se após um período médio de 03 a 05 de moradia em Tibau do Sul e pela observância das consequências do avanço do turismo no destino.

As causas para o engajamento, criação e atuação de cada Entidade serão relatados a seguir, destacando-se primeiramente a ação dos representantes do campo político, posteriormente do Terceiro Setor e por fim da Iniciativa Privada.

O papel do Estado no turismo, segundo Dias (2003) é coordenar a implantação de uma política de turismo que beneficie toda a comunidade; planejar de que forma o desenvolvimento deve ocorrer; legislar e regulamentar as regras e limites fundamentais para a organização turística; exercer função empresarial quando para

iniciativa privada não há retorno financeiro momentaneamente; promover incentivos para o desenvolvimento do setor privado do turismo; promover o turismo para grupos sociais menos favorecidos; e promover a promoção do turismo nas regiões emissoras de turistas, tendo desdobramentos em escalas regionais e locais.

Em Tibau do Sul, precisamente Pipa, o poder público municipal atuou principalmente na instalação de infraestrutura básica, como: água encanada, saneamento básico e energia elétrica. Já as ações do Governo Federal, refletem das ações do PRODETUR/NE, principalmente no acesso ao destino através da Rota do Sol, que criou “apenas a infraestrutura suporte para a atividade turística; [...] prevendo-se (e desejando-se) o uso turístico futuro” (CRUZ, 2000, p.12). Essa atuação no âmbito federal corrobora com o papel que o Estado vem assumindo em outros destinos e não apenas em Tibau do Sul.

Além dessas ações, na esfera municipal, há a promoção de eventos que buscam contribuir para diminuir a sazonalidade do turismo local, como o Festival Gastronômico, o Festival Literário e o *Reveillon*.

Dentre os projetos em andamento destaca-se a construção do anel viário que melhorará o acesso até o destino e a elaboração de um calendário de eventos. São ações pontuais, mas que necessitam de diretrizes para nortear o futuro da atividade turística no município. Essa falta de planejamento reflete a falta de preparo dos agentes políticos.

A Constituição Federal em vigor introduziu uma mudança fundamental sobre a posição do poder público federal perante a questão urbana, transferindo para os governos estaduais e municipais a responsabilidade da política urbana. Além disso, instituiu a obrigatoriedade de adoção do plano diretor urbano, para municípios com mais de vinte e mil habitantes. A Carta Magna esbarra, na prática, porém, com estados e municipalidades falidos e despreparados, técnica e administrativamente, para exercer a função que lhes é atribuída. (CRUZ, 2000, p.35).

Dessa forma, o município fica fragilizado à medida que se torna refém de interesses individuais, principalmente, partindo do Mercado. A mesma autora ratifica essa lógica ao afirmar que a política pública de turismo deve ordenar diretrizes tanto na esfera pública quanto na privada, pois “na ausência da política pública, o turismo se dá a revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares” (CRUZ, 2000, p.9).

Diante da pouca atuação do poder político local e o crescimento desordenado da atividade, o poder privado protagonizou diversas ações em prol do turismo. As associações representativas do empresariado de Tibau do Sul começaram a

se articular em fins do século XX e tiveram como principais realizações a divulgação do destino e a elaboração do Planejamento Estratégico da Cadeia Produtiva do Turismo de Tibau do Sul – Pipa Planejada.

Percebe-se que as principais ações desse setor foram focadas pelo autointeresse, segundo E4: “O poder privado foi quem pagou, desembolsou, eu nunca vi isso, a primeira vez na história do nosso local e talvez em nível nacional, que o poder privado desembolsou um valor enorme, ficou perto de R\$ 100mil”. Mostrando o interesse do empresariado no futuro do seu negócio, uma vez que se não houver um planejamento, os impactos serão maximizados e o destino chegará ao seu declínio, comprometendo todos os agentes atuantes em Tibau do Sul. Apesar da preocupação com o seu negócio, alguns entrevistados apresentaram a questão da sustentabilidade como um fator para a criação do Plano Estratégico, mostrando que o interesse próprio pode atingir os interesses do coletivo, visando à atividade em longo prazo e como consequência, a comunidade também será beneficiada.

Observa-se que a elaboração do Planejamento Estratégico da Cadeia Produtiva do Turismo de Tibau do Sul – Pipa Planejada, por iniciativa do poder privado é resultante da capacidade de influência, poder e dimensão que os interesses do Mercado vêm assumindo no município, contribuindo para sua reterritorialização.

Para o entrevistado E4, apesar de todo o esforço e junção das lideranças de Tibau do Sul para a criação desse instrumento, o trabalho “está sendo subutilizado na dimensão do produto que nós temos na mão”. Retratando a falta de capacidade de gestão e interesse do poder público em reverter a situação do município, cabe uma ressalva ao identificar que esse plano foi elaborado em parceria com a gestão municipal 2004-2008, e por desavenças políticas não está tendo continuidade na gestão 2009-2012.

A falta da aliança entre os agentes do poder público e privado resulta em impasses para o desenvolvimento do turismo na localidade, motivados, principalmente, pelo fato dos agentes privados serem *outsiders* e os agentes políticos serem *insiders*. E esses conflitos perpassam por dentro de cada classe, pois até mesmo em cada setor os interesses por vezes são antagônicos. No setor privado a concorrência é um elemento que corrobora para esse cenário.

A proposta da criação da ASTHEP, em 1998, enquadra-se nessa realidade, a mesma foi motivada pelo desejo de denunciar e tentar impedir a construção de hotéis e pousadas em áreas de falésias ou ambientalmente frágeis, embora apresente o interesse

com a sustentabilidade ambiental, revela uma preocupação com o aumento da concorrência e o medo de diminuir o lucro, observou-se que a mesma foi criada na medida em que a internacionalização do turismo se intensificava no destino.

O entrevistado E3, retratou que os hoteleiros se reuniram “focados nas dificuldades pelo crescimento desordenado, na forma como tinha que ser tratado o lado ambiental da cidade, ao mesmo tempo [em] que existia a preocupação, existia uma indefinição de regras, então alguns podiam, outros não podiam [construir]”. Essa motivação para o empresário E4 foi errônea, pois para ele deveria ser uma forma de fortalecer a classe hoteleira e não a questão de ordenamento de regras divergentes para os investidores.

Fato é que, independente do motivo causador da criação dessa Associação, a mesma contribuiu para o fortalecimento da classe e representa, segundo o seu presidente, entre 70% a 80% da capacidade hoteleira do município.

Já a ABREST, também criada em 1998, teve como intuito melhorar a prestação de serviços no setor de Alimentos e Bebidas e capacitação de mão-de-obra local, representando interesses de classe. Existem oito associados, um número insignificante diante de um contexto de 165 estabelecimentos que oferecem serviço de A&B fora do lar, dados fornecidos pelo presidente da Associação.

Essa entidade busca firmar parcerias com fornecedores em Natal, para ter um tratamento diferenciado em termos de preço ou prazo. Segundo o presidente, o número de associados só irá aumentar quando mostrar resultados concretos, já que existem alguns interessados, porém sem comprometimento com a ABREST.

Com relação às Associações que representam o Terceiro Setor e a comunidade, todas surgiram a partir de 1999, motivadas pelas consequências geradas pela intensificação do turismo e a busca por melhorias para a comunidade local. Nesse tocante

A ação das ONGs insere-se no contexto de um aumento da participação do cidadão, e articulam-se de tal forma, que, ao mesmo tempo que suprem deficiências do Estado no cumprimento de sua ação social, constituem-se cada vez mais como um grupo de pressão importante e que de forma eficaz fazem o Poder Público cumprir de algum modo seus objetivos em áreas específicas. (DIAS 2003, p. 117).

Conforme esse autor, as organizações se articulam e buscam reivindicar os seus direitos junto ao poder público, exercendo sua cidadania e sendo importantes agentes no processo de desenvolvimento do turismo.

Em Pipa, as principais atividades executadas envolvem inclusão digital, educação não-formal, limpeza da praia, denúncias aos órgãos competentes sobre problemas ambientais, de segurança e trânsito. Corroborando com Dias (2003), tem-se o depoimento do presidente de uma das ONGs da localidade:

É uma das nossas tarefas fazer as pessoas terem consciência que o destino delas não está na mão de político está na mão de cada um. Político não pode ser como tutor do nosso destino, ele tem que se limitar a ser o executivo, com o nosso planejamento cumprido, que é uma tarefa tertúlia, difícilima.(E3)

Esse fragmento retrata além do papel do cidadão em cobrar melhorias do poder público, o trabalho de sensibilização realizado pelas ONGs junto à comunidade local. Foi perceptível nas entrevistas dos demais pesquisados, a relevância que o Terceiro Setor assume no destino Pipa, como destacado nas seguintes falas: “a EDUCAPIPA tem ajudando bastante, [ela] procura resgatar e manter essas raízes vivas com as pessoas mais idosas” (E13) e “o NEP é um exemplo, quando Pipa não tinha nada, o NEP arregaçou as mangas junto com a gente, cuidava da limpeza, cuidava do meio ambiente” (E2).

O interessante no segundo depoimento supracitado é o tempo verbal utilizado, o pretérito perfeito do tempo indicativo, dando a impressão que essa ação era realizada no passado não ocorrendo mais no tempo presente. A suspeita foi confirmada à medida que os agentes do Terceiro Setor mostraram certa desesperança com o poder público local.

Diante desse cenário, a Sociedade Civil organizada apesar de ser bastante representativa no município encontra-se em processo de enfraquecimento, acentuado pela transição do governo municipal. A desvalorização é refletida pela ausência das reuniões do COMTUR, bem como pela não execução das reivindicações desses agentes, logrando no sentimento de descrença pelos discursos políticos, conforme se observa no depoimento abaixo:

[...] as coisas aqui, os governos que agente tem tido até agora, eles trabalham da maneira antiga, como **coronel**, ele **impõe a vontade**, então muitas vezes quando você vê a **coisa já [es]tá[sic] feita**. Acho que tem se reclamado muito nessas reuniões quando agente vai porque coisas como essa passa, como de repente no final de semana passado interditaram a rua todinha e faz um movimento na praça, mas você teve uma reunião do COMTUR, na quinta-feira passada e **ninguém falou que isso ia acontecer**. Entende como que é? Aí é isso que muitas vezes acaba ficando **desacreditado**. As reuniões? **As pessoas [es]tão[sic] deixando de ir**, entendeu? Por isso, porque tem outras associações aqui que tão sem querer mais se regularizar porque **não [es]tão[sic] sentindo incentivo em continuarem**, entendeu? **Todo mundo abandonando**, Artesãos abandonou, a dos Barraqueiros lá embaixo abandonou também, não querem mais botar pra frente, o Conselho Comunitário fechou. (E9, grifo da autora).

A fala de E9 aponta para algumas problemáticas diagnosticadas em Pipa: ausência do caráter consultivo da comunidade para realização das ações públicas e diminuição da participação das associações nas reuniões movidas pelo pouco interesse em atender as demandas da comunidade. Sabe-se que essa postura reforça a exclusão socioespacial, contribuindo com o crescimento desordenado da atividade no território.

O fechamento do Conselho Comunitário de Pipa, a ausência de eleição de presidência da Associação dos Pescadores da Praia da Pipa e da Associação dos Vendedores Ambulantes da Praia da Pipa desemboca numa desarticulação das mesmas e descrédito dos próprios associados. A entidade que representa os Artesãos está desativada, generalizando uma situação de enfraquecimento dos agentes sintagmáticos, uma vez que se trata de associações que atendem as necessidades dos residentes, e conseqüentemente fortalecimento dos agentes hegemônicos, contribuindo para o processo de reterritorialização em Pipa pelos agentes extralocais.

Dentre as Instituições que atuam de forma mais contundente, tem-se a AMAPIPA, o NEP e a EDUCAPIPA, embora todas se encontrem desmotivadas com a gestão municipal, uma delas tenta através de outros recursos e parcerias reivindicar seus direitos e melhorias, como se observa no seguinte fragmento: “acabamos de ganhar um BNB cultural 2010” (E9). Outra entidade tenta através da aliança com outras associações se fortalecer, como afirma E3: “todas as diretorias são pessoas, ou diretores ou presidentes de todas as outras associações existentes no município”, buscando assim, através de alianças se fortalecerem enquanto órgão do terceiro setor e terem maior poder de influência.

Os depoimentos dos entrevistados revelaram certa descrença da comunidade com o poder público e alguns líderes preferiram afastar-se dos movimentos sociais, já

que após anos de luta não conseguem ver nenhuma mudança, conforme entrevista cedida por E12:

Eu acho que a **comunidade desacreditou primeiro que agente**, porque quando a gente falava, não é que a gente vai fazer isso, não vamos lá, a gente vai conseguir isso, a gente tinha um pique no início, mas agora, confesso a você, que eu preciso reabastecer a minha energia, porque eu olho assim, não quero mais falar porque cansa, tu olha o ano novo, sabe o que vai acontecer, quais são os problemas, aí os cara não sabe, não consegue resolver, então eu não vou mais falar, a Semana Santa vem aí, **eu já sei tudinho o que vai acontecer, será que eles não sabem?** Aí mudar, porque **mudou o poder público, aí tem que aprender tudo de novo, vai mudar o governo do estado aí pronto, vai mudar o secretário, aí a gente vai ter que falar tudo de novo** pra ele? Ah...por favor, então **grava aí, manda gravar e manda pra eles**, leiam, [es]tá [sic] aí escrito, não precisa mais se reunir, ação mesmo a gente não vê, **a morosidade das coisas**, não sei se eu vou [es]tá[sic] viva pra ver, porque o que dá pra fazer sem muito investimento, sem dinheiro eles não fazem. Já cansei de tudo, reuniões com todas associações, a gente já conversou, viu o que tinha que ser feito, não foi feito, aí tem que ver e chamar a atenção de quem não fez, quem não fez é geralmente que ganha pra isso, né, a gente não ganha, vai lá, de vez em quando tem reunião todo o dia, deixo de fazer as minhas coisas e ir pra lá, agora eu vou resolver a minha vida. (E12, grifos da autora)

O relato retrata um desabafo, primeiramente aponta para a falta de fé nos governantes por parte dos nativos, essa postura pode reverter no pouco envolvimento da comunidade nos problemas locais; revela ainda que os problemas - no destino - são antigos e já conhecidos, mas não há interesse do poder público em solucionar essa situação; e por fim, a questão da burocracia para a resolução de problemas, desde os mais simples para os mais complexos.

Logo, observou-se que de fato há certo enfraquecimento da maioria das instituições que representam os interesses da comunidade, quer seja pela falta de recursos financeiros, pela pouca comunicação entre os envolvidos ou pela não legitimação de nenhum Conselho Municipal dos já preexistentes pela nova gestão pública, sendo percebido pelo descontentamento com a vida pública municipal.

A única entidade do Terceiro Setor que contradiz essa visão é E3, para ele “A sociedade civil aqui [es]tá[sic] organizada e o poder público omissa, mas nós temos consciência absoluta de que... o governo só funciona por demanda e aí tome pressão, haja pressão, pressão contínua”. A pressão apresenta-se como forte aliado para conseguir captar recursos e benefícios por parte do poder público, modificando o jogo de poder vigente. Talvez essa concepção de organização da sociedade civil seja pelo fato do mesmo entrevistado ser proprietário da maior imobiliária de Tibau do Sul,

aliando assim ao seu poder enquanto empresário e ter mais poder de barganha junto ao poder público.

Sabe-se que, conforme Cruz (2000), se o poder público não assumir a sua responsabilidade, outro agente vai assumir o seu papel e exercer o seu poder, no caso específico, o Mercado. Dessa forma, conhecer os jogadores, que ora agem como adversários ora como companheiros de equipe, é fundamental para nortear quais estratégias tomar para seguir no jogo, que possui uma dinâmica própria.

As dicotomias existentes dentro dos setores pesquisados sobre o exercício do poder revelam a dialética do mundo contemporâneo, marcado pelo velho e novo, horizontalidades e verticalidades, pobreza e riqueza e que devem ser superados. No século XXI, o poder econômico não é a única forma de se obter melhorias, alcançar conquistas, mas o poder assume novos papéis, (re)cria regras nas quais o poder de influência desponta como um novo mecanismo para atingir seus interesses, essa nova forma é marcada por alianças e a cada dia vem tomando força.

Embora o poder econômico seja preponderante em Pipa, as entidades entrevistadas estão presentes em diversos conselhos, tais como o Conselho Municipal do Turismo, Conselho Estadual da Mata da Pipa, Projeto Orla e a Câmara de Tibau do Sul e Pipa, cada qual buscando os seus interesses – econômico, político, cultural e/ou ambiental na tentativa de alcançar o desenvolvimento do turismo de forma mais sustentável. Porém quais os interesses têm sido privilegiados e quem os busca serão objetos de análise a partir da próxima seção.

4.1 PRÓXIMA RODADA: O SURGIMENTO DE NOVAS TERRITORIALIDADES

O jogo se inicia a partir de um *start*, quer seja através do lançamento de dados, do soar de um apito ou do brado de um dos jogadores, fato é que todos os jogadores têm ciência que a partida irá começar. Alguns jogadores têm mais experiência e criam estratégias mirabolantes, outros são novatos e aprendem a jogar no dia-a-dia, porém independente de qual posicionamento eles assumem no jogo, todos sofrem influências das ações do outro.

Como num jogo de tabuleiro, no qual o território é representado pelo tabuleiro, cada jogador manifesta sua territorialidade no território em que atua. Conforme discutido, dentro de cada território há a predominância de determinada

atividade econômica e essa prática irá influenciar e será influenciada pela dinâmica local em todas as esferas – políticas, socioculturais e espaciais. Logo uma sociedade pesqueira terá suas particularidades, que se difere de uma sociedade algodoeira ou industrial. Dessa forma, embora cada jogo tenha uma forma própria de jogar, seguindo regras pré-estabelecidas – por exemplo, as regras para o Xadrez se diferem para o WAR – certos valores são inerentes como: espaço delimitado, duração e regras, em que fundamentalmente não é permitido trapacear.

[o jogo] ele cria ordem e é ordem. Introduce na confusão da vida e na imperfeição do mundo uma perfeição temporária e limitada, exige uma ordem suprema e absoluta: a menor desobediência a esta “estraga o jogo”, privando-o de seu caráter próprio e todo e qualquer valor. (HUIZINGA, 2000, p.13)

O jogo do turismo em Tibau do Sul é provocador da criação de territorialidades, que se refletem no âmbito econômico através da substituição da pesca e agricultura por novos ofícios ligados a atividade turística – como hoteleiros, buggueiros, vendedores de coco e condutores de grupo. Esse processo também gera mudanças no espaço, através do deslocamento dos nativos para zonas mais periféricas e da chegada de migrantes (CÔRREA, 1996). Além disso, as transformações ainda se materializam na inserção de novas práticas socioculturais, quer seja na linguagem como nos lazeres e no âmbito político, pelo conflito de interesses entre o poder político local e o poder privado. A dinâmica desse jogo será analisada a partir dessa seção.

4.1.1 Dimensão Econômica

O processo reterritorializante é simultâneo, ao mesmo tempo em que é político, é econômico e sociocultural, sendo apenas separado nesse estudo para fins didáticos e de melhor compreensão para o leitor.

A reterritorialidade do ponto de vista econômico surgiu com o aparecimento do turismo, secundarizando a atividade pesqueira e agrícola tradicional. A desterritorialização motivada pela dimensão econômica tem como principais consequências a criação de novos postos de trabalho, geração de renda, mudanças na infraestrutura, valorização do solo e especulação imobiliária (PANOSSO NETTO e LOHMANN, 2008), que se materializa espacialmente através da segregação espacial, mas não se resume nisso, implica também a imposição de uma nova cultura e valores

(gastronomia, linguagem, vestimentas, estilo de vida, diversões e transgressões) e em conflitos decorrentes da disputa de poder no âmbito das relações políticas entre os investidores, empresários migrantes e o poder político local tradicional.

O efeito multiplicador do turismo em Tibau do Sul é crescente, surgiram oportunidades de trabalho, houve maior circulação da moeda, dinheiro esse, que é gasto pelos turistas e usado para pagar o salário dos empregados das agências de viagens, que, por sua vez, usam o dinheiro com compras no supermercado, na farmácia, para pagar contas de água e de luz, movimentando toda a economia do município.

Eu acho que hoje **90%, 95% do município têm na economia o turismo**. [...] mas existem as famílias que não sabem qual é essa importância na realidade, então **o dono de uma bicicletaria pode pensar que ele não vive do turismo e acha ruim o turismo, só que só vai consertar bicicleta aquele que precisa da bicicleta pra ir trabalhar, aonde? Numa pousada, num restaurante, aonde ele tem emprego e o dinheiro que entra dentro do município, entra pelo turismo, então pra ele vender até o simples arroz e feijão na merceariazinha dele lá num fundo qualquer da periferia, ele vai precisar desse dinheiro circulando, que alguém que trabalha numa pousada, num restaurante, que ganha o seu salário e vai lá e consome**. Então isso é economia, e o que acontece é que não existe consciência dessa população que não é diretamente ligada com o turismo, que se sentem invadidos e incomodados com o volume grande de gringos **que deixa tudo mais caro**, que tá no seu espaço da praia, que **trazem toda a parte ruim** que o turismo traz também que agente não pode esconder e **traz a parte boa**, que eles não percebem muito que é o dinheiro, **então eu acho que isso é uma coisa séria a ser trabalhada, é um marketing interno** que tem que ser feito pra que essas pessoas consigam entender qual é a importância que se tornou e que é **um caminho sem volta**. Não adianta tirar o turismo daqui que o município não vai melhorar pra esses habitantes que não trabalham com o turismo, só vai piorar. (E13, grifo da autora)

Nesse depoimento, um dos líderes do setor privado aponta que o turismo é a principal atividade econômica do município e o mesmo revela como ocorre a circulação do dinheiro propiciado pelo turismo entre os residentes de Tibau do Sul, além disso, o entrevistado afirma que a atividade gerou diversas oportunidades de emprego, como buggueiros, vendedores, barqueiros e condutores de grupo. Nesse sentido E11 ratifica que: “é muito mais fácil conseguir um salário trabalhando num hotel do que você ir pro mar, certo, pra ir pescar, você num sabe se vem ou se não vem, então quem era dono de barco e pescava, aqui praticamente não existe mais pesca”.

Com o declínio da prática da pesca e da agricultura de subsistência foram criados ofícios diretamente vinculados a atividade turística, confirmados através de dados do Ministério do Trabalho e Emprego que afirma que as ocupações que mais

admitiram no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2009 foram ligadas a prestação de serviços, conforme tabela 04.

Ocupação	Salário Médio Mensal (R\$)
Servente de obras	334,72
Pedreiro	449,88
Garçom	376,62
Cozinheiro geral	386,60
Camareiro de hotel	367,24
Recepcionista de hotel	420,97
Vendedor de comércio varejista	358,22
Trabalhadores de serviços de manutenção de edifícios e logradouros	346,33
Vigia	406,29
Faxineiro	352,29

Tabela 04 – Ocupações que mais admitiram em Tibau do Sul/RN (2003-2009) e renda salarial média

Fonte: Adaptado do MTE, 2010.

Observa-se que todas as admissões elencadas pelo MTE estão diretamente ou indiretamente ligadas ao turismo e/ou a construção civil, porém o salário é muito baixo, reflexo do baixo grau de qualificação da mão-de-obra local. Diante dessas questões empregatícias, o poder público posiciona-se, afirmando que busca promover curso de capacitação, melhorias no sistema educacional para que possa acompanhar a alta competitividade, sendo necessário ser realinhar constantemente e embora tenha essa visão tem entendimento que se não desenvolverem essas ações terão grandes perdas, “a gente sente que a gente perde espaço para quem chega e se o município não faz essas políticas de integração a gente vai ficar cada vez mais a mercê disso aí” (E8).

As profissões geradas pelo turismo foram ratificadas pelos entrevistados, que informaram que os cargos são principalmente no setor hoteleiro e no comércio, desde cargos de gerência a empregos informais.

Todas as funções. Primeiro surge a oportunidade de serem empreendedores e aí você tem o taxista, o bugueiro, o garçom, o *barman*, o dono de um barzinho, o vendedor ambulante, o artesão, você tem todo o tipo de atividade. Aí você tem a camareira pra mão-de-obra desqualificada, o jardineiro, o vigia, é uma riqueza extraordinária. **Pipa não tem desemprego.** Agora mesmo conseguimos fazer um convênio com o Ministério do Turismo e [es]tamos[sic] treinando 2400 pessoas. (E3, grifo da autora).

Destaca-se no fragmento acima, que Pipa não tem desemprego, confirmada por outro entrevistado: “Aqui é (risos) só fica desempregado quem quer” (E2). Questiona-se qual o tipo de emprego que está sendo gerado, pois muitos deles tratam-se da informalidade, oportunidades essas que não proporcionam ascensão social:

Melhorou 100% o rendimento da população. Vem gente até de fora, né? Trabalhar aqui. E todos nós ganhamos, os nativos, direta e indiretamente todo mundo está ganhando. Tem o vendedor de cocada, o vendedor de coco, vende coco, vende frivilhado, todo mundo tem o seu rendozinho, **todo mundo trabalha com turismo**. Aqui antigamente era a pesca e agricultura agora é só o turismo, também tem umas pessoas que pescam, tem passeio de barco e até... os muitos rapazes que trabalhava, fazia, é... pescava, agora tem barquinho pra ir ver os golfinhos, então toda a comunidade trabalha em cima do turismo aqui. (E7, grifo da autora)

Esses ofícios advindos com o turismo promoveram a perda de diversos elementos da cultura econômica de Tibau do Sul, pois a valorização do turismo foi acompanhada pelo desprezo as demais atividades econômicas do município, mostrando que houve uma sobreposição diante as atividades tradicionais locais.

As perdas de, por exemplo do estaleiro, do curral de peixes, da pesca artesanal, ou seja, as tradições, então isso tudo, infelizmente são coisas que agente vai, vai se perdendo e vai se perdendo porque, porque o turismo se torna mais atrativo do que esses produtos turísticos que deveriam ter um incentivo pra existir, pra continuar existindo. (E4)

Os poucos produtos produzidos pela comunidade local, são comprados pelos empresários, porém como a quantidade é pequena não atende a demanda do destino, segundo E12, “compra, mas é muito pouco, até porque a nossa produção é pouca, [...] a produção daqui não dá pra abastecer, aí tem que sempre tem que vir de fora e aí tem a questão do preço, como a produção é maior aí acaba comprando em outro lugar.”

Um dos agentes do poder privado aponta que os produtos mais comercializados são: “Peixes, é tudo... frutos do mar, artesanato, produtos agrícolas, basicamente tudo que se produz aqui é consumido” (E4). Os demais produtos são comprados na capital potiguar: “quando agente pensa numa pousada que tem um consumo maior, agente não consegue ter preço, [...] então quando você fala numa escala maior, então o abastecimento é feito por atacadistas do estado. No mais tudo aqui” (E3).

Essa crítica retrata o despreparo do poder público que não cria mecanismos para manter as outras atividades econômicas do município, criando incentivos que

valorizem a atividade pesqueira (ver figura 07). O mesmo entrevistado ainda sugeriu que essas práticas tivessem outro uso e pudessem ser agregadas como atrativo turístico, uma atividade na qual os turistas pudessem experienciar a atividade pesqueira, dando novos significados.



Figura 07 – Curral de Peixes –Pipa/ RN

Fonte: <http://espcultalt.sites.uol.com.br/expo/curral.html>

Com a desvalorização da pesca e o avanço do turismo, os investidores vislumbraram em Tibau do Sul e precisamente Pipa, possibilidades de ganho econômico, a custa de compra e venda de imóveis, surgindo assim a especulação imobiliária. Nesse tocante, os agentes do Mercado afirmam que o Poder Público possui dois pesos e duas medidas no processo de tomada de decisão:

[...] tenho aqui um empreendimento diferenciado porque eu tenho um conceito ecologicamente correto, não que outros não tenham, mas agente seguiu um pouco mais rígido nesse conceito ecológico e eu tive muito mais dificuldade pra aprovar uma ocupação de menos de 2% numa área de 15 hectares, dentro de um conceito ecologicamente correto, com madeiramento de reflorestamento, com baixo impacto ambiental, com recuperação de 100% do que eu causei de impacto e eu vejo que tem aí no Chapadão construções de 30%, 40% de ocupação que foram aprovados em 5 minutos e não dá pra entender como, então isso daí é até um desestímulo e não um estímulo porque esse tipo de empreendimento acaba com o turismo e não traz turismo, não beneficia em nada, ele rouba o emprego, o empregado formatado e capacitado pelos hotéis já existentes, ele inflaciona, ele divide o mesmo turista, ele não traz mais nada, ele não beneficia em nada e joga lixo, esgoto, satura, ele ultrapassa a capacidade de carga do município. (E13, grifo da autora)

O entrevistado denuncia a aprovação de licenças ambientais para os especuladores imobiliários e uma conivência do poder público. O mesmo ainda apresenta um discurso de concorrência como algo negativo, mas sabe-se que competitividade é importante para a valorização e capacidade de resiliência dos produtos e serviços turísticos, pois se uma empresa oferecer um serviço de qualidade ao seu corpo funcional, o seu recurso humano irá permanecer no quadro. Problemas com o lixo, com a infraestrutura básica do município e a capacidade de carga do destino são agravados com esses novos empreendimentos, então cabe ao poder público administrar essa situação. Esse mesmo posicionamento do poder público diante dos especuladores é partilhado pelo representante E4:

[...] repovoamos com mata atlântica, temos um trabalho belíssimo de compostagem, todo o nosso lixo é separado, temos horta, somos todos voltados para o meio ambiente, trabalhamos só com lâmpadas econômicas, temos um trabalho de consciência energética, trabalhamos com cartões, sensores de presença e é totalmente trabalhado. Isso é uma ação isolada. [...] porque no começo, **os que vieram primeiro conseguiram conceber isso**, mas **nós tivemos uma expansão num momento aí de investidores estrangeiros sem consciência nenhuma porque eles vêm afim de momentâneo, você vê que é uma coisa pra sugar, nem todos, mas a maioria, 90%, aí, esses vem sem consciência, apesar de vir de países com mais consciência que o Brasil.** (E4, grifo da autora).

O fragmento transcrito mais uma vez retrata a distinção que existe entre os tipos de empresários que atuam em Pipa, segundo E4, a partir do início do século XXI começa-se a se conceber a atuação desses novos agentes, que visam apenas o lucro imediato, não respeitando as comunidades, o meio ambiente e a cultura local. Ratificando essa constatação, E1 acrescenta que “[...] deve [-se] distinguir entre os brutos especuladores e pessoas que querem explorar o turismo de forma sustentável, cuidando do meio ambiente [...]”.

Outro ponto interessante é a postura que os investidores assumem no destino eleito, já que apresentam mudanças comportamentais, não respeitando as diferenças e principalmente o meio ambiente do destino visitado.

O poder público retruca essa visão ao afirmar que a Prefeitura não apoia a ocupação ilegal e revela em seu discurso, que sua ação ainda é incipiente diante da intensidade de ocupação desordenada que vem ocorrendo no destino.

[...] **a Prefeitura tem que ficar em cima.** Vendo assim a ocupação do uso do solo. **Vendo essas coisas de invasões.** Vendo as áreas de proteção. **Não existe ainda nada, tudo registrado, regrado pra ser cumprido, ainda existe muita ... vamos dizer... desorganização.** Não tá muito enxuto a casa não, um pouco tá. [...] mas ainda falta muito pra coisa ser sustentável e de ter certeza que pode investir mesmo, já se pode investir, porque chega mais dos diversos investidores e **às vezes nem quer ver a viabilidade econômica, já vem botando o carro na frente dos bois,** isso acontece demais. (E8, grifo da autora)

A fala revela a falta de planejamento e gestão municipal, já apontada por outros entrevistados. Segundo E8, há uma desorganização do próprio poder público, a fiscalização ocorre de forma precária, embora o município possua seu Código de Obras, que afirma em seu artigo primeiro: “Este Código, parte integrante do Plano Diretor Físico-Territorial, estabelece normas de projeto e construção em geral, no Município de Tibau do Sul” (TIBAU DO SUL, 2008) e em seu artigo terceiro que: “O objetivo deste Código é disciplinar a aprovação do projeto, a construção e a fiscalização da edificação, assim como as condições mínimas que satisfaçam a segurança, o conforto, a higiene e a salubridade das obras em geral” (IBID).

Dessa forma existem instrumentos públicos para orientarem o desenvolvimento do turismo na localidade, mas o problema apresenta-se noutra faceta, quer seja por falta de interesse do poder público, ou por desavença política, uma vez que o documento foi elaborado em outra gestão ou até por falta de preparo técnico dos gestores municipais.

Ainda analisando o depoimento de E8, o entrevistado tocou num ponto interessante sobre a falta de estudos no município, como a capacidade de carga, que se trata de “balancear a preservação do ambiente explorado pelo turismo e o gerenciamento do seu crescimento de forma sustentável” (PANOSSO NETTO e LOHMANN, 2008, p.421). Essa análise deve ser uma prerrogativa para o desenvolvimento da atividade em Tibau do Sul, pois a busca pelo lucro imediato implica impactos, que podem chegar a ser irreversíveis, corroborando com essa discussão:

Vou citar a governadora nos propôs o maior projeto dela, a menina dos olhos dela, é uma pista dupla, a estrada parque que chama, que vem lá de Goianinha, lá dessa pista dupla nova que tá vindo até aqui, quer dizer, uma pista maravilhosa, mão dupla tal, **mas aí eu pergunto, e o fluxo? Será que a cidade tá preparada pra receber [...] essa quantidade de veículos que vai abrir uma facilidade maior, podendo vir até [Pipa].** Eu falei e a capacidade de suporte, a capacidade de carga e o bem estar desse lugar, [...] não teria que ser um trabalho de cuidar do lugar pra depois abrir, aí ela falou, essa parte de meio ambiente, de vocês que cuidam do meio ambiente, nós já fizemos um Parque, unido a esse Parque Estadual da Mata, agente leva essas pessoas pra lá também, abre **outras... concordo, muito legal, abrir pra lá, mas eu não vejo uma visão a nível estadual, governamental do cuidar do futuro,** de saber quantas farmácias nós podemos ter aqui, quantas padarias, quantas pizzarias, quantas pessoas por metro quadrado de praia, porque chega uma hora que entra em colapso, e já acontece aqui, **por exemplo nós tínhamos uma pizzaria maravilhosa vieram quinze, ficam quinze pizzarias ruins, porque entra numa disputa desenfreada e aí que prejudica o trade como um todo, assim como os hotéis e as pousadas.** (E4, grifo da autora)

O depoimento denuncia que o *boom* dos empreendimentos turísticos, movido principalmente pela expansão desordenada do parque hoteleiro e de equipamentos de restauração, culminou no aumento da oferta sem aumento proporcional da demanda, provocando declínio na qualidade dos serviços oferecidos.

Os problemas atuais que Pipa vem recebendo são altos investimentos do setor imobiliário e a construção de condomínios de segunda residência, que interferem tanto na moradia quanto na concorrência com o mercado hoteleiro, segundo o Presidente da Associação E4, isso acaba tornando-se “um problema seríssimo pra nós também, que é outra coisa, que agente, que na verdade eu não vejo isso como turismo e sim como... você fala em uma empresa, é uma empresa um condomínio desse, né?” (E4). O resultado dessa prática é o turismo de segunda residência, que contribui com a aceleração do processo de territorialização, trata-se de outra questão de estudo.

Segundo E13, desde 2007 o turismo em Pipa vem se reconfigurando, começando a entrar numa curva descendente. Inclusive com mudanças no perfil do visitante: “mudou o perfil do turista também. É um pessoal que tem menos dinheiro, entende? E ninguém tá atinando pra isso ainda, entende? Tá esperando ainda e achando que ascensão ainda vai continuar, só que nós tamos num declínio, entende? É isso (E9). Ressalva-se que nos últimos anos, diante da crise econômica americana, apagão aéreo e mudanças climáticas, houve uma mudança no perfil dos visitantes, sendo reflexo da totalidade mundo (SANTOS, 2002) no turismo.

Essa visão foi partilhada tanto por agentes que representam os interesses da comunidade como dos agentes que representam os empresários:

[...] porque hoje o turista com o poder aquisitivo razoável vai para fora do país porque é favorável pela cotação e o estrangeiro que vinha pra cá está indo pra outro destino, um exemplo nítido disso é o argentino, que hoje pra vir pra Pipa só de bilhete aéreo ele vai gastar US\$ 1000, US\$ 1200, e ele vai pra Cuba, vai pra o Caribe, por esses US\$1200 com estadia, com tudo pago, ou seja, realmente **a gente tá com um problema sério porque nós ficamos muito caros. (E13)**

O preço é um elemento que define a escolha de um destino turístico e não havendo uma política para manter os turistas, eles se deslocam para outra localidade. A gestão municipal do turismo de 2009 reconhece esse problema e busca através reverter essa situação:

Nos últimos três anos, nós começamos a passar por alguns problemas, [...] Pipa teve um crescimento enorme, começou a especulação imobiliária e aí a possibilidade de segunda residência, né? E posso te dizer que pelo menos durante oito anos foi um caso de sucesso e só faltou uma questão, o poder público entender que **nós temos que** fazer a campanha da Coca Cola, **se renovar**, se reestruturar, com critérios de sustentabilidade, ou seja, pra que esses produtos que já estavam pudessem continuar e permanecer. Depois nós tivemos um problema sério que aconteceu que foi a desvalorização da moeda, ou seja a valorização do real, né, que passou a ser outro problema nosso e em terceiro lugar, a questão da segurança que assustou um pouquinho, [...] e com a valorização do real, aos poucos, né, esses tratamentos internacionais acabaram sendo desviados para outros destinos.[...]. **Então hoje nós temos um estado riquíssimo em belezas naturais, com um povo ótimo, e agente precisa se relançar com novas atividades, atrativos, com segmentação**, né, pra que agente possa **reconquistar o público internacional e revezar o turista nacional e renovar esse é um trabalho.** (E5, grifo da autora).

Dessa forma, as políticas públicas apresentam-se como essenciais para nortear o desenvolvimento do turismo no município (CRUZ, 2000; DIAS, 2003). A falta do planejamento turístico possibilitou a supervalorização do distrito de Pipa em detrimento das outras áreas municipais, entre os principais termos utilizados para se fazer menção a ela destacam-se: “Pipa é uma mina de ouro” (E10), “Pipa é o carro chefe da gente, então os outros serão beneficiados diretamente” (E2), “Aqui é a galinha dos ovos de ouro do município de Tibau do Sul” (E7), “Pipa que é o grande indutor do turismo e da região, aqui é carro chefe, de Goianinha a Pipa, a Baía Formosa, é Pipa que [es]tá[sic] no meio, é quem atrai as pessoas todas, nesse anel” (E9) “Ninguém fala em Tibau do Sul, mas em Pipa, bem ou mal que seja, quem ganha o mérito” (E1) e “Pipa que é a rainha” (E8). As falas retratam a importância do distrito naquela região e comprova a reterritorialização econômica que o turismo promoveu naquele distrito, acarretando certo desequilíbrio equiparando-se com as demais localidades, que timidamente começam a desabrochar por possuírem potencial e recursos naturais. Sendo

assim, novos agentes se deslocam para Tibau do Sul promovendo novas territorialidades.

4.1.2 Dimensão sociocultural

A territorialização implica também mudanças de valores, de comportamentos, no contato da cultura do outro (HASBAERT, 2004), no caso do turismo essas mudanças surgem pelo fluxo contínuo de turistas no destino e pelos novos residentes do local.

Segundo Panosso Netto e Lohmann (2008), os impactos sociais emergem na relação entre os visitantes e os visitados, já no âmbito cultural essas transformações são influenciadas pelos costumes e necessidades dos turistas, porém ressalva-se que essas consequências também são trazidas pelos novos moradores – que atraídos pela paisagem, lucratividade e/ou qualidade de vida, acabaram elegendo o próprio destino para se fixar, logo exercendo também mudanças.

Durante décadas, Tibau do Sul e precisamente Pipa, ficou isolada. O acesso era difícil, não havia transporte, as pessoas andavam a pé para Goianinha, Piau, Tibau, Barra de Cunhaú, Baía Formosa, Canguaretama e Pedro Velho (COSTA, 2002). Os primeiros veranistas começaram a aparecer a partir de 1950:

Aqui na Pipa, os primeiros forasteiros que chegaram foram os veranistas, que vinham no mês de janeiro tomar banho de mar, passear na praia que era muito linda, de longe parecia um lençol, dava gosto. Saíam de Goianinha de 4 ou 5 horas para chegarem aqui de 10 ou 11 do dia. As mulheres mais idosas vinham de carro de boi, as moças e os rapazes vinham a cavalo, de celas, as empregadas vinham montadas no meio das cargas da bagagem. (MARINHO, 2002, p.22).

Posteriormente, vieram os turistas tanto nacionais quanto estrangeiros com outra cultura, novos costumes e novas formas de produzir e consumir o espaço. Formando a partir daí um novo território, através do processo de desterritorialização e reterritorialização, reinventado a cultura local e o estilo de vida, conforme Hasbaert (1997, p.157) “É como se no espaço cotidiano, vivido, a sobrevivência sugerisse e/ou impusesse outras formas de ordenação de vida social e do território”.

A maioria dos entrevistados afirmou que as transformações no destino não se devem exclusivamente ao turismo, mas fizeram menção ao progresso e a globalização. Atribuindo também à televisão, responsabilidade pelo novo *modos*

vivendis da população: “a televisão é uma influência extremamente poderosa, uma fantasticamente importante para uma sociedade. Mas, como é que se podia pensar num acesso a *internet* se não houvesse turismo aqui?” (E3). O primeiro trecho da fala do entrevistado remete-se ao poder da indústria cultural e sua capacidade de atingir os lugares mais longínquos, segundo dados do PNAD (2007), 94% dos domicílios do Rio Grande do Norte possuem televisão. No segundo trecho vai se mais além ao falar da *internet*, um canal de comunicação e informação rápida, no qual se tem mais poder de escolha. As pessoas não estão isoladas, mas interagem com o mundo, e para E3 esse acesso à informação foi facilitado pelo turismo, na figura 08 pode-se observar uma das *lan houses* existentes em Pipa.



Figura 08 – Lan House em Pipa
Fonte: Salete Gonçalves, 2009

Deve ressaltar que esses meios de comunicação podem ser utilizados como forma de alienação, na medida em que não há um questionamento, um diálogo do que é proposto pela mídia, ou por outro pode ser um canal de emancipação, com acesso a informação e conhecimento de mundo. Esse fato alinha-se as contradições da atividade turística, que tanto gera benefícios quanto malefícios, dependendo do seu planejamento.

Nesse sentido, a educação assume um importante papel no processo de desenvolvimento do destino, alguns agentes alertaram para isso: “Ele [nativo] só tem que ser educado e ambientado para discernir o que é importante do que não é... aí ele

coloca aquela música alta de balança bundinha que não tem nada haver com a cultura local, então, há uma distorção? Há, como há no Brasil todo” (E8). Apesar da visão moralista do entrevistado sobre o que é importante ou não e do preconceito no tocante a ritmos musicais – uma vez que Pipa reflete a heterogeneidade da diversidade musical brasileira – destaca-se a importância que foi dada ao papel da educação para analisar o poder de alienação ou emancipação que este meio de comunicação possui e o poder de influenciar em todas as esferas da vida dos sujeitos.

Esse posicionamento sobre alienação ou emancipação também é percebido na relação entre os residentes nativos e os procedentes de outros locais. Foi observado que os nativos mantêm uma relação de hospitalidade com os migrantes, porém o vínculo é preponderantemente pelo lado econômico, numa relação de empregado – empregador. Frente a esse relacionamento comercial, começa-se a perceber certo receio dos nativos no trato com os investidores, devido principalmente a intensa especulação imobiliária pela qual o município vem sofrendo.

Na relação entre *insiders* e *outsiders* é perceptível a separação que há entre ser local e ser de fora. Segundo o entrevistado E3, migrante, “Eu acho [a relação] pouco distante, existe uma cordialidade, não existe amizade, existe cordialidade apenas”. A entonação do respondente revelou que existe receio nesse relacionamento, embora não seja agressivo ou hostil, sabe-se que a amizade e as trocas sociais são importantes para o desenvolvimento de alianças para o desenvolvimento do turismo, sendo necessário diálogo entre os agentes, a participação comunitária e nem sempre grandes investimentos (GONÇALVES e MORITZ, 2008).

Tomando por base a escala de Doxey⁸ (1975 apud RUSCHMANN 1999), pode-se dizer que a relação entre os visitantes e comunidade coexiste nas fases de euforia e apatia. A primeira fase pelo fato de que para os residentes, os visitantes e os investidores são bem-vindos e vistos como oportunidades de lucro; a segunda fase é identificada no município, pois os encontros entre moradores e turistas são mais comerciais marcado por certas formalidades.

Ainda sobre essa relação, na visão de outro agente migrante, destaca-se o seguinte fragmento:

⁸A escala de Doxey utiliza-se de um índice de irritação para descrever os impactos sociais do turismo e varia da fase de euforia, passando por apatia, seguida pela repulsa até atingir o extremo do antagonismo. (DOXEY 1975 apud RUSCHMANN 1999).

Eu acho que aqui nós nunca tivemos grandes problemas não. [...] **Não tem aquela guerra.** [...] Sempre existiu aquela coisa do local, eu sou nativo [e] ele não é, mas não é grave. [...] **Eles se diferenciam sim,** sempre ouve um falar, eu sou nativo, quer dizer, como que se o outro que veio não é nativo, é diferente. Eu acho até saudável às vezes, porque é um **orgulho de ser nativo,** muitas vezes é... aqui ser local, ser nativo, poderia ser... no mal sentido, no sentido de tá colocando abaixo, mas não, é eles falam no sentido de orgulho e isso é muito bom, isso é muito saudável. (E4, grifo da autora)

Nessa fala destaca-se o termo “não tem aquela guerra”, dando a impressão de que há instabilidades na relação entre nativos e migrantes. Para esse entrevistado a distinção entre eles é algo positivo uma vez que há uma valorização em ser local. Porém diante das observações, notou-se que trata mais de um discurso, pois na prática ocorre o esquecimento e desvalorização da cultura local, pelos próprios nativos e reforçada pelos agentes exógenos.

[...] um dia desse eu tive uma discussão num evento que a nossa ONG participava e eu tava dizendo que as pessoas com muito ufanismo, porque eu nasci em Pipa, **eu sou nativo,** eu estou aqui desde que eu nasci, e bábábábábábá, **como se isso fosse um diferencial qualitativo** e eu disse que [...], **o que faz o diferencial é a compaixão, a decência, a honestidade, a seriedade com que ele procede no município,** na vida, é...a honestidade, é a decência, são os valores abstratos, **o nascimento não determina a índole de ninguém,** não é fato dele ter nascido aqui, que ele é melhor do que ninguém, é melhor se tiver comportamento, se ele tiver valores abstratos praticados, não é teóricos. [...] **eles [nativos] são minoria completamente absoluta, eles não têm, não tem expressão social para determinar esse tipo de animosidade latente,** não existe, você não percebe se você for se aprofundar numa conversa e aí entrar na política, na gestão pública, num sei o quê, aí você percebe, não no turismo, não no empreendedor, ninguém percebe isso, não é perceptível, mas existe, na geração mais nova. (E3)

Embora se encontre nesse trecho questões sobre a equidade dos direitos e que os valores e princípios morais e éticos são mais relevantes que a naturalidade dos sujeitos, destaca-se o desfecho da fala desse agente, ratificando que o mesmo é migrante, empresário e presidente de uma ONG que atende aos interesses da comunidade, e trata os nativos como sujeitos que não têm expressão social, nem política, principalmente na população mais jovem, ratificando a visão que os *outsiders* assumem frente os locais.

Foi percebido ainda, que existe um caráter permissivo para os nativos em detrimento dos novos moradores, ações como: desrespeito as leis de trânsito e o acondicionamento indevido do lixo são praticados principalmente pelos locais com aval dos poder público local, porém isso não deve ser feito por nenhum cidadão, embora seja repudiada para alguns agentes. Do ponto de vista dos nativos, foi possível identificar:

Essa questão de dizer, eu posso tudo porque sou nativo e você não pode porque não é. Eu não concordo com isso. Você naturalizado aqui, [...] você é a pessoa que mais tem gostar disso daqui, gostar muito e as pessoas que vem pra aqui, uma grande maioria que estão aqui há muito tempo, dez, doze, quinze, vinte anos vieram porque gostaram daqui realmente. [...] Agora tem outros que gosta e não gosta, gosta porque Pipa dá ganho pra essas pessoas, são aquelas pessoas que compram e vendem, então Pipa pra essas pessoas é bom enquanto [es]tá dando, depois que não der ele vai embora, então eu acredito que essas pessoas não gostam. [...] Então o nativo precisa entender que tem muita gente boa que estão aqui porque gostam daqui, em vez de ter um atrito entre essas pessoas, eu sou nativo posso e você não pode, devia ter uma **aliança**, deveria ter uma **cooperação**, deveria tanto essas pessoas que [es]tão aqui, que vivem aqui caminharem juntos para que nós tenhamos uma Pipa sustentável, então **eu acho que o mesmo direito das pessoas que nasceram tem, as pessoas que vivem aqui também tem.** (E2, grifo da autora)

O pesquisado E2 esclarece que existem dois perfis de migrantes: aqueles que gostam do município, possuem afetividade pelo local e que devem ter os mesmos direitos que os nativos; e aqueles que apenas têm o interesse comercial, sendo seguidor da melhor oportunidade de mercado. Dessa forma, a comunidade deve estar sensível, distinguindo o tipo desse novo residente e não os equiparando. O entrevistado ainda aponta para a questão da aliança e cooperação entre os residentes de Pipa, corroborando com a proposta de Crotts, Buhalis e March (2000), quando discutem a formação de alianças no contexto da hospitalidade e no turismo afirmando que as alianças são incipientes e que a melhoria, avanço e desenvolvimento do turismo terá grandes avanços quando perceberem a importância e os resultados dessas novas formas organizacionais.

Observou-se que o alcance a esta nova forma organizacional está distante, pois segundo E2, “[Há] Uma desconfiança muito grande, acho que o nativo fala a culpa é do pessoal de fora, e o pessoal de fora fala exatamente que a culpa é do nativo. Um bota a culpa no outro e não se unem”. Para esse agente, a falta de união pode acarretar o fim da atividade, “eu acho assim, que [es]tá[sic] todo mundo no mesmo barco, se afundar morre todo mundo, ou rema todo mundo pra mesma direção ou vai ficar um remando pra cá e outro pra lá”.

Outro tipo de residente, embora temporário, que é visto com certa preocupação são os *hippies*. Pipa recebe um fluxo constante desse agrupamento social que acaba por gerar comércio informal – muitos são artesãos – e insegurança – não se sabe a origem desses sujeitos e quais seus interesses pelo destino.

Os residentes que vieram de fora e moram em Tibau do Sul, pessoas que vem, vê assim a Pipa é boa, na Pipa posso fazer tudo, não tem um policiamento adequado, você entra e sai, e pode ser marginal pode ser uma pessoa boa, não tem uma identificação, vem muito *hippie* pra cá, a polícia num chega ali naquelas pessoas,[...] porque **tem gente bom e tem gente mal**, então nós não conhecemos, ninguém vê, quem vê cara num vê coração, então é isso que faz, então nesse todo termo, **o gestor é que tem que procurar**, chamar a população, ter audiência pública com todo mundo pra conversar e explicar que faça isso, porque é uma segurança pra todo mundo, então era pra isso existir. (E7)

O supracitado entrevistado atribui ao Estado a responsabilidade em identificar esses sujeitos, quer sejam *hippies* ou investidores, em prol do bem-estar coletivo. Essa falta de conhecimento sobre quem são e quais os interesses, acaba reforçando a desconfiança e manutenção da ordem vigente.

O fluxo gerado pela mobilidade social, segundo E5, também reflete no exercício profissional dos residentes, variando de acordo com a naturalidade de cada agente:

O que existe no nordeste brasileiro, não é só aqui, é a falta de compromisso, né? [...] Eu marco com você oito horas pra você executar um trabalho na minha residência ou na minha empresa, eu tenho expectativa que essa pessoa chegue, seja qual for a função, seja bugueiro, seja transportador, seja um restaurante, todas as atividades. A questão é de disciplina. No restante eu acho que é extremamente amável, o que falta é exatamente isso, nós entendermos, nós que não somos nativos, somos residentes, ter um pouco de tolerância de entender que ... **eles tem um processo diferente do nosso**, é um processo, não sei se cabe, mas o Brasil teve duas grandes é... na questão da colonização, da Bahia pra baixo nós tivemos uma grande influência dos negros que aceitaram ser domesticados ou disciplinados, tal e tal, da Bahia pra cima nós tivemos os índios, e os índios foram difíceis, onde os portugueses tiveram bem mais dificuldade de negociar, porque eles fazem, como eles querem, na hora que querem e do jeito que querem, **e não tem nada de errado é cultural**. E nós que viemos de fora, temos que entender e negociar com eles, se você gritar hoje, um... do sul da Bahia pro resto do Brasil, com um funcionário, ele baixa a cabeça, entende, reflete e faz de outra forma, se você grita com um colaborador seu da Bahia pra cima, ele larga o que tá fazendo e nunca mais volta, então é uma questão cultural, então nós temos que entender esse processo, esse é o meu ponto de vista. **Mas existem algumas exceções**, é uma questão de disciplina, né? E é **uma questão de expectativa de vida**, por exemplo, que diferença vai ter em eu vir no meu horário ou não, se a vida não vai mudar em nada, é uma questão de expectativa de vida, né? Essa é outra coisa que nós temos que proporcionar educação e melhoria. Se agente não muda nada na história desde o bisavô até ele agora e nada mudou, porque que ele tem que ser tão competitivo, nós não damos nada nenhuma visão de futuro pra essas pessoas, entendeu? **No meu conceito, acredito que nós temos que ser tolerantes porque é diferente, nós tivemos milhares de oportunidades, abraçamos ou não, né? Tivemos a oportunidade de crescimento, eles nem sequer tiveram oportunidade, então é... você tem que avaliar isso, é uma questão socioeconômico e cultural**. (E5, grifo da autora)

O discurso acima revela nuances que devem ser aprofundadas. A comparação feita entre o processo de colonização do nordeste e do sul do Brasil permeado pelo senso comum, que acredita que os índios são mais preguiçosos, arreios e menos civilizados que os negros, consequentemente nordestinos são mais difíceis de serem “domesticados” que os sulistas. A fala expressa certa superioridade dos que vieram de fora sobre os locais, e devido a isso eles – migrantes – devem ter paciência com os “pobres coitados” nativos. Embora E5 remeta-se a diferenças culturais, socioeconômicas que interferem no comportamento atitudinal e haja respaldo teórico para isso, seu posicionamento apresentou uma visão mais preconceituosa do que antropológica. Ressalta-se que E5 é tanto representante do poder público quanto privado.

Esse sentimento de superioridade dos que vieram de fora sobre os locais é revelado por outro agente, porém de forma repudiada:

[...] faz dez anos que eu acompanho o turismo aqui, só se deu bem porque eles têm uma característica principal, do nordeste em geral, eles acolhem bem realmente o turista, às vezes até demais. O fato de você às vezes acolher também é que o neguinho quer tomar conta de tudo, que eu acho que é meio o que acontece, **novos colonizadores, novos descobridores do Brasil porque eles já chegam com dinheiro, acham que tem outra cultura e que agente às vezes é subdesenvolvido, porque fala errado, ou porque não teve muito acesso a muita coisa que eles tiveram aí acha que pode tomar conta de tudo daqui**, então assim, eu acho isso, que eles até se adaptaram bem, porque eles acolhem bem as pessoas daqui, eles tem o ritmo deles que devia ser respeitado, eles têm vamos dizer assim, a vocação deles, então assim, não adianta você pegar uma pessoa que não foi preparada praquilo e querer que no outro dia ele [es]teja fazendo aquele serviço, entendeu, falando inglês, no computador, e depois falar assim o pessoal daqui não tem capacidade, pô, entendeu? Eles vão pescar, **a vocação deles era pesca**, agora não, os mais novos não querem mais saber disso. Os mais novos [es]tão se preparando pra isso, pra trabalhar em pousada e restaurante, mas os mais antigos... A vocação deles era a pesca e a agricultura de subsistência, e às vezes um artesanatozinho, às vezes fazer alguma coisa, então nem era a construção civil, nem era turismo de hotelaria, de ficar lá e nem era essa questão de por exemplo de serviço, de fazer um serviço, de consertar, sei lá, máquina, encanador, sabe, mas hoje em dia, essa galera aí nova, tá nessa era da *internet*, não sei o quê, e tá vendo que aqui tá tendo mercado de trabalho pra muita coisa, então eu acho que os mais novos, por exemplo, **muitos deles foram ser guias de turismo, então conheceram muita gente de fora, já abriram um pouco mais a cabeça**. (E12, grifo da autora).

O agente acima descreve esse processo como um neocolonialismo, conforme discutido por Krippendorf (2001), em que os migrantes impõem seus valores, sua cultura, seu modo de produção sobre os nativos. Essa visão identifica que o *outsider* concebe o *insider* como um ser inferior, com baixo grau de educação e pouca cultura,

confirmado pela última fala transcrita do entrevistado E5, corroborando com a estigmatização dos nordestinos e o desrespeito a alteridade.

A entrevistada E12, aponta que os empresários migrantes queriam encontrar mão-de-obra especializada, não encontraram e começaram a chamá-los de despreparados, ignorantes sem qualificação. Ou seja, na impossibilidade de uma absorção da força de trabalho local no circuito turístico, torna-se conveniente “confirmar” antigos preconceitos como a inferioridade dos nordestinos. Em contrapartida, os migrantes, que já chegam com alguma formação profissional, acabam ocupando os melhores postos de trabalho.

Sobre as distinções culturais e na prestação de serviço, a supracitada entrevistada afirma que houve mudanças sim, uma vez que vocação econômica era a pesca, logo a territorialização e as territorialidades eram diferentes das atuais, porém não devem ser considerados como superiores ou inferiores, pois cada um tem as suas particularidades.

Aprofundando a análise desse discurso, a *priori* tratando com equidade os sujeitos, independentemente de sua naturalidade, é possível identificar na expressão “muitos deles foram ser guias de turismo, então conheceram muita gente de fora, já abriram um pouco mais a cabeça” (E12), como se “abrir a cabeça” se deve ao fato deles conviverem com pessoas que não são naturais de Tibau do Sul, reforçando mesmo que inconscientemente o sentimento de que os nativos são mal informados, mais retrógrados que os migrantes e que esse contato é fundamental para o desenvolvimento dos locais.

Retratando esse processo do ponto de vista histórico, E3 faz uma breve análise sobre a relação dos nativos e seu modo de produção comparando com os que são de fora.

Todas as necessidades da primeira geração estão satisfeitas. A segunda geração dos nativos acha que tudo isso caiu do céu, **tem uma resistência a quem empreendeu?** Tem, talvez movido um pouco por inveja, um pouco pela sensação de que não é importante, e as necessidades dele de que vê uma loja bonita e como eles fazem uma loja feia, **eles fazem uma loja feia não é porque não tem condição de fazer, faz porque não tem cultura pra fazer bem feito, nem percebem a importância de fazer bem feito, é um problema cultural.** (E3).

Esse entrevistado aponta que existem duas gerações que acompanham a evolução do turismo em Pipa. A primeira foi marcada pela euforia, aquela que vendeu as suas propriedades e conseguiu suprir suas necessidades. Já a segunda geração, pós-internacionalização do turismo, não está tão receptiva aos investidores como a anterior.

Explorando esse fragmento questiona-se será que realmente as necessidades da primeira geração foram satisfeitas ou houve momentaneamente essa sensação? Será que a resistência da segunda geração aos empreendedores não é uma forma de reação ao que esses empresários fizeram no passado? E não simplesmente por sentirem inveja ou menos importante que os migrantes, tal como afirmou E13. Esse discurso é impregnado por preconceitos que se desvelam novamente ao colocar que aos nativos falta a capacidade de gestão e compreensão da estética – distinção entre o belo e o feio –, reflexo do seu baixo nível cultural. O comércio de Pipa é ilustrado na figura 09.



Figura 09 – Lojas do Pipa Praia Shopping
Fonte: Salete Gonçalves, 2009

Esses pontos de vista devem ser analisados, pois não importa qual grupo social determinada pessoa pertença, cada um merece o respeito por sua identidade cultural, segundo Dias e Aguiar (2002, p.129), “devemos entender a cultura como algo intrínseco a todo ser humano. Ao emitirmos um juízo de valor sobre determinada cultura, estamos apresentando o ponto de vista de nossa própria cultura do que é certo ou errado, feio ou bonito, melhor ou pior”, pois toda e qualquer sociedade apresenta subsídios de cultura material e não-material, físicos e tecnológicos, modos de usar os objetos, conforme seus valores, crenças, normas, sanções, símbolos, idiomas e a tecnologia.

Com o advento do turismo, a prestação de serviço tornou-se uma das principais formas de ocupação em Pipa, contribuindo com novo modo de vida da população. A pesca e a agricultura têm dinâmicas próprias e dependem bastante das condições climáticas para a sua produção, os ganhos eram menores e serviam mais para atender as necessidades de subsistência. A partir da intensificação da atividade turística, aumento da mobilidade social, houve melhoria nos meios de transporte, na comunicação e no acesso a bens de consumo, criando-se novos desejos e reconfigurando-se o padrão de vida da população local.

Foi verificado que houve um equilíbrio de opiniões quando questionados sobre a melhoria da qualidade de vida da população residente, pois na medida em que o turismo provocou melhoria na qualidade de vida da população, trouxe consigo algumas fragilidades, tais como: problemas com o tráfego de veículos, consumo de drogas e insegurança.

Antes de abordar, como os agentes percebem a qualidade de vida na localidade, esclarece-se o entendimento desse conceito para o presente estudo:

Qualidade de vida é mais que um simples estado de bem estar que geralmente associa felicidade com abundância, com possuir mais, considerando a produtividade e consumo como prioritários, no lugar da satisfação das necessidades humanas antes as econômicas. A qualidade de vida deve buscar o pleno desenvolvimento do ser humano e do ambiente. Relacionar-se com o outro, com o ambiente, com o planeta de forma harmônica e responsável é pré-requisito para a qualidade de vida das pessoas e das instituições. (BONALUME, 2002, p.193):

Partindo desse pressuposto, geram-se algumas dúvidas no tocante a essas melhorias, uma vez que existe um grande contraste social que reflete na espacialidade, grandes construções turísticas contrapondo-se as residências dos nativos; bem como no usufruto do lazer.

[O turismo] Melhorou [as condições de vida] em termos de... financeiros, agora de lazer não. É... as pessoas num tem mais respeito pelos nativos, quem vem, né, num respeita, [...] vem gente bom e gente ruim, né, aí muita gente diz assim, ah na Pipa aconteceu isso porque roubou, antigamente não existia isso. Agente dormia com as portas abertas e agora até com as portas fechadas, eles roubam. É gente que vem, é a evolução, é o progresso, que tá ocorrendo isso. Então agente reclama de um lado, mas também, tem uma benfeitoria de outro. (E7).

Diante desse fragmento será que do ponto de vista humano, como proposto por Bonalume (2002), houve promoção da qualidade de vida da comunidade? Conforme

retratou E7, nativo de Tibau do Sul, o turismo é contraditório e na ausência de um planejamento acaba por priorizar os efeitos indesejáveis em contraponto aos desejáveis.

Um fato interessante vivenciado no momento da pesquisa de campo e retratado por E12 refere-se à prestação de serviço do trenzinho:

[...] é um trenzinho que sai lá do estacionamento pras pessoas não irem a pé pra praia, [...] **a gente ter que conviver com um barulho de um trator desse tamanho... aí você vê o cara ganha dinheiro e a gente fica com o barulho, às vezes um engarrafamento, porque o cara ganha dinheiro com isso, agora também ele é dono do estacionamento, se ele fecha aquele estacionamento aí ferrou,** porque é o lugar que até os ônibus que vem da linha pára. [...] **e esse trenzinho pro turista é ótimo, porque ele vem, passeia aqui e vai embora, né? Não se cansa, mas agente tem que ver pra todo mundo,** não é só pra um, você não pode pra atender bem o turista, sacrificar o resto do bem estar da comunidade. (E12, grifo da autora).

A fala da entrevistada retrata a complexidade do turismo, dessa forma devem-se compreender quais e para quem são as consequências dessa atividade no destino, uma vez que, poucos são os beneficiados por esse tipo de prática. Além do que, o depoimento retrata a dependência que o poder público local assume com o empreendedor do estabelecimento supracitado.

Ainda sobre condição de vida, o entrevistado E3, aponta que o turismo trouxe melhorias na estrada, transporte, energia, comunicação, saúde e comércio, conseqüentemente mais qualidade de vida para a comunidade local. Porém o pesquisado levanta que a comunidade não sabe usufruir dessas benfeitorias, por problemas culturais.

Sobre os pontos positivos e negativos gerados pelo turismo, foram apresentados os seguintes resultados, conforme quadro 08.

AGENTE PRODUTOR DO ESPAÇO	POSITIVO	NEGATIVO
TERCEIRO SETOR	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da natureza; • Aumento do IDH do município, em consequência da vinda das pessoas de fora; • Cursos do PRODETUR; • Melhoria da qualidade de vida: moradia, ensino e saúde; • Acesso à informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • O governo não oportuniza emprego; • Incapacidade da secretaria de Segurança de combater as drogas.
PODER PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de Emprego; • Aumento do fluxo de dinheiro na cidade; • Conhecimento; • Troca Cultural; • Infraestrutura; • Valorização Imobiliária; • Melhoria na qualidade de vida do residente; • Circulação de riqueza e renda; • Capacitação Profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da criminalidade; • Drogas; • Insegurança; • Comércio ilegal; • Agressão ao meio ambiente • Lixo; • Infraestrutura deficitária; • Trânsito.
PODER PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento econômico e social; • Geração de emprego e renda; • Arrecadação para o Município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desigualdade socioeconômica; • Perda da identidade cultural; • Turismo Sexual; • Drogas; • Expulsão dos nativos; • Subempregos.

Quadro 08 – Pontos positivos e negativos gerados pelo processo de reterritorialização pelo turismo em Pipa/RN

Fonte: Dados do estudo, 2009

Pode-se afirmar que consensualmente o ponto positivo foi a melhoria da qualidade de vida e o negativo, a questão das drogas. O território pipense sofreu algumas melhorias infraestruturais, dentre as principais ações do poder público têm-se o saneamento básico, energia elétrica e água encanada, conforme revela E2:

99% das residências da Pipa já têm energia, vamos dizer também, na mesma proporção não, 96% tem água encanada, tá? Saneamento básico, eu sempre digo, se **não fosse turisticamente agente não tinha saneamento básico, porque eu conheço muita cidade aí grande que não tem saneamento**, então Pipa tem 50% das ruas de Pipa são saneadas, porque quando o projeto foi feito ele já cobria as necessidades da época, quando ele foi executado, a cidade havia crescido tanto, que o dinheiro que saiu só deu pra cobrir 50% da Pipa, então, mas hoje o PRODETUR tá enviando mais recursos pra fazer o saneamento do resto de Pipa e o resto de Tibau do Sul, né, mas ainda é precário a situação de algumas pessoas, o turismo chegou em Pipa, mas não chegou pra todo mundo. (E2, grifo da autora)

O entrevistado aponta que só ocorreram essas mudanças, pois trata-se de um município turístico, destacando mais uma vez a importância da atividade para o crescimento da localidade. Essas iniciativas do poder privado embora incipientes limitam-se a infraestrutura básica, pois do ponto de vista de infraestrutura turística as ações foram praticamente inexistentes.

Na visão de um migrante, que representa os interesses da comunidade, o turismo é retratado como o “salvador” do destino e que a atividade só trouxe vantagens para Pipa, embora contraditoriamente levante problemas como furtos e consumo do *crack*:

Primeiro o acesso a tudo, desde o transporte a conexão com a BR até o acesso a cultura, o acesso a informação, o acesso aos bens de consumo que não havia. O acesso a alimentação. Antes do turismo isso aqui era só escambo. Eu chamo **benefício sem fim**. O acesso a saúde, não havia nenhuma assistência médica. O turismo que trouxe a riqueza, que possibilitou arrecadação para que o gestor público implantasse esse tipo de equipamento, depois... (pausa) o comprometimento, o aumento da demanda, **o aumento da população, o aumento do nível de construção pra o município**. Os trabalhadores que fazem parte da base da pirâmide social e esta base da nossa sociedade é muito passível de desvios, então você tem, na hora que você amplia o número de obras você tem **pequenos roubos**, o que é diretamente ligado a essa presença e a presença da droga que vem por gravidade em qualquer ambiente, já havia, existia maconha nesse lugar, por exemplo, e é tolerado e admitido por todos os nativos, estou falando de nativos, só **que hoje aqui o crack é devastador e você entra nessa ciranda e você tem o crack, mas o crack veio por causa do turismo? Não, tem lugar que não tem turismo e tem o crack, então não é isso, não é só isso**. As desvantagens? **Nem sei quais são as desvantagens**, quais são? Não sei. (pausa). **Eu só vejo vantagens**, claro que dentro dessa mudança social surgem alguns traumas e mudanças de comportamentos, postura e forma de vida, mas eu não acho que isso seja ruim, eu acho que é uma tendência natural de todo o ser humano se adaptar a nova forma de viver. (E3, grifo da autora)

O entrevistado elenca diversos benefícios que o turismo promoveu na localidade: acesso à informação, cultura, bens de consumo, saúde pública, transporte intermunicipal e vias de acesso. Porém seu discurso revela pontos que devem ser questionados, será que o aumento da população é uma vantagem para o município?

Quais as consequências desse fluxo de novos residentes? Existe um estudo sobre a capacidade de carga do distrito? E sobre o aumento do nível de construções, indaga-se até que ponto isso não foi uma das causas para a mobilidade dos nativos para a mata? No tocante as drogas, será que realmente a comunidade é conivente com o consumo de drogas? Percebe-se certo preconceito, juízo de valor sobre a realidade do destino e algumas dessas vantagens colocadas pelo pesquisado trata-se muito mais de atender a necessidade do mercado ao invés dos nativos, bem como ao novo modo de viver imposto pelos *outsiders*.

Verificou-se ainda que a imagem do destino Pipa vincula-se à sensação de liberdade, onde tudo é lícito, quer seja o excesso de festas e bebidas ou o consumo de drogas e até a prostituição. Porém, conforme se constatou, essa imagem acaba sendo mais divulgada do que o é na prática.

No tocante a prostituição, um dos principais impactos negativos gerados pelo turismo (PANOSSO NETTO e LOHMANN 2009; RUSCHMANN, 1999; BARRETO, 1995), os entrevistados afirmaram que ainda é incipiente, ocorrendo algumas práticas de modo velado, com profissionais vindas de Natal.

Num é tão forte, como agente já viu em Ponta Negra, como vê na Praia dos Artistas, mas pela seqüência aqui é o próximo lugar que isso vai acontecer. [...] Apesar de ser um lugar muito livre, muito liberal, tem certas coisas que a própria comunidade não aceita muito, né, já quiseram abrir uma casa *gay*, por exemplo, um bar *gay*, a comunidade não deixou, fechou. Já quiseram abrir um cabaré também e a comunidade fez protesto e tal e acabou não acontecendo, entendeu? Então sempre existe um movimento contra, essa coisa assim, então acontece naturalmente na noite, na madrugada, mas não é ainda escancarado, nem uma coisa que incomode, entendeu? (E9)

O fragmento acima revela uma postura tradicional e fiel aos valores cristãos, uma vez que a comunidade se mobilizou contra a abertura de dois equipamentos ligados a prostituição. Essas mobilizações revelam a capacidade de organização dos residentes quando há um interesse em comum. Dessa forma não existe uma área ou espaço específico para o desenvolvimento dessa atividade, mas a mesma começa a acontecer de forma pontual.

Essa capacidade e poder de intervenção da comunidade foram relatados por outros representantes do Terceiro Setor, porém foi colocado que deve-se estar atento sobre o quê e quem demandou essa mobilização, sinalizando sobre quais interesses estão determinadas ações, “[...]mas a população quando ela é mobilizada, e é séria, ela

participa, agora é preciso saber bem o que [es]tá[sic] fazendo, quem [es]tá[sic] por trás dessa mobilização” (E2), o mesmo pesquisado ainda coloca que:

[...] **então ela [comunidade] participa, quando ela é provocada ela vai**, mas por outro lado, **ela fica meio ... hoje de não ir, porque ela é inteligente e já descobriu que por trás de uma mobilização tinha outros interesses**, entendeu, eu não posso, na minha casa, daqui a pouco o negócio do bordel, a informação não era bordel, era simplesmente uma área..., não tô fazendo pré julgamento, eu digo que era, mas alguém se mobilizou pra não abrir e dizer é mentira, não é bordel coisa nenhuma, é porque **fulano que vai abrir e tomar concorrência** nossa e aí, ela começou a perceber isso, é a questão mais polêmica de Pipa. (E2, grifo da autora).

Esse fragmento contradiz a visão moral e cristã da localidade, mas revela o medo da concorrência, implicando um jogo de poder, no qual a força de determinados agentes se sobrepõe sobre outros. Algumas práticas são permitidas para o êxito de interesses próprios.

No que diz respeito ao uso de drogas, alguns pesquisados afirmaram que o turismo aumentou o consumo desses entorpecentes, porém a maioria esclareceu que os mesmos existiriam independentemente da atividade turística:

Eu não conseguia ver droga aqui em Pipa há uns trinta, trinta e cinco anos atrás, né, eu acho que o turismo... **o turismo não, porque eu conheço muitas cidades por aqui que não tem turismo e que tem drogas**, eu sempre digo, as pessoas criticam Pipa porque as pessoas jogam pedra numa árvore que dá fruto, se Pipa não desse fruto ninguém criticava, mas eu conheço muitas cidades aqui da região agreste que não tem turismo, que não tem inglês, que não tem gente internacional e o uso de drogas é intenso nessas cidades, não tô dizendo que foi o turismo que trouxe as drogas não, ela viria de qualquer jeito, tá, agora Pipa dizem só tem drogas, não, o turismo não trouxe as drogas, quem trouxe a **droga é porque ela anda o mundo inteiro**, não foi o turismo, ela viria de qualquer jeito, agora pelo fato de Pipa ser uma cidade turística, uma praia turística, **as pessoas vinculam isso ao turismo, mas não foi isso, ela vinha de qualquer jeito, tá?** (E2, grifo da autora)

Outros líderes locais colocaram que o maior problema com relação às drogas é a inserção do *crack* em Tibau do Sul, para o E1: “o problema daqui da Pipa é que infelizmente, ultimamente, entrou aqui o *crack* e é uma droga que gera a dependência, extremamente rápida, tem um custo extremamente baixo e está atingindo, principalmente, as faixas mais pobres da população”. O problema com as drogas acaba sendo uma grande preocupação para todos os líderes entrevistados, pois eles temem com as influências que o uso desses entorpecentes pode gerar nos jovens nativos. Vale salientar que não existem dados estáticos sobre o consumo de drogas no município.

Como consequência desse tipo de tráfico, os pesquisados consideraram o aumento da violência, devido a falta de policiamento, (des) organização espacial e omissão do poder público que corroboram com o aumento do consumo das drogas. Também não existem dados oficiais sobre a criminalidade em Tibau do Sul, mas o problema foi constatado empiricamente através das entrevistas realizadas.

Outro ponto colocado pelos pesquisados é que onde gera riqueza atrai a criminalidade: “porque desperta o interesse econômico, né, então isso atrai a violência porque sempre se acha que aqui se ganha rios de dinheiro, entendeu, pela fama que tem”. (E9). Apesar dessa violência também foi dito pelos entrevistados que não é nada ainda preocupante, pois acontecem fatos isolados, devendo ser resolvidos para que não gerem problemas futuros.

Todas essas mudanças refletem a diversidade cultural de Pipa, uma vez que existem estrangeiros, sulistas, paulistas, nordestinos e *hippies*, que acaba tornando-se uma aldeia global, modificando o contexto local:

Ah... a importância é que mudou praticamente tudo, desde a música, a dança, a vestimenta, a crença, de tudo, muda tudo, tudo, tudo. Eu acho que influencia, e hoje você vê locais, como eles falam nativos, que você não sabe se ele é brasileiro, se ele é estrangeiro, se ele é... pelo estereótipo, porque eles convivem, tem oportunidade de ir pra fora, voltar e de ter tudo, desde roupa a artigos... (E4)

Dessa forma a aproximação a diferentes etnias, resultado do processo de turistificação, inserem as identidades numa dinâmica cultural fluída e móvel. A diversidade cultural que o mundo apresenta, as múltiplas e flutuantes identidades em processo contínuo de construção, a defesa do fragmentário, das parcialidades e das diferenças, trouxeram uma volatilidade das identidades. Porquanto, no mundo pós-moderno as pessoas têm buscado traços que os identifiquem e não uma identidade única. Conforme, menciona Hall (2005, p. 75):

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (Hall, 2005, p.75).

Destarte, a cultura local é influenciada pela globalização. Os indivíduos com o auxílio dos meios de comunicação em massas, televisão, rádio e a *internet*, selecionam marcas identitárias a partir do que se é e do que se quer ser, com novas linguagens, vestimentas e comportamentos, segundo Costa (2002, p.17) “Há cinquenta anos atrás se conhecia a moça, a mulher casada e a prostituta pelo modo de trajar, hoje ninguém sabe quem é quem”, frente as mudanças que os visitantes e migrantes trouxeram e influenciaram o novo *modos vivendis* da população local.

Todavia, diante da diversidade mundial e o processo de globalização, ainda é possível a identificação de algumas manifestações típicas que diferenciam determinada cultura de outra. Tradições passadas de geração a geração e patrimônios materiais e imateriais conservados tornam-se exemplos da identidade cultural preservada:

[...] existe em Pipa um outro patrimônio, uma outra beleza ainda pouco divulgada: a memória popular, e menos conhecida ainda do que a beleza natural. Não que uma subtraia a outra mas que, logicamente, enquanto as belezas naturais expõem-se naturalmente, captadas à primeira vista, a criação ou a imaginação do povo, a História ou as estórias mantêm-se na memória dos antepassados, necessitando de um levantamento urgente para uma melhor percepção, para o conhecimento, a divulgação e a defesa dos vestígios de reminiscências que ainda explodem, a cada momento, em cada morador, vividas na adolescência, na convivência ou herdadas, e que se alternam pela cosmovisão natural do espaço-tempo ou por outras novas culturas, que vão sendo corporificadas á Cultura Pipiana. (MARINHO, 2002, p.12).

Apesar do rico patrimônio cultural como aponta o supracitado autor, com o advento do turismo, essa troca de experiências culturais acabou promovendo o enfraquecimento e esquecimento da cultura local:

[...] eu acho que nós temos que assimilar a cultura do outro, mas nós temos que valorizar e preservar a nossa, então a cultura nossa ela foi esquecida, hoje você não tem mais aquela cultura de antes, aquelas festas folclóricas, aquelas danças, a Lapinha, Quadrilha, aquelas coisas. [...] Tanto a parte musical também, mudou muito, nós tivemos uma influência mais, eu acho que agente assimilou mais o que veio de fora do que o quê os que vieram de fora assimilaram da nossa cultura. (E2)

A fala transcrita revela que a população de Tibau do Sul sofreu influências em sua cultura, num processo de desterritorialização cultural, em que novos estilos foram se sobrepondo aos nativos, como o caso da música eletrônica. Segundo E7 há uma supervalorização pelo que é de fora do que é local: “eu acho... que ainda existe a Lapinha, mas as outras coisas num tem mais como antigamente que a festa era tudo cultural, tudo coisa bonita, né, mas agora não, o povo só quer (risos) do outro país

(risos)”. Mesmo em tom de brincadeira, retrata a desvalorização da cultura local e aqui não se trata de uma cristalização da cultura, pois concebe-se que a cultura é um fenômeno plural, multiforme que não é estático, e sim está em constante transformação, num processo de criar e recriar (CANDAUI 2002).

Ao perder algumas de suas representações e expressões culturais, o indivíduo perde também os referenciais que permitem sua identificação com a cidade em que vive, em especial, quando as antigas características do lugar são substituídas por novos objetos e por manifestações totalmente diferentes da tradição de determinada população, tal como se observa em Pipa. E essa pouca valorização da cultura local, contribui para que os *outsiders* qualifiquem de forma pejorativa o próprio município

Na verdade **essa região é paupérrima de cultura**, toda vida foi, e o pouco que tem não é valorizado. [...] Se agente falar em cultura gastronômica, a cultura gastronômica também não há, não havia nem comida e não há nenhum prato típico regional dessa região. A cultura acadêmica, não havia, **se hoje o índice de desenvolvimento humano do município é o que é, e é destacado em relação a todas as cidades ribeirinhas do nordeste é consequência do turismo e das pessoas que escolheram esse lugar pra viver**. Não vejo de outra forma. (E3, grifo da autora)

Diagnosticou-se que não há valorização e nenhum tipo de incentivo para que esses grupos permaneçam. E que os artistas locais também não procuram nenhum tipo de parceria, esperando recursos do poder público que não prioriza o campo cultural do município.

Além da falta de apoio aos grupos artísticos, de dança, capoeira e teatro não há incentivo para o artesanato local. A Associação dos Artesãos está desativada e segundo E7, “Tem muita gente de fora, que é artesão e veio morar aqui, mas nativo, nativo não. São pessoas que se acham já nativo, né? Porque já [es]tão[sic] aqui faz muitos anos aí já são nativos”.

Não foi identificado nenhum elemento característico que represente o artesanato local; existem muitos *hippies* que vendem de modo informal, acessórios e artefatos rústicos; e as lojas, em sua maioria, vendem produtos estandardizados e homogêneos de todo o território nacional (CRUZ, 2000).

A homogeneização também pode ser observada no estilo musical, resultado da massificação dos gostos e dos modismos, os ritmos predominantes são o *reggae* e o *techno*, generalizando atribui-se a influência dos surfistas e estrangeiros,

respectivamente, dando um novo formato para as festividades locais, que assumem características globais.

As festas da época eram muito diferentes. Nos casamentos tocavam concertina e sanfona. As festas juninas eram animadas por um instrumento chamado Zambê, feito com couro de gado fixado com pregos num pau oco. O ritual era um instrumento feito de lata, batendo-se com dois paus. Também existiam as lapinhas e os bambelôs, que eram brincados durante todo período da festa junina. (COSTA, 2002, p.17)

De acordo com Marinho (2007), além da Lapinha e do Zambê, existiam também os Dramas que eram “óperas” apresentadas apenas por mulheres, que tinham os temas de pessoas nativas da região ou sobre o próprio lugar, em palcos armados na rua, os primeiros registros datam de 1942. Merecem destaque mais duas manifestações culturais do município, as Lendas, que eram contadas a beira mar, e as Loas que consistiam em apresentações teatrais ou versos de louvor.

Em contraposição as festas tradicionais apresentadas por Costa (2002) e Marinho (2007), a Boate Calangos apresenta-se como principal equipamento de cultura e lazer onde se pode desfrutar dos ritmos modernos e conviver com a heterogeneidade que representa Pipa. Vale destacar que se trata de um espaço privado e dessa forma segrega o seu público alvo, figura 10.



Figura 10 – Fachada da Boate Calangos
Fonte: <http://www.pipa.com.br/calangos/index.asp>, 2009

Influências idiomáticas também contribuem para a nova territorialização de Tibau do Sul, tanto na inserção de novas expressões advindas pelo *surf* como de termos

citados pelos forasteiros, tais quais “Vou pra minha *house*” (E9) ou “Diga aí, *brother*” (E11). Além dessa mudança, a imitação dos sotaques também é presente, conforme retratou E7:

Muitos meninos até que não sabem inglês querem imitar o pessoal que vem de fora, nós natalenses, nós falamos muito puxado, né? E vê os cariocas, essas pessoas que fica chiando e muitos querem imitar. Sabe, o nordestino quer imitar os cariocas, os paulistas e os gringos, e aí acabou com a cultura nossa, 50%. (E7)

Dessa forma, observou-se certa exaltação no idioma e sotaque do outro, considerando-o mais correto e indicando *status* social. Foi comum encontrar nas entrevistas que o turismo internacional motivou as pessoas a aprenderem outras línguas e aprenderem alguns termos que são comuns em seu cotidiano profissional:

O que eu acho que acrescenta é que existe o idioma inglês que é um ganho cultural, então eles acabam se familiarizando a palavras e às vezes precisam vender uma tapioca, uma rede, um serviço, um balaio, qualquer coisa e ele vai falar um *good morning* ou qualquer coisa assim ou vai falar duas palavrinhas em inglês e vai se virar, e isso eu acho que é positivo. (E13)

Como se observa, existe uma preocupação em conhecer algumas palavras estrangeiras para melhor prestar o serviço, conforme ilustrado na figura 11.



Figura 11 – O idioma inglês presente nas propagandas de Pipa
Fonte: Salete Gonçalves, 2009

Essas mudanças se expandiram para a gastronomia, uma vez que não havia destaque para a gastronomia local, limitando-se as peixadas e ao friviado, as pessoas que vieram de fora é que trouxeram essa nova culinária e a mesma é importante para o destino, uma vez que se torna um atrativo turístico, é possível encontrar restaurantes com culinária internacional, destacando-se a japonesa, italiana e portuguesa.

Dessa forma, as manifestações artísticas, a degustação de pratos típicos, o conhecimento e reconhecimento de elementos que dizem respeito a pessoas e suas sensibilidades, suas normas e valores, suas emoções deve ser “um exercício de se colocar por alguns momentos na condição do outro que experimenta cotidianamente aquilo que, aos turistas, é proporcionado fortuitamente” (NEVES, 2003, p. 59).

Logo, para que o processo de reterritorialização cultural no turismo se torne um aliado da cultura é necessária uma sensibilização à interpretação e preservação dos bens culturais materiais e imateriais, bem com um planejamento adequado para que o turismo se desenvolva de forma sustentável. Não havendo distinção entre cultura superior do migrante e do turista em contraposição a cultura inferior do nativo:

Às vezes é útil, ainda que seja sempre perigoso, falar de cultura popular e cultura erudita. Gosto de pensar que essas são as duas asas da cultura que, sem vigor em ambas, não voam belamente. É preciso reconhecer que uma não é melhor nem pior, superior ou inferior à outra; são apenas diferentes e, porque distintas, se intercambiam, abeberando-se reciprocamente. Populares são, para nós, as formas livres de expressão cultural das grandes massas, que nos dão seu exemplo maior no carnaval carioca, como a principal dança dramática que jamais se viu. Eruditas são as formas escolásticas, canônicas, de expressão cultural, como o balé e a ópera, por exemplo, cultivadas por alguns, vivenciadas por pouquíssimos, mas admiradas por um grande público. (RIBEIRO, 1986, p.1)

A autora aponta que não importa se a cultura é popular ou erudita, pois, apesar de distintas, guardam reciprocidade a ponto de estabelecerem entre si um feixe de relações múltiplas presentes entre indivíduos e grupos, que compartilham de características comuns, como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros.

4.1.3 Dimensão Política

A desterritorialização no âmbito político em Tibau do Sul ocorre de forma conflituosa, sendo perceptível a luta dos grupos locais tradicionais com a classe empresarial pelo desenvolvimento do turismo no destino. A iniciativa privada, de

acordo com pesquisa de campo, pode ser dividida em dois grupos: empresários nativos e empresários de fora. Os primeiros são aqueles que nasceram em Tibau do Sul, poucos em termos quantitativos; já, os empresários de fora são os que residem no município, subdivididos entre aqueles que possuem um vínculo afetivo com o lugar, numa relação de respeito e sustentabilidade; e os empresários especuladores que só pensam em curto prazo, no lucro imediato, sem preocupação sociocultural ou ambiental.

Quando perguntados se o poder público trabalha em prol do desenvolvimento do turismo, a resposta em sua maioria foi negativa, apontando principalmente a inércia do poder municipal. Os entrevistados mostraram-se insatisfeitos com a atuação da Prefeitura de Tibau do Sul, que apresenta um estado de omissão que vem se agravando gradativamente. Afirmou-se que há um descaso com a principal atividade econômica do município e do próprio estado potiguar.

Dentre as principais justificativas levantadas pelos entrevistados têm-se: a falta de entendimento sobre o quê é turismo, a ganância pela obtenção de lucros em curto prazo, poucos investimento na infraestrutura básica, falta de divulgação do destino, descaso com o consumo e tráfico de drogas e a questão da segurança pública. Conforme observado no fragmento abaixo:

[...] **O poder público é omissivo**, quando o poder público se omite das suas ocupações e permite a ocupação da falésia pra botar um bar, uma barraca, a sociedade, **não é o turismo**. É a omissão do poder público que leva a uma degradação ambiental, por omissão total, exclusiva e de responsabilidade dele, que é da obrigação dele fazer a gestão disso. [...] na verdade, não existe sociedades educadas, existe policiadas. O estrangeiro que chega aqui, que no país dele é exemplado no comportamento social, muitas vezes aqui, ele se permite jogar o cigarro no chão, mas lá ele é policiado, se fizer isso ele é multado, aqui não tem um policiamento, então ele é mal educado. E a gente tem que dizer hamram, no lixo, no cinzeiro, não joga papel no chão, não leva o cachorro, o cão pra praia, mas no país dele, ele não faz isso e **nem nós aqui temos dado o exemplo de postura e comportamento, nós, brasileiros, nós precisamos aqui, muito menos os nativos, o próprio predador é ele, o maior predador, não é o empreendedor, não é o construtor, o maior predador é o nativo.** (E3)

Além do aspecto político, o depoimento aponta para uma problemática cultural, segundo E3, embora o estrangeiro assuma uma postura diferente do seu país de origem, não respeitando as leis locais, para o entrevistado é o nativo quem mais degrada o meio ambiente. Esse depoimento revela uma visão preconceituosa diante da comunidade local, principalmente pelo fato de tratar-se de um agente que representa os interesses dos locais, ressalta-se que esse líder é empresário e natural de outro estado

brasileiro. Diante desse cenário, questiona-se como um agente que representa a comunidade tem essa visão do seu próprio grupo – sujeitos com pouca cultura, predadores e poluidores do meio ambiente – será que, de fato, os interesses defendidos são da sua categoria ou são interesses próprios?

Essa realidade é preocupante uma vez que, a outra entidade que representa os interesses da comunidade encontra-se fechada, desgastada por reivindicar os seus direitos e não vê-los atendidos; e a Associação, presidida por E13, busca atender mais os interesses particulares do que os do coletivo.

Reforçando esse cenário, não existe nenhuma ação específica do poder público em incentivar a criação de associações, conselhos, cooperativas e/ou negócios para o nativo e isso foi um dado unânime entre todos os pesquisados.

A falta de estímulos para investimentos se expande para os empresários de fora, segundo E1, ironizando, o único incentivo seria a falta de fiscalização: “Não existe incentivo, o único incentivo que o poder público dá é a falta de fiscalização, isso é um incentivo muito grande (risos). Mas no mais não tem (balança a cabeça negativamente) (risos)”.

Novamente problemas de gestão municipal são levantados, contribuindo para a falta de políticas públicas que reforçam o processo reterritorializante da atividade turística, definido por agentes externos do lugar, conforme discutido por Cruz (2000) devido à falta de diretrizes do poder público, os interesses particulares são priorizados e isso é visível no destino objeto desse estudo, em que a força do capital exógeno se sobrepõe sobre os interesses endógenos.

Sendo assim, a lógica do Mercado e a força do capital diante da omissão do poder público acabam se sobressaindo diante do poder dos demais agentes. Para E3, “quem define onde se deve ou não investir é o Mercado, aonde o capital direcionar, ali será feito o investimento e isso não depende da ação do poder público”, reforçando essa visão, E1 afirma que “O poder do dinheiro é igual no mundo inteiro... é o valor do capital. Não estou dizendo que..., não estou acusando ninguém, de sua função, mas quem manda é capital, infelizmente quem manda é o capital, entende? Então tem que baixar a cabeça nisso”.

Quanto perguntados sobre as principais ações do poder público no âmbito do turismo, notou-se que a discussão é mais intensa em nível municipal, perdendo força no âmbito estadual e conseqüentemente no federal. Nem todos os agentes demonstraram conhecimento sobre as ações do Governo Federal, alguns fizeram menção ao

PRODETUR e aos cursos de qualificação profissional que foram ofertados em parceria com o SENAC, porém o discurso era meio confuso e pouco esclarecedor, inclusive alguns entrevistados vincularam os cursos de capacitação como ações da Prefeitura, caso de E7 e E10.

Vale ressaltar que os cursos promovidos no município foram diretamente ligados a atividade turística, tais como: idiomas, recepcionista, cozinheiro e recreador. Não havendo uma preocupação em diagnosticar as necessidades locais e investir nas demais ocupações que constituem a cadeia produtiva do turismo, como: mecânico, encanador, borracheiro, eletricista ou técnico de computadores, caso haja demanda é necessário que o cidadão se desloque para os municípios vizinhos para atendê-las.

O SENAC teve aí, fez alguns cursos, [...] ele só faz de recepcionista, de garçom, cozinheiro, e vai ser todo mundo recepcionista, garçom e cozinheiro? Entendeu? A mesma coisa. Querem fazer bar, restaurante e pousada, aí botam curso de quê? De línguas, garçom, cozinheiro... (risos). (E12)

Esse é um problema que merece uma reflexão, uma vez que os programas propostos pelo Estado são padronizados não havendo uma demanda específica para cada destino turístico, pensando-se em toda a cadeia produtiva.

Sobre a atuação do Governo Federal foi dito, principalmente pelos representantes da iniciativa privada a importância dessa instância governamental para a captação de recursos que propiciem a melhoria do setor turístico, porém que falta uma equipe técnica capaz de submeter projetos para angariar esses fundos. Essa falta de preparo técnico é repassada para os governantes municipais, que segundo a totalidade dos entrevistados não tem conhecimento para fomentar a atividade turística e esse despreparo governamental trata-se de um processo histórico, segundo Foucault (2007) o poder não pode ser tido como um objeto natural e sim como uma prática social que se constitui historicamente.

O poder público, ele não consegue visualizar o turismo a longo prazo. Eles se perdem, nós tivemos uma administração de dois mandatos anteriores com o mesmo gestor, e sendo que ele já tinha ficado quatro anos antes, quer dizer foram 12 anos. [...] **eu sinto que ele se empolgou com os impostos, com a venda, a especulação imobiliária, com a retaliação do lugar.** [...] a comunidade se revoltou porque ele tava mais organizado, mas fazia tudo 30% do que devia. [...] conseguiram tirar o mandato dele, elegeu um outro que seria a salvação, só que esse outro, que é o atual, ele entrou perdido e fraco em gestão [...]. **Agora não é má vontade, não é, é falta de conhecimento e de gerir, porque é muito difícil você assumir um cargo desse, uma Prefeitura, quando a pessoa só tem boa fé, boa vontade, [...] então a gente nem culpa. Mas eu culpo sim de não buscar um apoio, alguém que intermedie, que ajude, que faça um trabalho de planejamento mesmo.** [...] nós perdemos muitas verbas, por quê? Por falta de projetos [...] E aí onde tamos pecando e agente perde, perde, e aí agente fazemos uns eventozinhos de meia boca, porque não tem o valor e aí vai pedir pra quem? Pro empresariado, que pensam que tem dinheiro, é impossível nós pagarmos os funcionários e... e aí reclamam que o empresariado não ajuda e não entendem que esse dinheiro é nosso, já está, **o Ministério do Turismo tem pra fornecer, mas precisa primeiro de alguém que vá captar e outra que saiba executar e prestar contas,** porque muitas vezes eles pegam, quando pegam, não pede nota, e dá maior problema e não pode pegar mais, porque não tem... falta essa visão de que tem que prestar contas, é igual uma empresa, uma pousada, um restaurante, igual uma empresa qualquer, mas falta essa noção. (E4, grifo da autora).

Nesse fragmento, E4 retrata três pontos fundamentais para o entendimento da historicidade política local: as gestões anteriores preocuparam-se com a construção de empreendimentos, acúmulo de impostos e o lucro imediato; em um segundo momento, a comunidade insatisfeita com o cenário do turismo local se uniu para eleger um candidato da oposição e na expectativa pelo novo, votou em outro político que seria o “salvador da pátria”, porém ficaram decepcionados, e esse seria o atual cenário político de Pipa, uma sensação de decepção e desalento dos munícipes, pois a gestão municipal continua valorizando a construção de empreendimentos e servindo muitas vezes a interesses de pessoas e não do coletivo:

A dificuldade principal é a falta de nível de consciência dos gestores públicos, eu acho que, a política novamente é o que mais incomoda, então por interesses políticos, as ações são direcionadas de acordo com o que é bom ou ruim politicamente, em primeiro lugar. (E13)

Dessa forma, as tomadas de decisão geralmente atendem aos interesses de determinados grupos, aqueles que têm mais poder econômico, que detém o capital. São raras as reuniões que contam com a participação popular e quando existentes possuem falha na comunicação e na divulgação: “[...] geralmente são reuniões em lugares que não são abertos, sabe, é muito difícil você ter uma Audiência Pública. A não ser quando foi o Plano Diretor ou vai ser agora com o PPA, mas tudo é só grupinhos, quem decide

as coisas do município é grupinhos, entendeu?” (E6) . E a falta dessa participação da comunidade pode significar sérios problemas para o futuro de Tibau do Sul (DIAS, 2003).

Esses “grupinhos” destacados pelo entrevistado interferem na ação do poder público que não privilegia os interesses da comunidade, não cumpre com a periodicidade das reuniões, inibindo a participação dos demais agentes na gestão do município.

Verificou-se uma baixa participação da comunidade na tomada de decisão e em Conselhos de Turismo, dentre as causas apontou-se a falta de divulgação dessas reuniões, o desinteresse dos residentes e falta de repasse dos líderes das associações para os associados. O fragmento da entrevista de E10 revela o pensamento da maioria dos entrevistados:

[...] eu acho que **se tivesse mais divulgação** teria muito mais pessoas pra opinar e correr atrás dos seus direitos, as coisas acontecem aqui da seguinte forma, quando existe alguma reunião, alguma coisa, eles chegam e **avisa só pra os membros de associação**, de ONGs, de coisas parecidas, mas assim, pros moradores mesmo, não avisam nada, **não tem um carro de som pra anunciar**, num tem nada. Então é tudo no boca a boca quem escutar chega e quem não escutar não vai. (E 10, grifo da autora).

Uma opinião que merece destaque foi do entrevistado E11: “a população chora, que fala que Pipa é isso, mas não participa, isso é preocupante, ela sempre foi passiva, certo, muito passiva”. A fala desse entrevistado ao retratar a comunidade como passiva e isso ser um estágio pré-existente, leva-nos a refletir sobre essa passividade, será que não se trata de uma forma de resistência a invasão de outros agentes sociais ou trata-se de uma característica cultural do local? Ressalta-se que o pesquisado é natural do município e essa visão também é partilhada por outra nativa:

Existe uma **associação dos moradores da praia da Pipa, mas aí...90% da população não liga, sabe, num tão aí**, vai mais como associação, dos barraqueiros, associação dos taxistas, associação que são interesses próprio, né, e a comunidade... aí quando acontece eles acham ruim, porque eles não participaram. Por quê? É comunicado e muitos não vai, ah...**isso não vai dar em nada, isso não vai acontecer, e ficam acomodados e quando acontece, de o poder...dar aquele alvará dizendo que vai fazer isso, eles se reclamam, porque não participaram. Por quê? Porque num quiseram, mas muitas vezes eles são alertados, muitas vezes são alertados, vai ter uma audiência pública**, que já houve várias vezes, por causa do meio ambiente, **quando muita gente se mobilizou, porque muita gente tinha terreno**.[...] Então algumas ações que é feita, muita gente vai, muitos que são interessados eles vão, mas aí nem muitas vezes o nativo se liga não, deixa acontecer naturalmente (risos), como diz aquela música. (E7, grifo da autora)

Essa fala leva-nos a outros desdobramentos, por que será que a comunidade não participa da Associação dos Moradores? Será por que o presidente da Associação é um dos agentes que contribuem com a especulação imobiliária da praia da Pipa? Alerta-nos também ao fato de que quando há interesse da comunidade há participação, como no próprio exemplo retratado pela entrevistada, então será que a comunidade realmente está preocupada com as consequências do turismo para o destino? Ou melhor, será que ela tem consciência do que o destino pode vir tornar-se a ser?

Segundo o presidente da E3, a comunidade “não participa politicamente, porque não tem essa cultura pregressa e nós que chegamos temos a cultura de discutir, de lutar pelos nossos direitos, complica legal”. Mais uma vez se faz presente no discurso do presidente da E3 uma diferença cultural distinguindo o local do migrante, afirmando que os de fora têm mais capacidade de discussão e reivindicação. O mesmo entrevistado acrescentou que a culpa dessa não participação é a felicidade:

A culpa é a felicidade e a falta de visão, eles estão felizes, tá muito bom como tá, e o trabalho que as pessoas mais esclarecidas fazem é o esforço de manter esse estado de coisas, mas eles não percebem, **eles não percebem a importância do trabalho que é feito pelas pessoas mais esclarecidas e isso inibe a participação**, ah... tá bom demais, tá extraordinário, pra que melhorar? Então, não têm, na cultura dessa região as coisas funcionam meio que como o mar, se a maré tá boa, agente vai lá e pesca, se não tá... então, é uma passividade em relação ao todo muito grande, não são proativos. (E3, grifo da autora)

Logo, quer seja por falta de divulgação ou pelo não repasse das informações pelos líderes das Associações nas reuniões e audiências públicas, a comunidade não participa:

[...] ela é convocada a participar, agora muitas vezes, eles se excluem, eu não sei por que a comunicação não chega até ela, ou porque a comunicação é falha [...] as associações levam representantes, agora eu não sei se na volta, os seus representantes repassam a informação correta para os associados. (E2)

Diante desse cenário, constatou-se que as práticas exercidas pela Prefeitura Municipal não levam em consideração os interesses da comunidade, favorecendo o nepotismo, clientelismo e a criação de empregos por conchavos políticos, para ilustrar esse fato tem-se o caso do filho do atual prefeito que assumiu a Secretaria de Tributação, Finanças e Administração do Município. Segundo um dos entrevistados, o referido Secretário não tem capacidade técnica para assumir tal função, sendo “incompatível com o índice de desenvolvimento humano do município, com a cultura

do local, com o nível de serviço que se presta, com o nível de turista que se recebe, é uma disparidade entre o nível de exigência com o atendimento” (E3).

Além do atendimento dos interesses políticos, também foi revelado que certas associações de classe e empresários se apropriam do seu poder e do seu discurso para atender fins particulares e de determinados grupos, conforme denuncia E9 ao afirmar que a AMAPIPA reconhece apenas os interesses próprios do seu presidente:

[...] na verdade é o interesse é altamente especulativo. [...] eles colocaram um membro de cada associação do município pra anular o Conselho Comunitário, entendeu como é que é? [...] quer dizer que agora eu vou ficar lutando, além de lutar contra Prefeito que num quer formar os conselhos, num quer dar apoio a conselho..., ainda tem que lutar contra o especulador, que quer acabar com a nossa instituição? Aí foi a gota d'água, entendeu? Aí eu digo assim, não dá. [...] É uma pena, mas agente tá sentindo que tá existindo realmente uma falência nas instituições aqui, num tá havendo incentivos pra se continuar, não tá havendo comunicação, o... o poder público tá, tá uma coisa muito louca de enfrentar, entendeu? Agente já lutou oito anos contra um coronel, conseguimos tirar ele do poder, mas com ele no poder, nós conseguimos fazer todos os conselhos que agente quis fazer, enquanto esse que nós apoiamos agora não institui nenhum conselho dos que foram formados, entendeu, aí... eu estou sem o menor estímulo da vida pública, de trabalhar, de continuar, nesse momento eu tô cuidando da minha vida pessoal, entendeu? A comunidade tá precisando das rédeas do poder público, né? Não de um conselho comunitário que tá desvalorizado, que ficou desvalorizado, entendeu? Ficou sem apoio, mas isso é assim que acontece com as instituições, na verdade isso é geral, é o Brasil inteiro que tá precisando disso, né? Mais valorização da sociedade civil e mais apoio pra que a sociedade civil, hoje em dia não existe, por exemplo, um recurso pra que você abra uma associação, você precisa do mínimo R\$500,00 pra montar uma associação, entendeu? [...] não é simples, não é uma brincadeira, né? Embora muita gente leve na brincadeira e muita gente também se apropria das coisas e faz até financiamento e tal, e gasta em outras maneiras, agente sabe que isso acontece também, mas não é a maneira correta.(E9)

O fragmento acima ratifica a busca por interesses próprios, levando o fortalecimento de determinada entidade em detrimento do enfraquecimento de outra. Uma disputa de poder, que gerou a falência do Conselho Comunitário. Uma das justificativas para isso seria a criação de várias instituições no local, mostrando os interesses conflitantes e isolados dos diversos agentes, caso contrário não se precisava dessa quantidade de entidades.

Se por um lado alguns agentes encontram-se desmotivados, cansados com essa situação, outros exigem os seus direitos e argumentam contra essa realidade: “E eu vou, participo, grito, reclamo, penso, exijo, bato o pé mesmo e trago pra toda a minha comunidade” (E6). Embora retrate a participação, a inquietação com o cenário político local, percebeu-se certa limitação dos envolvidos nessa luta pela democracia.

As políticas municipais devem ser integradas com as demais instâncias governamentais e para E9, não se trata um problema apenas de gestão local:

Eu acho assim que o governo federal tem dado uma grande força, entendeu? O que tá se enfraquecendo muito é quando chega no poder estadual e menos ainda quando chega no municipal, entende? Eu acredito que [no] Rio Grande do Norte estão tratando o turismo como amadores, entende? Então eu acho que está faltando assim, ver, buscar o turismo com uma visão mais profissional mesmo, vê a segmentação, tudo que o Rio Grande do Norte pode oferecer, entende? E a questão do município é muito política, entende? O grande defeito dos gestores é não ter capacitação pra estar nos cargos, é isso que agente vê, por exemplo, ele na frente de um destino turístico e sem saber o que é turismo, entende? Aí fica difícil de botar pra frente, entende? Porque é como se fosse, vai aprender agora, enquanto você precisa já chegar pronto, entende? (E9)

A falta de clareza e da importância atividade turística para o município é partilhada pelo próprio representante do poder público, que acrescenta a pouca autonomia da Secretaria Municipal de Turismo e das demais secretarias:

[...] Pipa hoje, ela vive única e exclusivamente do turismo, então acho que, todas as Secretarias são importantes, principalmente educação e saúde, são importantíssimas, mas na mesma proporção o turismo devia ter essa [importância], [...] **porque é do que as pessoas sobrevivem. E falta autonomia das secretarias, não só autonomia de fazer, mas autonomia financeira, autonomia política dos secretários, pra poder colocar em prática as suas idéias**, então isso parte pra esse e os que passaram e os que virão, **porque senão o turismo vai acabar e as pessoas não vão ter mais do que sobreviver**. (E2, grifo da autora)

Revelando que dentro de cada esfera, quer seja pública, privada, terceiro setor ou comunidade, existe esse jogo de poder. O poder apresenta-se centralizado nas mãos do Prefeito, havendo pouco poder decisório por parte das Secretarias e isso reflete na práxis da gestão.

Merece destaque em sua fala também, a concepção de que o turismo é o único meio de sobrevivência da população reforçando a concepção da monocultura, tratado por Krippendorf (2001). Sendo assim, o turismo acaba provocando uma alta dependência econômica, por ser uma monocultura para o município de Tibau do Sul, sofrendo as conseqüências do cenário global, como crises financeiras, apagão aéreo, terrorismos, catástrofes climáticas e da natureza por ser totalidade suscetível aos eventos externos.

Identificou-se ainda a ausência de documentos específicos de turismo que dêem as diretrizes para a ação municipal, tais como Inventário, Diagnóstico e Plano Turístico.

Agente vai ter que cadastrar todo mundo. [...] como é que uma Prefeitura pode colaborar com saneamento, com pavimento, com educação, com saúde se você não paga imposto nenhum? Então é contracenso, você, um empresário reclamar de tudo e não pagar nenhum imposto? [...] seja qual for o seu segmento, o pessoal que tá voando de asa-delta, **eu fui abordada recentemente por um pessoal que vem de outros estados, dizendo ah...eu quero que a senhora apóie, e eu disse eu acho ótimo, é mais um atrativo, e eu falei qual é a sua colaboração pro município, você paga uma taxa? Então porque que você pode entrar no nosso território, usufruir, ganhar dinheiro e ir embora?** Isso não é justo, isso é justo? Então não é justo, somos empresários, sejam itinerantes ou não, tem que ter consciência, pra você poder receber um estado, um município pavimentado, saneado, com educação, com segurança, com tudo, tem que ter o dinheiro. É muito fácil você reclamar, mas se você não faz a sua parte?

Além de ressaltar a falta de sistematização de dados e informações turísticas do município, E5 aponta que os problemas de infraestrutura se devem pela falta de pagamentos de impostos pelos agentes que atuam na área. Essa visão é refutada por um agente do mercado e representante da comunidade, que afirma que o problema não é a falta de arrecadação de impostos, mas a má gestão desses recursos por parte do poder público: "quando agente contribui é esperando a contrapartida de serviço do estado, do município, ou do governo federal no sentido de nos trazer uma contrapartida de serviços para aquela contribuição na forma de imposto" (E3).

No tocante as demais políticas públicas, os principais documentos que norteiam a gestão municipal são o Plano Diretor, o Código de Meio Ambiente e o Código de Obras e Posturas, porém percebe-se a falta de fiscalização e legitimação dos mesmos, pois na prática eles não funcionam. Além disso, foi apontado por uma das representantes do Terceiro Setor a falta de transparência nas decisões políticas, bem como que muitas delas, são fortemente influenciadas pela pressão que os empresários façam sobre a classe política.

[...] manipularam desde o início as reuniões pra escolher os delegados, os vereadores nem leram o Plano Diretor pra votar, nem o Código de Meio Ambiente, e a gente viu isso tudinho, faz um ano essa votação, sabe quando foi votado o Plano Diretor daqui? No dia 24, dia de Natal, 24 de dezembro, e o Código de Meio Ambiente, de Obras no dia 31, essa cidade cheia de gente, todo mundo trabalhando, véspera de Natal, final de ano, você acha que eles iam ler? Um calhamaço de coisas que eles nem entendem? Que nem participaram das reuniões. Pra entender aquilo tava difícil, eu participei das reuniões, não entendo direito, quem dirá eles. Mas foram lá e aprovaram,

então é isso que eu tô vendo, é tudo manobra, entendeu, é **tudo conchavo** entre eles, é muito atraso, é atraso dele, porque ele manipula o tempo todo, sabe, esses políticos são muito safados mesmo, eu realmente, assim não tenho mais... não sei se é esperança, mas assim enquanto não mudar a cabeça dessa galera, agente vai viver atrasado [...]enquanto não se unir e pensar na comunidade, que tá esquecida, **eles fazem reunião e é os empresários que vão pra reunião, só os empresários, que tão dando a visão deles**, aí lá na frente vai ter problemas, né, porque **tão excluindo uma parte da população, e essa é a pior parte do turismo que eu acho**, é não incluir a população, principalmente a nativa, mas eu coloco a que mora no lugar na hora de tomar uma decisão, o turismo é vamos fazer propaganda eles acham que turismo é só fazer propaganda e *marketing* do lugar (E12, grifo da autora).

A fala revela ainda, a pouca participação da comunidade na elaboração desses documentos, bem como na capacidade de tomada de decisão nas pautas referente aos interesses do turismo na localidade. Ressalta-se que esses documentos só existem devido à relevância que o turismo tem no município, bem como para o estado norterio-grandense.

Por exemplo, na Pipa não tinha nada disso, **hoje temos um Plano Diretor, um Código de Meio Ambiente, hoje tem um Código de Postura** de como o município, não só Pipa, [mas como] o município deve crescer, então hoje tá mais fácil, você tem uma política administrativa do setor, você tem um embasamento, você tem algo pra se basear, trabalhar com legalidade, nós temos hoje Código Tributário, hoje a licença, o alvará é cobrado em cima de uma lei específica, nós temos o Plano Diretor **se os gestores colocarem em prática**, nem uma lei é perfeita, mas pelo menos você tem algo pra seguir e antes não tinha, **e isso só aconteceu isso porque Pipa é importante**, né? (E2, grifo da autora)

De acordo com a Constituição Brasileira, todos os municípios que possuem vinte mil habitantes devem possuir o Plano Diretor e embora Tibau do Sul apresente um pouco mais de dez mil habitantes o mesmo possui. Uma das causas é a importância turística que o município apresenta diante do estado.

Apesar da existência desse documento específico, foi levantado por E4, que durante sua elaboração determinados interesses foram priorizados, sinalizando a existência de algumas imperfeições no Plano, segundo ele:

[...] dentro do Plano Diretor que foi manipulado, a área de expansão urbana no nosso município, não sei se, talvez o único do Brasil que é o **município que tem 70% de área de expansão urbana**, quase todo o município [...]. Isso foi uma jogada, uma articulação de advogados, de interesses de venda para estrangeiros, porque se continuasse área rural não pode ter venda, só pode ser venda pra brasileiro e eles fizeram essa jogada, e agente leigo, não sabia nesse momento e passou e tudo isso foi jogada de advogados que agente não tem noção disso pra que, naquele momento combater e argumentar. (E4, grifo da autora).

Dessa forma, é certo que as relações não acontecem somente de acordo com o que está definido nos instrumentos formais. Os agentes sociais e governamentais, no jogo social, estão sempre produzindo novos acontecimentos, aquém ou além do que preveem as normas.

Constatou-se uma dificuldade na relação com o poder político local, identificada por representantes de todos os setores entrevistados. Segundo E6: “[A relação] de harmonia não tem nada, é sempre guerra, luta, luta constante”, consoante a essa visão, E3 afirma que: “É complicado. Porque o poder público só quer arrecadar e fazer mal uso dos recursos arrecadados, ninguém tem simpatia, as pessoas não [es]tão[sic] coniventes com a má gestão, é complicado”.(E3). Essa falta de harmonia entre a iniciativa privada e o poder público fortalece a desterritorialização, promovendo implicações de várias naturezas.

Temos, temos buscado o Ministério Público, denúncias nos órgãos competentes tipo IDEMA, IBAMA, mas é uma coisa viva, todo dia tem, processo na justiça tem, tem advogado recorrendo contra o município por não aceitar certas coisas, é uma briga acesa, a coisa não pára não, agente tá sempre, tá sempre se deparando com investidores que quer botar por cima de tudo, acha que tem dinheiro e que pode. **Até nos mal tratos, achando que por ser daqui não tem condições de avaliar um negócio desse, paciência, esse cabra é um matuto lá da mata, vamos levar uma conversa bonita e ele já cai, agente vê muito disso, chamando de burro na nossa cara mesmo, tipo assim, chegar com um documento pronto, assina aí secretário, eu vou assinar com o olho fechado, eles querem isso, percebe?** (E8, grifo da autora)

Sabe-se que o ideal é que os agentes trabalhem de forma concatenada, os interesses podem divergir em alguns momentos, mas não devem impedir o desenvolvimento do turismo na localidade, para E4:

[...] existe essa coisa do quem apoiou não apoiou, aí cria um... fica em vez de unirem, ficam tentando desgastar e há uma perda da produtividade porque um fica, conforme quem ganha, uns apóiam e outros não apóiam e não existe aquela coisa do vamos ajudar independente de quem esteja aí, tem quem pense assim. [...] então existe algum antagonismo, existe alguma coisa, e isso é natural, mas não deveria, e isso é o meu ponto de vista, jamais existir, mas é a realidade. (E4)

Esses conflitos revelam que é difícil eleger um candidato que não seja de Tibau do Sul, uma vez que a maioria dos empresários não é natural do destino, mas existe uma preocupação em ter representantes junto a Câmara Municipal que defendam os interesses do Mercado:

Há problema? Há, eu **até acho que ainda não é o tempo de se lançar um candidato que não seja do município**, talvez um laboratório seja feito na próxima eleição, um candidato que tenha casado com alguém do município, que tenha filhos no município, que seja conhecido, pra quebrar essa resistência e mostrar que não precisa ser daqui (E3, grifo da autora).

Assim é muito difícil eleger alguém de fora, aqui, então nós temos representantes locais, que representa os nossos interesses, mas são locais não são pessoas de fora, nós gostaríamos de conseguir colocar um dia um prefeito, um vereador e tal, **mas temos vereadores que representa sim ... eu digo os forasteiros, as pessoas de fora e as idéias dessas pessoas**. (E4, grifo da autora)

Embora os agentes apontem para essa problemática, os mesmos conseguiram indicar o nome da Secretária de Turismo, empresária, na tentativa de conciliar os interesses dos *outsiders*, compartilhando com Haesbaert (1997, p.208) “Trata-se de uma massa crescente de migrantes desenraizados, desatrelados de territórios políticos dominado por determinados grupo”, e o grupo local começa a enfraquecer seu poder político.

Para os migrantes, a indicação de pessoas que não são nativas do município seria benéfica, uma vez que eles possuem uma visão de mundo diferenciada, inclusive na política, porém esses sujeitos ainda não podem se envolver na política local formal, pois não são aceitos pelo conjunto da sociedade local, ratificando o pensamento do agente E6.

É preocupante, agente acompanha o que acontece, **a característica desse destino turístico tem acho que 80% pelo menos, de pessoas de fora, fora do município, então fora da política, são empresários com outra visão, como eu, que chegou aqui e montou um empreendimento**. [...] mas você [passa] a ser daqui, porque você passa a conhecer o que é que é e como é, e então **existe um tesouro de experiências perdido nessas cabeças todas que não querem se envolver politicamente, então aí sobram 15, 20% das pessoas que são daqui, que tem uma experiência muito local**, muito regional e que não exploram essa riqueza que [es]tá[sic] entorno deles, **não escutam**, acham que isso..., a minha impressão é essa. Então dentro da Câmara Municipal, eles tão preocupados com votos **então quando os empresários de fora começam a trazer seus títulos pra cá, eles começam a se preocupar um pouquinho em dizer alguma coisa que tenha haver com turismo, se não eles tão mais preocupados em gerar emprego pra comunidade dentro da Prefeitura ou promessa de que vai botar iluminação na rua ou que vai arrumar uma escola pra alguém, enfim politicagem**, então eu vejo isso como a política, infelizmente, atrapalha demais o turismo, como atrapalha o país todo, atrapalha a economia, atrapalha tudo. (E13)

O entrevistado aponta para uma quantidade grande de migrantes em detrimento de nativos, que tem uma experiência de vida diferente dos locais e que

poderiam contribuir para o avanço na política local. Para E13 existe uma preocupação maior em ofertar cargos comissionados, empregar determinados sujeitos em troca de favores e fazer promessas, mas que não há interesse em se pensar num planejamento municipal.

Como fora dito existe um conflito muito grande entre os empresários e o poder público e identificou-se que faltam instrumentos de gestão do turismo que aproximem esses dois poderes. O COMTUR e a Câmara do Turismo foram lembrados como mecanismos para tentar melhorar a comunicação e ação entre os agentes, porém na prática, isso não funciona. Segundo E8: “[...] na verdade o estado cria, agora para organizar leva um século, pra colocar a coisa em prática”. Complementando a demora nesse processo, E13 afirma que:

[...] o que eu digo é isso, é existe uma hipocrisia muito grande, dizendo que existe uma preocupação, eu não sei se a **lentidão da burocracia** e dessa forma democrática de fazer as coisas aqui impede que as coisas aconteçam ou se há um desinteresse ou uma falta de consciência, mas que não funciona, não funciona. **Então se a culpa é da democracia, da burocracia ou da forma, da estrutura da gestão, como é feito, eu não sei, mas que não funciona, isso não funciona.** (E13, grifo da autora)

Além da burocracia por parte do poder público, a falta de aliança entre os agentes acaba reforçando a lógica vigente. Observa-se que o poder público não quer se alinhar ao projeto que partiu da iniciativa privada e que o poder público também não quer se adequar tanto aos interesses políticos e nessa disputa de poder, pouco se ouve a voz da comunidade, que emudecida ou silenciada não se quer ouvir.

Os nativos, mesmo aqueles que também fazem parte da iniciativa privada contribuem bastante nesse processo de des-reterritorialização, “[os empresário] são dois grupos, porque eles fazem questão de se não misturar. Você vai a um evento aqui e os locais não aparecem. Não sei se por falta de convite ou se por timidez, por eles terem chegado e já colocá-los assim, né?” (E6).

Essa separação entre os empresários locais e migrantes pode ser compreendida pela discussão que vem sendo feita no decorrer desse capítulo, desde o processo migratório, as trocas culturais e econômicas.

A principal ação do poder privado foi a elaboração do planejamento estratégico da cadeia produtiva, envolvendo um grupo de 120 participantes. A proposta da elaboração desse documento era aproximar a sociedade civil, o poder público e o poder privado para a realização de um trabalho integrado, porém havia o temor de que

algum agente ficasse fora do processo, querendo combater ao outro, como exposto no fragmento abaixo:

O poder público e a sociedade civil se juntem contra o poder privado, o poder público e poder privado juntos e esquecem a comunidade, ou a sociedade civil com o poder privado contra o poder público, não funciona, e é isso que nós tamos tentando com esse trabalho. (E4).

Essa aliança é fundamental para o êxito da atividade no destino, para E2, “as pessoas que estão aqui conscientemente deveria [se] juntar ao pescador ao agricultor pra ter essas pessoas como aliadas, talvez a política ambiental fosse mais consistente, tivesse menos polêmica”.

Compartilhando experiências e trocando informações, todos os agentes seriam beneficiados. Muitos empresários afirmaram que o poder público precisa de ajuda, e a idéia deles era ajudá-los independente de gestão ou partido político. “Nós queremos é tentar ajudá-los pra fazer um bom trabalho pra o destino, essa é a nossa grande preocupação” (E4), pois com uma boa gestão municipal, a cidade será mais bem planejada gerando benefícios para todos os agentes envolvidos.

Constatou-se ainda que, não há políticas de incentivos para se investir em Tibau do Sul, independente de ser estrangeiro, de outro estado brasileiro ou nativo, a prática é a mesma.

São poucas as ações desenvolvidas pelas empresas turísticas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população residente ou do meio ambiente. Para vários entrevistados não existe nenhuma ação: “Não, não, não, a única coisa que eles fazem aqui pra os residentes é dar emprego, aqui quem mora em Pipa trabalha, aqui tem muito trabalho, quem mora aqui em Pipa tá trabalhando, quem quer trabalhar, trabalha” (E10). A fala aponta para o conceito de qualidade de vida proposta por Bonalume (2002), que afirma que ascensão econômica não implica melhoria na qualidade de vida.

Muitos empresários foram para Tibau do Sul, preocupados em satisfazer os seus interesses próprios, os primeiros migrantes com uma preocupação mais ambiental, porém com a ferocidade dos especulares no início do século XXI e mudança de perfil dos novos residentes investidores, observa-se uma intensificação da exclusão socioespacial e aumento da concorrência e diminuição da competitividade.

Olhe, os próprios investidores, todos que estão aqui, [...] vamos dizer assim, [que] já fizeram algo, [...] eles acreditam de uma certa forma no meio ambiente, essas que já construíram elas já tinham aquela visão de que não pode devastar, mas elas devastaram, certo, então elas devastaram e agora ninguém pode mais, então é assim, o que agente observa é isso. Quem fez, fez e agora não pode mais, eu já agredi o meio ambiente, mas agora ninguém pode porque é proibido, certo, mas eles já fizeram, agente vê muito isso por aqui. (E11)

Esse pensamento deflagra que, mesmo os primeiros migrantes que têm uma preocupação ambiental também devastaram o meio ambiente. E hoje, combatem a ação de novos investidores que querem reproduzir o que eles fizeram no passado. Será que é o medo da concorrência que ratifica a preocupação com o meio ambiente?

[...] o que acontece é que muitas empresas aqui são empresas que vieram oportunizar o ganho. Que na hora que não der, muda de praia e vai pra outra praia, e nós temos que ter muito controle disso pra evitar que se cause um dano irreversível. É diferente do empreendedor que mora, que vive, que depende disso, que tem visão do... mais a longo prazo, tá, então é preciso separar o joio do trigo, você tem aqueles que estão aqui passando uma chuva, esses aventureiros tentam tirar o máximo, e é assim em toda a parte, não é privilégio de Pipa não, nem de Tibau do Sul, infelizmente existe e a contribuição é mínima, porque eles são vampiros, sanguessugas, não são comprometidos com a longevidade do destino nem o bem-estar da sociedade. [...] elas são individualistas e só olham para o umbigo delas, elas não conseguem ter a participação efetiva nos movimentos sociais, é sempre uma minoria, são sempre os mesmos que estão fazendo pressão, e se movimentando e não é uma grande parte, não é um movimento que diga assim é 10% da sociedade, num tem, é, são as lideranças que fazem das tripas coração para poder tocar, porque há uma omissão coletiva. As pessoas não estão preocupadas com o bem-estar de longo prazo, a visão é imediatista. (E3)

Para um representante do poder público: “nós somos daqui e já vimos experiências erradas longe daqui e não podemos deixar, e como no turismo, o empresário que o lucro rápido, quer ganhar rápido e ele não se preocupa muito com o meio ambiente, né?” (E8)

Sobre a relação entre os empresários locais e os empresários de fora foi diagnosticado que existem distinções claramente definidas, partindo na própria concorrência entre os destinos de Tibau do Sul e Natal lembrada por dois agentes pesquisados: “a galera não é muito unida não. [...] Pipa devia ser mais unida com Natal pra divulgar melhor o Rio Grande do Norte, mas não, a galera de Natal discrimina a galera da Pipa, por sua vez a galera da Pipa não se une com a galera de Natal. (E12).

Além dessa rixa intermunicipal, existe declaradamente a separação do empresariado de Pipa – migrantes e nativos, embora sejam poucos os locais: “Não tem empresário local, eu percebo uma diferença de visão muito grande, de visão estratégica

e de atuação. [...] se você pega os negócios daqui, raramente tem um nível de qualidade para atender a demanda turística” (E3). Para acirrar mais essas divisões observou-se a separação que há entre a sede municipal de Tibau do Sul e Pipa.

Essa visão de que o outro é melhor que o do local é reforçada por E10: “Os empresários que vêm de fora, eles tem uma cabeça muito melhor pra poder fazer as coisas, entendeu? [...] se dependesse muito dos empresários daqui, a coisa não tava tão boa como está hoje”. Imbuindo preconceitos ratificando a lógica que o quê é produzido pelo forasteiro é superior ao do nativo.

Na opinião de E2, “existem dois lados, o lado que quer levar vantagem própria e aquele lado, que realmente quer cuidar do município, vai depender do gestor público, de que lado ele vai ficar, vai ficar do lado daquele que tá pensando só no hoje ou a longo prazo?” e esse entrevistado complementa afirmando que dependendo do posicionamento do governante irão surgir os conflitos.

Sobre as principais reivindicações colocadas pelo poder privado ao poder público, na concepção de E11 estão: a divulgação do turismo, melhorias nas vias de acesso, condições de tráfego, segurança, retirada de ambulantes, organização e limpeza das praias, a limpeza das praias, o mesmo pesquisado afirma que:

[...] o que eles não cobram muito é assim mão-de-obra especializada, nunca cobraram, nunca se preocuparam com isso, é uma visão do governo que pensa isso aí, o governo federal, o governo estadual, que chega no municipal, mas o empresariado nunca discutiu, não questionou a qualidade da mão-de-obra, pelo menos aqui em não tenho conhecimento, agora infra-estrutura, as vezes eles reclamam de pagamento dos impostos, certo, que pagam mas tem que ter limpeza, segurança, via de acesso, divulgação do destino, certo? E eles cobram muito. (E11)

A inexistência de um diálogo entre os diversos agentes que fazem parte diretamente da cadeia produtiva do turismo, contribui para elevação de problemas de ordem social, ambiental e cultural nos espaços apropriados pelo turismo e, consequentemente, no cotidiano dos habitantes do lugar.

Se você tirar o turismo daqui, o metro quadrado passa a não valer nada. Ou vale muito pouco. Então a **ganância da arrecadação** é que confundiu as coisas, eles se perderam, o estado se perdeu assim com isso, não foi só Pipa ou só o município, eu acho que o estado do Rio Grande do Norte se perdeu com isso. [...], **agora vai captar turista, vai captar vôo charter, vai não perder os vôos charters existentes, esse é o trabalho do gestor público, que não foi feito, pelo contrário.** (E13)

O fato de Pipa ser supervalorizada dentro do município de Tibau do Sul e o processo de reterritorialização que se difere das demais localidades levou até a aprovação da Lei de Criação do distrito de Pipa, levando a outros desdobramentos e a discussão sobre a emancipação política do mesmo. Essa questão gerou divergências entre os entrevistados, muitos deles sendo desfavoráveis à emancipação, mas favoráveis à criação de uma subprefeitura. Dessa forma, manifestando a reterritorialização política nesse tipo de intervenção. Quem partilha dessa concepção é o presidente da E4:

Apoio essa criação do distrito, mas a emancipação, eu acho que, não vejo... não é nem tão fácil conseguir, mas eu não vejo a emancipação como algo que possível, mas uma administração distrital eu acho bacana, acho que complementa porque aqui os problemas são diferentes do restante do município, principalmente desses lugarejos Piau, Cabeceiras, Simbaúma, eu acho que cada lugar deveria ter o seu... uma administraçãozinha paralela, ajudaria muito. (E4).

A criação de novos municípios é capaz, de mobilizar vários grupos econômicos e sociais, especialmente, como veremos no próximo item, quando esses grupos possuem poder do capital bem como uma razoável identidade cultural na área que reivindicam, como é o caso dos empresários que buscam a emancipação de Pipa, *locus* da maior parte da receita gerada no município de Tibau do Sul.

Em defesa da emancipação têm-se os empresários e nativos de Pipa, que afirmam que a Prefeitura desenvolve uma má administração e não resolve as demandas do distrito. Em contrapartida, os políticos locais afirmam que a separação promoveria o enfraquecimento geral do município.

Dessa forma, essas visões divergentes levam o reconhecimento a nível político-administrativo de uma nova visão territorial que se trata também da manifestação de uma rivalidade política com bases culturais relativamente distintas e que envolve a relação indissociável entre o poder político local tradicional e o poder de uma pretensiosa classe empresarial migrante que se fortalece cada dia mais no distrito. As conseqüências desses conflitos serão vislumbradas nos anos vindouros.

Esse é um novo cenário que se desvela na praia da Pipa, acirrado pelos conflitos e a falta de união entre os agentes produtores do espaço, dessa forma a falta de diretrizes em um planejamento turístico local acaba retratada na fala do entrevistado abaixo:

[...] eu vejo que nós tamos dando tiro pra tudo que é lado e esse lance de implantação de condomínios, de hotéis, tudo é maravilhoso porque geram impostos altíssimos, mas eu peso muito e a sustentabilidade de tudo isso, onde é que fica? Quem tá pensando a longo prazo? Quem vai pagar? Como, quem vai se sustentar dentro de tudo isso? [...]então a preocupação nossa é com que todos estejam bem, todo mundo tem que tá muito bem, desde o sapateiro, o vendedor de coco, o bugueiro, as pousadas e hotéis e agente, a idéia não é torcer pra que o outro vá mal, pra gente crescer, então. (E4, grifo da autora)

Apesar da fala tratar de um agente da iniciativa privada revela pontos fundamentais para a elaboração de um planejamento turístico, pois caso o modelo presente permaneça, haverá a reafirmação do Estado enquanto reproduzidor e indutor à segregação socioespacial, a centralização da riqueza e a não organização comunitária, atendendo assim o grande capital e os interesses do jogo político, das forças produtivas e dos agentes hegemônicos detentores do poder.

Quando perguntados quem é o agente mais beneficiado com o turismo no município, todos os agentes que representam o Terceiro Setor afirmaram ser a classe empresarial e essa mesma visão foi compartilhada pelo representante por E2 e E10: “A parte empresarial leva vantagem sobre isso, porque arrecada mais, ganha mais, né? Tanto é que vêm pessoas de fora trabalhar aqui, muita gente que vem de outros municípios trabalhar aqui”. (E2).

Na concepção das Secretarias Municipais, da ABREST e da Associação dos Hotéis Roteiro de Charme, o principal beneficiado é o próprio município, porém alguns fizeram uma ressalva que todos da cadeia produtiva são beneficiados:

[...] o município é muito beneficiado, mas em termos de comércio, eu percebo que quem, o que mais se dá bem com o turismo aqui dentro são os mercados, é incrível aqui, as pessoas pensam que são os hotéis, as pousadas, mas de todos os comércios e principalmente os grandes comércios de Natal, os grande o MAKRO, o ATACADÃO, SAMS, UVIFRIOS, esses que são os grandes fornecedores e os daqui também, esses é que se dão melhor com o turismo. [...] o cara que vende a ...sei lá, linha de pescar ou qualquer comerciozinho paralelo ou outra coisa, acha que não tem nada haver com o turismo, não percebe que ele só sobrevive com aquilo por causa do... passou do segundo, terceiro e quarto grau, eles já... imagina, muitas vezes condenam, mas não conseguem visualizar, então é. (E4)

[...] se a roda gira ou se o barco anda, anda pra todo mundo, porque tá todo mundo dentro do barco, se o barco afunda, afunda pra todo mundo, se o barco anda todo mundo anda porque tá todo mundo a bordo, então a instituição toda, o desenvolvimento econômico de um lugar, de um destino turístico de um país, é normal que beneficie todo mundo. (E1, grifo da autora)

Eu acho que o poder público. Porque é quem arrecada, ou seja é um sócio desleal, não coloca nada, só arrecada. Ele não tá muito preocupado, ele só tá preocupado em saber se você pagou ou não pagou o imposto, mas o que ele te dá em troca? [...] eu acho que poderia ser melhor a segurança pública, eu acho que poderia ser melhor a saúde pública, acho que poderia ser melhor a educação, e tudo isso deixa a desejar pelo potencial que tem isso aqui devia ser tratado de outra forma. (E13).

Outro agente lembrado por um dos entrevistados foi os turista, para o presidente da E3, esse agente é quem mais se beneficia com a atividade:

(Longa pausa) **Na verdade, quem é o mais beneficiado é o turista que tem o prazer de visitar esse lugar que é diferente de tudo que é lugar, esse lugar aqui é diferente, não é um lugar comum, não tem um lugar como esse. [...]. Se isso não quer dizer que a economia não rode, que o empreendedor não se beneficie, que o poder público não arrecade, não quer dizer que tudo isso acontece, economicamente falando o benefício é distribuído de pé a ponta na sociedade, e é muito capilar.** O turismo, bem que tu sabes, gera um manancial de mão-de-obra, então você tem aqui emprego e renda advindo do município se, essa, esse emprego e essa renda gera riquezas nos segundos estágios, terceiro, quarto estágio é uma verdade, claro que gera, e se o poder público arrecada muito com essa atividade, claro que arrecada, cabe a nós sociedade fazer com que a aplicação desses recursos traga benefícios, traga retorno para o conjunto da sociedade, se isso não houver, uma parte dos benefícios criados pela atividade turística é disperso. (E3, grifo da autora)

Apesar de lembrado pela maioria dos entrevistados para o desenvolvimento da atividade é necessário que todos os agentes se beneficiem, sendo fundamental o diálogo e a confiança entre esses agentes, como abordam os seguintes entrevistados: “É necessário que tantos os empresários quanto à parte governamental, inclua e se aproxime das pessoas que são daqui para poder fazer as políticas administrativas melhor, entendeu?” (E2) e “ O que tá faltando agora é gerir o turismo em harmonia, né? A sociedade, o empresário e o poder público”. (E9) E embora os entrevistados percebam essa necessidade, a prática se apresenta muito distante.

4.1.4 Implicações Socioespaciais

A reterritorialização pelo turismo intensificou a segregação socioespacial à proporção que a atividade se expandiu. No século XX, Pipa possuía duas ruas, a de Cima – atual Avenida dos Golfinhos – e a de Baixo – da Beira Mar, segundo Costa (2002, p.14) “as casas eram feitas de madeira, as paredes arrojadas de palhas de coqueiro, quanto ao telhado era coberto com as mesmas palhas; algumas tinham cama

de vara, umas de colchão de palhas de bananeiras”. Porém com a intensificação da atividade turística, os nativos começaram a vender suas propriedades e se adentrar para a Mata, promovendo uma expansão urbana, crescimento desordenado e construção em áreas ambientalmente frágeis, buscando atender a demanda turística e a reprodução ampliada do capital, conforme se retrata nas figuras 12 e 13.



Figura 12 – Rua das Gameleiras na proximidade da Avenida da Baía dos Golfinhos
Fonte: Salete Gonçalves, 2009



Figura 13 – Continuação da Rua das Gameleiras no sentido periférico de Pipa
Fonte: Salete Gonçalves, 2009

A lógica do turismo reflete nas formas das distintas construções, sendo perceptível observar aquilo que é produzido para local do que é para o visitante, a Rua Principal de Pipa tornou-se uma área segregada, econômica e culturalmente distinta no contexto do distrito e do próprio município, contrastando com o resto da cidade, ressignificando-a:

a Baía dos Golfinhos é o local onde se aglomerava mais pessoas da Pipa, hoje virou um centro comercial, existem pouquíssimas pessoas, se não me falha a memória, **duas ou três pessoas nativas que reside ali**, sofrendo resistência para vender, e ali o centro findou um centro comercial, então as pessoas foram saindo e foram criando uma nova Pipa, então depois da Baía dos Golfinhos a Pipa cresceu extraordinariamente lá pra trás, as pessoas tinham terra e foram vendendo suas terras aqui. (E2).

Nesse processo de transformação novos objetos são inseridos no município como pousadas, hotéis, bares e restaurantes, bem como velhos objetos são ressignificados (SANTOS, 2002). As ações também sofrem mudanças nesse sentido o lugar da moradia foi substituído por ares comerciais, da troca, do outro, permanecendo poucos nativos residindo no local, essa visão é ratificada por E10, que complementa que além da mudança espacial houve também transformações no estilo de vida, influenciados também pelos agentes exógenos que se inseriram em Tibau do Sul, “A rua principal virou um ponto comercial muito grande, [...] por conta disso aí as pessoas vão

se afastando, vão construindo mais afastado pra poder alugar seus pontos, venderem e **ter um outra forma de vida também, diferente do que tinham antes**". (E10, grifo da autora)

Nessa venda das residências e terrenos para os *outsiders*, segundo E4, alguns fizeram bons negócios, “aqueles que foram orientados por pessoas de fora pra não cair na ganância do dinheiro momentâneo, sabendo que isso tá sendo supervalorizado”, mas a maioria não soube administrar o lucro adquirido. Destacando-se na fala que, apenas só tiveram êxito aqueles que receberam auxílio dos de fora, colocando em xeque a capacidade administrativa dos nativos. O mesmo entrevistado reforça que:

Alguns fizeram bons negócios, porque venderam terrenos pequenos aqui e compraram terrenos enormes atrás e agora esses terrenos enormes eles tão, eles vão dividindo e vão vendendo e na verdade ficam ricos momentaneamente, nem todos têm noção de investimentos de reinvestir esse dinheiro, eles ficam ricos e depois ficam pobres, eles [es]tão rico[s] vendem e... rico que eu digo, rico no conceito daqui, do dinheiro deles, porque não é assim... mas é uma forma que eles fazem e o que tava acontecendo é que eles tavam vendendo e indo pro fundo, que é isso é um processo já conhecido em várias praias, lugarejos como Pipa, como aqui e qualquer outro no Brasil. (E4).

A questão da orientação para o uso do dinheiro adquirido também foi levantado pelo representante de E2, “alguns souberam usufruir pegaram o seu dinheiro, construíram suas casas, botaram alguns comércios, outros não, ... não usaram de forma correta o que venderam e hoje passa por situação difícil”. O agente E6 aponta que os nativos sofreram as consequências por não conhecerem o valor e o poder do dinheiro e foram “vendendo e dando, na verdade dando porque, uma coisa é valores irrisórios, e eles foram jogados e estão sendo jogados ainda pra mata onde eles estão invadindo a nossa mata atlântica, né?”

Esse processo de mobilidade não foi apenas espacial, mas também social conforme apresentado no item Dimensão Sociocultural. Uma preocupação do poder privado é que esse deslocamento espacial acabou fazendo com que os nativos comessem a invadir a Mata, e como consequência foi criado uma Unidade de Conservação Parque Estadual da Mata, criando uma área de amortecimento, que diminuiu a taxa de ocupação da Mata (E4).

A venda desenfreada das casas e terrenos para os *outsiders*, segundo E7 acabou gerando um sentimento de descontentamento para os pipenses:

[...] muitos venderam por mixaria, dinheiro muito pouco, agora muitos tão sem família e estão arrependidos, né, e 50% desse comércio na rua principal é só de gente de fora. Não tem mais de nativo nenhum, o único nativo que tem algum comércio aqui é os barraqueiros que tão querendo tirar. (E7).

Para E1, com a explosão do turismo, inicialmente formado por um perfil de turista mais elitizado e com a vinda de migrantes em busca de qualidade de vida e abrir um negócio para se sustentar, houve concomitantemente uma expulsão, marginalização dos nativos – para ele o termo nativo soa como um palavrão –, que foram morar nas faixas mais longes do centro. Visão partilhada pelos representantes do poder público e da comunidade local.

Alguns já pescaram aqui do centro, por causa de todo esse processo de ocupação, som, poluição, né? E eles acabaram indo mais pra dentro da mata, venderam, muitos venderam. Isso aqui era tudo deles, venderam tudo, pegaram o dinheiro e construíram alguma coisa, [...], é meio ruim, mas ninguém vai ficarno meio desse barulho, dessa zoadá, do carro passando, eles ficam melhor lá, que é um espaço mais natural, que tem mais verde. (E12).

O mesmo conceito de expulsão foi dado por E11, que afirmou que “a população foi praticamente expulsa das áreas mais próximas das praias, né? [...] a população nativa teve que se afastar, acontece isso em Pipa, aconteceu em Tibau com menor frequência”. O preço do solo está muito elevado e segundo o Secretário “então quem é daqui tem que comprar mais distante do centro, mais distante da praia, então fica nas proximidades daqui a oito quilômetros, dez quilômetros, que é onde você vai comprar por um preço acessível para a comunidade nativa” (E11), referindo-se a sede municipal.

A valorização fundiária e o surgimento das novas residências, segundo E8 fez com que as pessoas diminuíssem o vínculo social, trazendo implicações a sociabilidade da população local e de sua identidade.

Antes moravam todos próximos, como a origem de uma aldeia, uma coisa assim, e **no turismo, as pessoas foram se afastando**, então hoje é até difícil, agente às vezes, agente passa muito tempo sem ver uma pessoa que agente via todo dia ou semanalmente, que até porque a pessoa não mora mais mesmo no lugar, já gerou isso aí. (E8, grifo da autora).

O nativo, ele tá... **não se sabe mais onde tá o nativo**, na verdade. Ele construiu sua casa por trás das casas principais, mora em beco, mora em... em quase que favela, [...] houve uma favelização do nativo porque construiu muito mal quatinhos, e casas e foram de outras e também hoje eles estão indo mais pra zona rural, tão saindo do centro, porque quem ainda tem terreno tá conseguindo ir mais pra longe e aí você já num sabe mais onde eles moram, **num tem mais aquela referência que tinha antes**. (E9, grifo da autora).

Corroborando com essa realidade, Hasbaert (1997, p.258) afirma que:

Na maioria das vezes, porém, a desterritorialização ocorre fragmentando os indivíduos, tanto pelo fato de desconectá-los em relação ao espaço-natureza, destruindo seus marcos culturais de identidade, quanto pelo fato de atingir desigualmente e desarticular as dimensões econômica, política e cultural, fragilizando os movimentos sociais e tornando muito mais ambíguas as relações entre grupos e territórios (HASBAERT, 1997, p. 258).

Sendo assim, a perda do território, não foi apenas do ponto de vista de delimitações espaciais, mas levou a perda da identidade, das relações e convívios sociais. O turismo avançou de tal forma, que é difícil encontrar o nativo dentro do próprio distrito de Pipa.

Uma visão contraditória ao sentido da expulsão dos nativos para a zona rural foi levantada por um dos agentes, porém mais uma vez impregnada de preconceitos.

Acontece assim, a valorização dos espaços, por exemplo, dessa avenida que era toda residencial no passado gerou um fluxo para o interior do município, morar aqui traz menos qualidade de vida do que morar lá, a sempre um preconceito em relação a isso, instituído no inconsciente coletivo. **Porque eles saíram daqui? Aqui não é o melhor lugar pra morar, eles tão morando no sítio, as casas cresceram, ficaram varandadas, ficaram ótimas** e eram uma casa de vila construída pelo governo e era doada, eram de taipas e foram substituídas por uma casa de porta e janela, um imóvel e hoje esse imóvel tá alugado ou foi vendido, **quê que acontece com essa mobilidade? Transferiu qualidade de vida para o nativo e gera uma renda, que todas as famílias antigas desse município vive de renda,** ninguém aqui nesse município que é nativo em condições menos boas do que era, [...] diria assim melhorou muito, o fato de ele ter se mudado daqui e ido pro interior é visto de forma preconceituosa, **como se ele tivesse sido jogado, quando lá a residência é muito melhor,** quando o gringo que não quer morar aqui, compra um terreno vizinho dele e faz uma casa junto dele e se amanhã eles se mudarem de novo pra um outro local **é por puro interesse econômico** e a visão que ele tem de mundo, não é porque ele está sendo expulso, nem impossibilitado de dividir o lugar que mora com outras pessoas, não é nada disso, há estruturas fantásticas de moradia de nativo e é muito comum, hoje nenhum nativo vende nada aqui, é tudo alugado, e é uma renda, as pessoas aqui vivem todas de renda (risos), é verdade, é uma riqueza, [...] **se ele não tem condições culturais de fazer um bom uso, esse não é o problema do conjunto da sociedade, é um problema individual dele,** essa é a minha visão. (E3, grifo da autora)

O entrevistado retrata que a ida dos nativos para as áreas mais periféricas do distrito foi algo de livre escolha e tenta distorcer a forma como se deu o processo de territorialização, apresentando de forma harmônica, linear e gerador de várias benesses

para os locais, e se porventura o residente não soube aproveitar a oportunidade foi por incompetência dele e sua pobreza intelectual.

Apesar desses conflitos, a reterritorialidade promoveu melhoria nas condições de moradia, uma vez que, “as pessoas viviam em casas de taipa passaram a viver numa casa melhor, entendeu, mas eu não sei se essas pessoas hoje, eles estão contente onde eles residem hoje, sabe” (E2).

A segregação socioespacial também é observada nos ambientes de lazer, em Pipa apresenta-se muito bem definida: de um lado, têm-se as falésias e seus passeios de barcos, a boate, as barracas reestruturadas e adaptadas para o turismo; do outro lado, tem-se a praça, quadra poliesportiva e a praia.

O espaço de lazer lembrado por unanimidade dos entrevistados foi a praia, por se tratar de um espaço público e por se tratar de um município litorâneo, além disso, é de fácil acesso e gratuito. Além da praia foram citados com mais frequência a praça, a quadra poliesportiva, campo de futebol, a piscina semiolímpica, a boate – apesar de ser um espaço privado – e a rua principal, com seus diversos bares, restaurantes e música ao ar livre. Uma menção também foi feita para o espaço de internet da ONG EDUCAPIPA, por E4.

Quando eu falo que a praia é o lazer, é porque todo o brasileiro que mora em beira de praia é o único lazer que tem. Nós não temos uma praça adequada pra lazer. Nós não temos nenhum espaço. Nada. Temos o *surf*, que é o nosso carro chefe, né? Ou se morar aqui, mas não tem, você olha pra um lado e pra outro, na verdade, eu não vejo. As pessoas vêm pra beira da praia pra tomar um banho, conversar e beber no final de semana, e às vezes na semana também. Não tem. O governo, ele não, não se preocupa em dar uma qualidade de vida melhor para os nossos, pra nossos nativos na verdade, porque nós temos bares aqui, clubes, como o *beach* clube aí, mas é só pra elite, pras pessoas que tem dinheiro, mas o nosso povo que é mais importante, ele não tá sendo visto, então ele não tem qualidade de nada pra lazer. (E6).

Dessa forma, sobre os espaços públicos foi colocado o problema da falta de qualidade, manutenção e animação dos espaços existentes. “Esse é o grande calo da questão é preciso ser melhor mantido e melhor administrado, aberto ao público sim, é porque as pessoas não usam e quando usam, usam de forma desordenada, até porque não tem um controle do poder público” (E2).

As quadras estão abandonadas, existe muita burocracia para a utilização desse equipamento específico do lazer, a estrutura é padronizada, gerando questionamentos por E12:

[...] dizem que a quadra não dá nem pra jogar vôlei, que o teto era baixo, entende, não mas isso era o projeto, aí quando você reclama, ah... porque o projeto é padrão.., o que? Um projeto ruim padrão? (risos) Pra ser padrão tem que ser um projeto bom, vamos copiar o que deu certo, mas copiar coisa ruim?

Tornando-se assim um espaço mal utilizado, conforme estudos de Araujo (2002) acabou não se tornando pró-ativo. Os termos utilizados por E10 foram “ginásio de esportes mal pra caramba” e “campo de futebol horrível”, conforme figuras 14 e 15.



Figura 14 – Complexo Esportivo de Pipa
Fonte: Salete Gonçalves, 2009



Figura 15 – Manutenção deficitária no Complexo Esportivo de Pipa
Fonte: Salete Gonçalves, 2009

Foi levantado ainda que apesar de haver poucas opções de lazer, o mesmo ainda é segmentado: “eu acho que falta muito lazer, tanto pros velhos, idosos não tem, você vê aquela pracinha ali e não tem, um lugar desse é feito só pro turista, tudo é pro turismo, é pousada, é restaurante, mas a comunidade é esquecida” (E12).

Também foi diagnosticada a falta de espaços culturais, para E13: “Não existe teatro, não existe cinema, não existe espaço cultural, tem a praça onde tem um trabalho belíssimo lá de leitura na praça que é focado pras crianças”.

Merece destaque ainda, fala de E5 sobre as opções de lazer da Pipa, do município de Tibau do Sul:

Pipa hoje, Tibau conta com diversos espaços de lazer, né, que é rapel, tirolesa, *sand board*, banana *boat*, *kite surf*, tem o caiaque, parapente, existem diversas atividades, opções de lazer, principalmente diurnas, tem arvorismo, então tem várias atividades, que o nativo não frequenta por questões econômicas, né, mas o turista consome. (E5).

A mesma identifica espaços de lazer que a maioria dos nativos não têm acesso, pelos custos elevados. Criando assim, novos desejos aos nativos. Atualmente, a prática de esportes de aventura tem sido um novo nicho de mercado, inclusive existe uma agência especializada nessa modalidade. Esse tipo de atividade acaba contribuindo para a exclusão social, elegendo partes do território para a sua prática e contribuindo para a privatização de trechos da Pipa.

A segregação socioespacial é forte e foi apontado pelos pesquisados que os locais comuns para os residentes e os turistas são a praça e a praia principal, pois existem diversos trechos do distrito de Pipa que são privatizados.

No caso da praia quando não é “propriedade privada”, torna-se o espaço mais frequentado por ser acessível financeiramente e fazer parte da cultura litorânea. Sobre a praia principal, a mesma encontra-se limpa e cristalina, está com balneabilidade favorável, sua beleza cênica é um atrativo e também é um lugar onde os residentes desenvolvem algumas práticas esportivas como vôlei, futebol e *surf*. Chama-se atenção para um reservatório de água que está sendo formado nas proximidades do trapiche pela água da chuva e uso ilegal por alguns comerciantes, o mau cheiro e o lodo estão proliferando, contribuindo para uma imagem negativa da praia, conforme ilustrado na figura 16.



Figura 16 – Reservatório de água próximo ao trapiche da praia principal da Pipa
Fonte: Salete Gonçalves, 2009

Representantes da comunidade já se posicionaram diante desse cenário, reivindicando uma intervenção do poder público, porém sem nenhum retorno: “mas você vê essa, essa bacia suja de água aí, que eu tou falando já desde que ela ficou permanente, não é por mim, mas é pelo turista, porque aqui é a entrada do turista, e ela já está fedendo, e sabe quantas vezes eles vieram olhar? Nenhuma” (E6).

O outro espaço levantado pelos entrevistados, foi a praça, que antes era o lugar do encontro dos nativos, com o reterritorialização pelo turismo passou a ser frequentada também pelos visitantes.

O único espaço que eu acho que eles ainda freqüentam e que ainda mistura, que mistura todo mundo é a praça, apesar de terem feito uma reforma, tinha uma televisãozinha na praça antigamente podiam até ter deixado essa televisãozinha lá, eu acho que botaram um telão lá que até é melhor que a televisão, mas não tá passando nada lá, em pleno verão, até pra dar toque pro turista, o lance do lixo, era um veículo muito bom, mas tá parado. (E12)

A mesma foi reformada, sofrendo diversas modificações estruturais, substituição da televisão pelo telão, nova vegetação – árvores não nativas descaracterizando o lugar, novos objetos – imagem do pescador e bancos de cimento.



Figura 17 – Praça principal de Pipa

Fonte: Salete Gonçalves, 2009

Segundo E8, E7, E10 e E6 não existem áreas de lazer comum para os turistas e os nativos, conforme retrata E8: “não tem área de lazer para **eles** e para **nós** da comunidade. Nesse aspecto aí, a comunidade acaba ficando para trás” (grifo da autora). Reforçando a separação entre os *insiders* e os *outsiders*.

A falta de gestão dos espaços de lazer, na opinião de E3 é fruto da má gestão do município: “Então há uma deficiência estrutural de todo os serviços públicos prestados aqui pela municipalidade, que compromete a qualidade do lazer e dos equipamentos existentes”.

No tocante a privatização de alguma área de lazer em Pipa provocada pelo desenvolvimento do turismo foi apontada, coincidentemente a praia, com ênfase na praia dos Afogados ou mais conhecida como Praia do Amor, que segundo E9:

A iniciativa privada praticamente tomou conta, entendeu, e eles não querem que tenha[m][sic] ambulante vendendo, eles dominam bem a praia lá, então é uma coisa que ficou bem pra o turista mesmo, porque vende a cadeira, o côco parece que custa R\$5,00, então, água mineral R\$5,00, então é uma coisa que o turista que paga, exclui o residente. (E9).

Além da praia do Amor, foi citado por E12 que o Chapadão era um lugar que a comunidade frequentava para desfrutar de momentos de ócio, mas que atualmente foi apropriado para o turismo e que a população não tem mais acesso:

[...] era um cartão postal, um lugar super diferente que todo mundo daqui ia pra lá, pra ver a lua, ver as estrelas, todo mundo ia pra lá, porque era um lugar especial, um lugar tranquilo, onde as pessoas iam de tarde, pra ver a lua nascer e aí hoje em dia tá lá cheio de construção, cheio de prédio, né, não se preocuparam muito com essa questão do patrimônio natural, aí agora tá tudo cheio de investidor lá, que trouxeram não sei quantos euros pra cá, pra investir e tá cada vez mais bagunça, agente só vê bagunça. (E12)

Embora haja essa apropriação do Chapadão, segundo E9 existem denúncias sobre o uso indevido dessa área e que embora o Patrimônio da União faça vistoria, muitos empreendimentos já estão “enraigados lá que fica difícil agente... que... aja uma outra mudança principalmente pelo o turismo que também precisa que exista isso, né, então fica aquela coisa assim... que agente num sabe bem como lidar, mas é meio complicado... (risos)”. (E9).



Figura 18 – Baía dos Golfinhos - Pipa

Fonte: Yves Guerra, 2008

O poder público investigado apresentou-se um pouco confuso sobre a questão da privatização de alguma área distrital, em diálogo paralelo com dois secretários municipais retirou-se o fragmento abaixo:

Não aconteceu isso não, né? De o turismo ter desestruturado ou tirado do local uma área que era nossa? Não. Há, há umas restrições, mas há muita briga entre o poder público com o privado com relação a isso, mas acredito que o poder público tá levando vantagem, até porque se neguinho agora fizer uma escada aí, ele de tanto em tantos metro, isso já está pleiteado em Lei, pelo Projeto Orla, que administra a orla, ele tem que deixar espaço físico, espaço público, mas nem todas as escadas aqui são públicas, eu acho. Nesse município como é? (questiona para o outro secretário) Todas as escadas nesse município desses hotéis são públicas? (questiona novamente para o outro secretário) É pra ser, pela Lei é pra ser. São não (responde o outro secretário), ainda tem restrições, né? (E8).

O diálogo apresenta desconhecimento da apropriação do solo de Pipa e deflagra uma falta de fiscalização do poder público. Reforça mais uma vez a disputa entre o poder privado e o poder público e a privatização de algumas aéreas que impedem o direito de ir e vir dos cidadãos.

Essa limitação de passagem em determinadas áreas também foi levantada por outro entrevistado:

[...] a parte da vegetação da Pipa era toda pública, você podia atravessar, passar por dentro de uma mata, sem nenhum controle, hoje o negócio tá tudo privatizado, hoje pra você passar precisa pedir licença, tem lá um vigia, tem lá um rottweiler pastorando, então infelizmente isso aconteceu. Hoje os espaços públicos, a praia também teve isso, é pública é claro, mas em alguns setores ela tá sendo privatizada com algumas coisas, fazendo daquele espaço dele. Não tô dizendo que não podia ter, porque você vem pra Pipa e passear na Orla e não ter um suporte pra você tomar uma água de coco ou algo parecido, isso é inaceitável, tem que ter uma parada, onde você possa ter tá caminhando chegar lá tomar sua aguinha é pra ter, mas de forma controlada, mas da forma que tá aí, **onde as pessoas tão querendo fazer uso daquilo privativo, é o que tá acontecendo**. E muitas vezes agente tem dificuldade como vereador de fazer isso porque como vereador agente só pode legislar, denunciar e fiscalizar, quem tem poder de fazer isso é o executivo, ele tem o poder de controlar a vida administrativa do município de tomar medida, de inibir que isso aconteça e agente sempre alerta com projeto, com requerimentos mostrando mas...**quem tem o poder de fazer, as vezes fica omissso** e aqui eu não vou jogar crítica, porque não é culpa de um ou de outro, é culpa do colegiado total, e agente é preocupante, porque todo dia acontece algo diferente, acontece algo diferente e as pessoas que tem o poder de fazer isso e as pessoas dizem você vereador não pode, posso, posso denunciando, legislando, mostrando, eu não tenho a capacidade de pegar um policial e chegar ali, olhe embargue essa barraca, quem tem poder de fazer isso é a parte executiva. (E2, grifo da autora).

Observou-se que, com o avanço do turismo houve o fortalecimento de novos agentes e enfraquecimentos do poder local, e que essas transformações podem ser observadas no território e nas novas territorialidades.

PARA CONTINUAR JOGANDO

A territorialização advinda do turismo, tal como o jogo não é em si mesma nem boa nem má, mas trata-se de um processo gerador de mudanças nas dimensões econômicas, socioculturais e políticas nos territórios onde se apropria.

O município de Tibau do Sul, por estar situado em área litorânea, tem como segmento predominante o sol & mar, destacando suas belezas naturais. Com o advento do século XXI, novos nichos de mercado vêm sendo explorados, dentre eles o turismo de elite, o turismo de aventura e o turismo de segunda residência. Dessa forma, assumi-se como um destino que se autossustenta, por possuir uma adequada infraestrutura turística, contando com uma diversidade de meios de hospedagem e equipamentos de Alimentos & Bebidas, e tendo Natal, a capital potiguar, como sendo apenas seu portão de entrada.

A transformação de Tibau do Sul, e mais intensamente Pipa, de território pesqueiro em destino turístico internacional está sendo conflituosa, perpassando por momentos de tensão, compensação, contraste, variação, união e desunião, variando entre os extremos da frivolidade e do êxtase, e em algumas ocasiões, absorvendo inteiramente os agentes produtores do espaço turístico.

Com a expansão do turismo, o território reconfigurou-se, atraindo migrantes, investidores e até o poder público federal – com a inserção do município como um dos sessenta e cinco destinos indutores do Brasil. A ação desses novos agentes materializa-se no espaço, refletindo na segregação socioespacial.

Essas transformações começam a interferir no processo de segunda residência, que até meados do século XX tratava-se de pessoas que moravam na capital ou municípios vizinhos, e a partir do século XXI, reconfiguram-se com um modelo exógeno, apresentando-se como condomínios de alto padrão, para um público predominantemente de fora do estado potiguar e estrangeiros.

A atuação do Poder Público, do Mercado, da Comunidade Local e do Terceiro Setor por vezes divergentes, faz com que eles se apresentem como rivais, sendo incapazes de realizar um diálogo amigável após cada rodada do jogo, isto é após uma reunião de Conselho, uma tomada de decisão ou uma Audiência Pública. O desrespeito as regras – como construções em áreas ambientalmente frágeis e desvalorização da cultura local – tem como consequência “estragar” o próprio jogo, ou seja, acelerar o ciclo de vida do destino turístico, incorrendo no seu declínio.

Diante dessa realidade, as relações geradas a partir da reterritorialização do turismo no campo de estudo investigado, produziram o predomínio dos interesses privados diante dos interesses da comunidade. As desconexões entre os agentes geraram especulação imobiliária; perda da capacidade dos nativos de se auto-organizarem, na medida em que acabaram sendo direcionadas pelos interesses dos agentes exógenos; fortalecendo os agentes de mercado, contribuindo para o processo de desterritorialização, que passaram a acontecer através da nova organização dos fluxos e fixos – ocupação desordenada do território, inserção de novos ofícios, mobilidade de pessoas, capital, mercadorias, idéias, cultura, valores e informações; tendo como consequência a ressignificação do sistema de objetos e de ações.

Do ponto de vista econômico passou-se de uma atividade mais territorializante que é a pesca para uma atividade mais desterritorializante que é o turismo. Essa sobreposição interfere no processo de formação do novo território, atribuído ao turismo e a vinda dos migrantes em seu confronto com as atividades tradicionais locais, como pesca e a agricultura de subsistência realizada pelos nativos.

A complexidade desse processo faz com que gradativamente áreas próximas a Pipa venham sendo incorporadas pela turistificação, principalmente Simbaúma, a sede municipal de Tibau Sul e Cabeceiras. Além da expansão do turismo nos municípios limítrofes como Baía Formosa e Canguaretama.

No âmbito sociocultural, além da perda do território geográfico, há a perda de identidade, da memória do lugar, o que nem sempre é uma simples decorrência da maior mobilidade física. Observou-se que os *insiders* não resguardaram a sua cultura tradicional, suas danças, músicas e costumes foram substituídos pela modernidade e gostos dos migrantes e turistas, que embora não tenham sido objeto de investigação, também influenciam na dimensão sociocultural.

Mediante esses acontecimentos, a comunidade nativa inseriu-se na atividade turística como mão-de-obra, sem muitos questionamentos frente a tal atividade ou capacidade de organização, as ações nesse âmbito partiram mais dos novos residentes do que precisamente dos locais, resultando na baixa participação da comunidade na gestão municipal. Observou-se que os nativos já foram subordinados a lógica dos agentes privados, mas cabe uma ressalva ao questionar se o silêncio deles não se trata de uma sutil forma de resistência.

Considera-se ainda que, apesar da (des) reterritorialização nas dimensões econômicas e socioculturais em Tibau do Sul, seu cerne é verificado do ponto de vista

político, na relação entre o Empresariado – marcado predominantemente por *outsiders* que possuem negócios em Pipa – e o Poder Público local – integralmente composto por *insiders* que atuam na sede municipal, que até então, além de deterem o poder político também detinham o poder econômico.

O poder privado atuante no município é formado, em sua maioria, por agentes vindos de outros estados brasileiros e países, que assumiram o controle do ponto de vista econômico como sendo proprietários dos principais equipamentos turísticos e os responsáveis pela divulgação e promoção do destino. Nesse âmbito, o poder público por depender do capital do Mercado, assume um papel conivente com a ação do segundo, mostrando-se apático frente ao processo de territorialização turística, dessa forma contribuindo para o fortalecimento da iniciativa privada. Vale ressaltar que essa omissão não é favorável para o desenvolvimento do turismo e a pouca atuação do poder público contribui para a aceleração dos problemas no destino e o seu fim, pois é fundamental para o êxito de uma destinação turística a parceria entre o governo e o empresariado.

A influência do Mercado na economia local expandiu-se na busca por melhorias na infraestrutura de apoio por parte do poder público, na capacidade de auto-organização e participação nos Conselhos, culminando aos fins de 2009, quando conseguiram indicar e colocar no poder político a Secretária de Turismo Municipal, uma *outsider* e empresária, buscando apontar alguém que atendesse aos interesses da iniciativa privada.

Nesse contexto, o poder público local como forma de retaliação e resistência ao avanço dos *outsiders* no campo político, mostra-se contrário a criação de uma subprefeitura em Pipa e nomeação de políticos migrantes, dessa forma o principal conflito no destino, não emerge na relação entre a comunidade local e os empresários, mas com a elite política do município que vai de encontro com os *outsiders*, na medida em que sente o seu poder ameaçado por essa nova elite econômica que se impera e avança para o campo político.

Desse modo, tem-se um paradoxo, pois embora o poder público local seja contrário à inserção dos *outsiders* no campo político, não se dispõe a entrar em confronto na dimensão econômica, uma vez que dependem do Mercado para os investimentos no setor do turismo, que é a principal atividade econômica do município.

Corroborando com a criação de novas territorialidades, o Poder Público de Tibau do Sul oportuniza investimentos em seu território, não fiscaliza as obras, libera

licenças ambientais em áreas proibidas, omite-se dos problemas municipais, não incentiva a cultura local; já o poder privado contribui quando compra os terrenos dos nativos implicando a mobilidade dos mesmos, quando constrói em áreas impróprias, criando um novo modelo econômico e turístico, bem como com a vinda de migrantes, que sobrepõe novos valores e culturas a localidade.

Diante desse cenário, o migrante assume um importante papel no processo de reterritorialização, sendo agente produtor e consumidor do espaço. Seu olhar diante do lugar é diferenciado, pois geralmente são possuidores de melhores condições financeiras e tiveram maiores oportunidades de acesso à educação formal, que elegeram não só um lugar para morar, mas como trabalhar numa atividade que lhe garantissem prazer. Ao se estabelecerem no destino, em sua maioria tornaram-se empresários do turismo, como proprietários de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e similares, esses agentes vêm contribuindo para que o turismo reterritorialize Tibau do Sul e fazem com que esse processo atraia cada vez mais novos turistas, podendo inclusive contribuir com o aumento do fluxo migratório, uma vez que, muitos vieram anteriormente como turista, e posteriormente fixaram moradia.

Frente a essas contradições, pode-se observar que se trata de um encontro de “diferentes mundos” ou mentalidades que, confrontam-se em múltiplas esferas de vida e da organização do território, sendo assim, mais uma vez fazendo-se uma alusão ao jogo, a reterritorialização possui uma realidade autônoma, assumindo em cada destino um formato próprio, que embora tenham as mesmas regras e os mesmos agentes (Poder Público, Poder Privado, Comunidade Local e Turistas) dependem da sorte e da incerteza promovida pelo lançamento dos dados, remetendo-se aos fatores climáticos, desastres naturais, guerras e crises econômicas que orientarão o futuro do jogo e dependeram da estratégia de cada um deles.

Sendo assim, o jogo da reterritorialização deve ser jogado seguindo uma lógica mais de cooperação do que de rivalidade, pois quando se joga cooperativamente, cada jogador é responsável por contribuir com o resultado bem-sucedido e assim cada um torna-se corresponsável e coparticipante, e todos fazem parte do grupo.

Nesse contexto, entende-se Tibau do Sul como um campo de investigação, que perpassa por processos dialéticos de (des)(re)territorialização, nos quais ficam perceptíveis as contradições resultantes dos conflitos de poder existentes na localidade. Pode-se observar passado e presente, simbolicamente representados no território, na relação Nativo/Turista, Lapinha/*Techno*, Comércio informal/*Boulevards*, *Outsiders*/

Insiders, Residente nativo/Residente migrante, Ruas de barro/ Rota do sol, Casas de pescadores/ Hotéis e Praça/Boate. Isso significa que não se pode simplificar a questão dentro da lógica econômica, pois ela é muito ampla, envolvendo elementos políticos, culturais e simbólicos complexos. O processo de (des) reterritorialização atribuído principalmente os *outsiders* (turismo) é muito mais complexo do que as interpretações econômicas apresentam.

Para futuras pesquisas, cabe aprofundar a discussão entre a influência do fluxo migratório e o processo de turistificação dos destinos; como se processa a miscigenação entre os nativos e os migrantes; e a questão do turismo de segunda residência, temas intimamente vinculados ao processo de (des) reterritorialização nesse município potiguar.

Finalmente, compreender o territorialização pelo turismo é analisar suas dimensões econômica, sociocultural e política, remetendo-se à complexidade das relações entre os agentes produtores do espaço. Acredita-se que a reterritorialização pode ser capaz de produzir territorialidades contextualizadas à cultura, à história, à economia e à política local, entendendo que a participação ativa dos nativos vai contribuir para um processo menos perverso, uma vez que essa tem sido uma das faces vividas pela população de Tibau do Sul. Finaliza-se, evidenciando que este momento não se constitui um fim, mas uma pausa para uma retroalimentação teórico-empírica acerca da territorialização pelo turismo, a qual se espera ter dado uma contribuição e, que no futuro possa-se dar continuidade a esse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992
- ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.
- ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti. **Uma viagem insólita: de um território pesqueiro a um “paraíso” turístico – Pipa/RN**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal: UFRN, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção turismo).
- BARRETTO, Margarita e BANDUCCI JR, Álvaro. (Org). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 3 ed. Campinas. São Paulo, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 3 ed. São Paulo: Senac. 2000.
- BRASIL. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: Tibau do Sul**. FGV: Brasília, 2007.
- _____. **Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007)**. Brasília, 2003.
- _____. **Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas (2007-2010)**. Brasília, 2007.
- _____. **Dados do município de Tibau do Sul**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=613351775&Tick=1269437096120&VAR_FUNCAO=Ser_TemasNiv%28133%2C5%29&Mod=R. Acesso em 10 mar 2010.
- BONALUME, Cláudia Regina. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, Ademir e COSTA, Lamartine Pereira da. (Org). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

CAVALCANTI, Keila Brandão. **Estado e política de turismo: o caso da Via Costeira da cidade de Natal**. 1993. 279 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate á pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. (Org). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: ABDR, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

COSTA, Leopoldina Marinho da. **Passos da minha vida: memórias**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

CROTTS, J. C.; BUHALIS, D.; MARCH, R. **Introduction: global alliances in tourism and hospitality management**. Tourism Management. University of Surrey Year, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia; SABINO, André Luiz; MOLINA, Fábio Silveira e CHAGAS, Rodolfo Pereira das. **Geografias do Turismo de lugares a pseudo lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas: Alínea, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

FREITAS, Claudio e MELO, Luciana. **Festival Gastronômico da Pipa mostra maturidade nessa quinta edição**. Disponível em: http://festivalgastronomicodapipa.com/v02/concurso_resumo.php. Acesso em 16 jun 2009.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Competitividade Turística e Racionalidade Espacial do Litoral Potiguar. In: **Globalização e marginalidade. O Rio Grande do Norte em Foco**. Natal: EDUFRN, 2008.

_____. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24. ed. Org. e Trad. de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2007.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GASTAL, Susana e MOESCH, Marustschka Martini. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GEIGER, Pedro P. **Turismo e Espacialidade**. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

GERTH, H.H. MILLS, C. W. **Max Weber: ensaios de sociologia**. 5.ed. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GONÇALVES, Salete e MORITZ, Tatiana. **Redes de Cooperação na Agricultura Familiar: uma possibilidade de turismo rural no Assentamento Timbó/RN**. In: Anais do X Seminário Internacional de Turismo. Curitiba, 2008.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição e SILVA, Maria José Ramos da. **Migração, crescimento econômico e qualidade de vida em Natal/RN**. In: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. 01 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-68.htm>. Acesso em: 24 fev 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAGUETTE, Tereza M. F. **Metodologias qualitativas em sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Rethinking collaboration and partnership: a public policy perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, New Zealand, v. 7, n. 3-4, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. **Dados do município de Tibau do Sul**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 06 abr 2009.

IDEMA. **Perfil do seu município. Tibau do Sul**. Disponível em: http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/envia_dos/perfil_t.asp. Acesso em: 09 mar 2009.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEBRUN, Gèrard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

MARCONI, M. A, LAKATOS E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARINHO, Francisco Fernandes. **Literatura da praia da Pipa**. Natal: [s.n.], 2007.

MARINHO, Maria Segunda. **Minhas oitenta primaveras**: memórias. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3 ed. São Paulo, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MOESCH, Marustchka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Turismo e Lazer: conteúdos de uma única questão. In: Marcellino, N.C. (Org.). **Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte**. Campinas: Papirus, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MTE. **Perfil do município de Tibau do Sul**. Disponível em: http://perfildomunicipio.caged.com.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=rn. Acesso em 04 mar 2010.

NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

NEVES, B. A. de C. Patrimônio Cultural e Identidade. In: MARTINS, J. C. O. (org.) **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Rocca, 2003.

OMT. **Guia do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Educando educadores em turismo**. Universidade Politécnica de Valencia, 1995.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

_____. O problema epistemológico no turismo: uma discussão teórica. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi e PANOSSO NETTO, Alexandre. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. **Filosofía del turismo: Una propuesta epistemológica**. Estud. perspect. tur. [online]. oct./dic. 2007, vol.16, no.4 [citado 25 Marzo 2009], p.389-402. Disponível em: www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322007000400001&lng=es&nrm=iso . ISSN 1851-1732. Acesso em: 02 mar 2009.

PANOSSO NETTO, Alexandre e LOHMANN, Guilherme. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. Ática: São Paulo, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **Cultura**. Revista do Brasil, ed. especial, 1986. Disponível em: http://www.fundar.org.br/darcy_cultura_full.htm . Acesso em: 05 abr. 2009

RITCHIE, J. R. B.; CROUCH, G. I. *The competitive destination: a sustainability perspective*. **Tourism Management**, n. 21, p. 1-7, 2000.

RODRIGUES, Adyr A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: _____. (Org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. (Org). **Turismo. Modernidade. Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, Doris Van. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1999.

SACK, Robert David. *Human Territorially: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (Tradução de páginas isoladas).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEBRAE/RN. **Identificação de oportunidades de negócios do litoral sul**. Natal: SEBRAE/RN, 2000.

SETUR/RN. **Estatística de Turismo no RN**. Disponível em: http://www.brasil-natal.com.br/setur_estatisticas.php. Acesso em 23 fev 2010.

SOLER, Reinaldo. **Jogos Cooperativos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

TIBAU DO SUL. **Plano Diretor Participativo**. 2007

TRIGO, Luis Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas: Papirus, 1998.

TRINDADE, Tiago Cantalice da Silva. **“Dando um banho de carinho!”- Os caças-gringas e as interações afetivo-sexuais em contextos de viagem turística (Pipa-RN)**. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE: 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatório de pesquisa em administração**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WAINBERG, Jacques A. **Turismo e comunicação: a indústria da diferença**. São Paulo: Contexto, 2003.

WTO – *World Tourism Organization. Indicators to Measure Sustainable Development Tourism. 7th International Forum on Tourism Statistic, 2004*. Disponível em: www.tourismforumsb.se/papers/PapersSelected//SD/Paper37WTO/StockholmIndicatorJune04.doc. Acesso em: 05 de maio de 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COMUNIDADE LOCAL

Prezado Senhor,

Essa Pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de territorialização desencadeado pelo desenvolvimento do turismo em Tibau do Sul/RN, observando suas implicações econômicas, socioculturais e políticas para a sociedade local. Para tanto foi desenvolvido o presente Instrumento de Pesquisa.

Nós, os responsáveis por esta iniciativa, desde já manifestamos nosso mais profundo agradecimento a todos os Políticos, Empresários, Gestores, Educadores e Cidadãos, que se dispuseram a responder à nossa Pesquisa, tornando assim o cenário mais real, enriquecendo nossa análise.

Os resultados finais, devidamente tabulados, serão colocados à disposição das Entidades participantes desta Pesquisa.

Desde já, agradecemos a vossa colaboração.

Atenciosamente,

Saete Gonçalves

Mestranda em Turismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Entidade/Instituição: _____

Data: ____/____/2009

Entrevistado: _____

I – INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Profissão: _____
2. Ocupações: _____
3. Nível de instrução/ Formação Acadêmica: _____
4. Naturalidade/ Nacionalidade: _____
5. Local de residência: _____
6. Tempo de ocupação no cargo atual: _____

II – GESTÃO DA COMUNIDADE

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

1. Trace um breve histórico da Instituição (data de fundação, quantos diretores, associados, de onde são esses moradores, identificar os distritos/comunidades), perfil dos associados (profissão, comunidade a qual pertence, renda salarial, grau de instrução e sexo) e localização;
2. Quais são as principais ações e reivindicações dos associados?

LAZER

3. Quais são as principais práticas e espaços de lazer dos residentes de Tibau do Sul?
4. Como o senhor avalia os espaços de lazer em Tibau do Sul?
5. O senhor deixou de frequentar algum espaço de lazer, depois da apropriação do turismo? Em caso afirmativo, qual e como você se sente em relação a tal fato?
6. O senhor considera que o desenvolvimento da atividade turística acarretou a privatização de alguma área de lazer na cidade? Identifique-a.
7. Quais as praias de Tibau do Sul que você frequentava antes da intensificação da atividade turística e quais as praias de Tibau do Sul que você frequenta hoje?
8. Você deixou de frequentar alguma praia de Tibau do Sul, na medida em que a mesma passou a ser frequentada pelos turistas? Por quê? Na sua opinião, o que deveria ser feito para que você voltasse a frequentá-las novamente?

MORADIA

9. Como ocorreu o processo de mobilidade da população residente, a partir da intensificação do turismo?
 - Local de moradia antes e agora;
 - Valorização fundiária (quais as áreas onde o preço do solo é mais alto);
 - Dotação de infra-estrutura (quais áreas possuem saneamento, água tratada, entre outros).

TURISMO

10. Como o senhor avalia a inserção da comunidade na atividade turística?
11. O turismo melhorou as condições de vida dos moradores de sua localidade?
12. Como o senhor identifica a relação entre residente nativo e o residente migrante?
13. Em sua opinião, o desenvolvimento da atividade turística tem sido satisfatório para o conjunto de residentes? Enumere os aspectos positivos e negativos que o turismo proporcionou para o conjunto de residentes de Tibau do Sul.

- O turismo influencia a prostituição em sua localidade?
 - O turismo influencia o consumo de drogas em sua localidade?
 - O turismo influencia no aumento da violência em sua localidade?
 - O turismo contribui para o aumento dos problemas ambientais de sua localidade (poluição, desmatamento, etc.)?
14. Como o senhor, enquanto Entidade, tem se manifestado diante dos problemas que a atividade turística tem causado na cidade, como: prostituição, violência, poluição, etc?
 15. Quem é mais beneficiado pela atividade turística local? Por quê?
 16. Você se sente incomodado com a atividade turística e com os turistas que visitam a sua localidade?
 17. Qual a principal influência do turismo na mudança de valores de Tibau do Sul? Descreva essas mudanças.
 18. O turismo influencia a gastronomia em sua localidade? Como?
 19. O turismo influencia o modo de se vestir da população? Como?
 20. O turismo influencia nas práticas de lazer dos residentes em Tibau do Sul? Como?
 21. Com o advento do turismo houve mudanças nos hábitos de consumo dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
 22. Com o advento do turismo houve mudanças nos costumes dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
 23. Com o advento do turismo houve mudanças na linguagem dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
 24. Quais as principais influências dos migrantes (nacionais e estrangeiros) no município de Tibau do Sul?

III – RELAÇÃO ENTRE RESIDENTES E O *TRADE* TURÍSTICO

1. Como o senhor percebe o investimento do poder privado no turismo de Tibau do Sul?
2. Quais ações são desenvolvidas pelas empresas turísticas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população residente?
3. Quais as principais funções geradas pelas empresas turísticas que absorvem as pessoas da comunidade local?
4. As empresas turísticas instaladas no Município compram produtos à comunidade local? Se sim, quais são esses produtos?

5. Como o senhor percebe a relação entre os empresários locais e os empresários de fora (poder privado local e o poder privado exógeno)?

IV – RELAÇÃO ENTRE RESIDENTES E O PODER PÚBLICO

1. A participação dos moradores nas discussões e decisões nas questões sobre a atividade turística da localidade se dá de que forma?
2. Como o senhor avalia a participação da comunidade em Conselhos Turísticos, em conjunto com o Poder Público?
3. Como o senhor percebe o investimento do Poder Público no turismo de Tibau do Sul?
4. Quais ações que o poder público já desenvolveu na sua localidade para promover a inserção da comunidade na atividade turística? (Qualificação das pessoas, Geração de empregos, Atração de investimentos, Criação de linhas de financiamento, Incentivo ao empreendedorismo, Estímulo e criação de Conselhos, Cooperativas ou Associações)
5. O poder público (municipal e/ou estadual) consulta as pessoas da comunidade antes de realizar alguma obra de infra-estrutura ou ação comunitária? Em caso afirmativo, como isso acontece?
6. O senhor conhece o trabalho realizado pelas Secretaria Municipal e Secretaria Estadual de Turismo em sua localidade? Em caso afirmativo, como o senhor avalia?
7. Como o senhor observa a relação entre o poder público e o trade turístico local? Ela é conflituosa ou harmônica?
8. O que o senhor pensa sobre o projeto de Lei 379/08 que trata da criação de uma administração distrital para a praia da Pipa? É de interesse da população a emancipação de Pipa? Por quê?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – TERCEIRO SETOR

Prezado Senhor,

Essa Pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de territorialização desencadeado pelo desenvolvimento do turismo em Tibau do Sul/RN, observando suas implicações econômicas, socioculturais e políticas para a sociedade local. Para tanto foi desenvolvido o presente Instrumento de Pesquisa.

Nós, os responsáveis por esta iniciativa, desde já manifestamos nosso mais profundo agradecimento a todos os Políticos, Empresários, Gestores, Educadores e Cidadãos, que se dispuseram a responder à nossa Pesquisa, tornando assim o cenário mais real, enriquecendo nossa análise.

Os resultados finais, devidamente tabulados, serão colocados à disposição das Entidades participantes desta Pesquisa.

Desde já, agradecemos a vossa colaboração.

Atenciosamente,

Saete Gonçalves

Mestranda em Turismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Entidade/Instituição: _____

Data: ____/____/2009

Entrevistado: _____

I – INFORMAÇÕES PESSOAIS DO GESTOR

7. Profissão: _____

8. Ocupações: _____

9. Nível de instrução: _____

10. Formação Acadêmica: _____

11. Naturalidade/ Nacionalidade: _____

12. Local de residência: _____

13. Tempo de ocupação no cargo atual: _____

I – GESTÃO DA ONG

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

25. Trace um breve histórico da Instituição (data de fundação, quantos diretores, associados, de onde são esses moradores, identificar os distritos/comunidades), perfil dos associados (profissão, comunidade a qual pertence, renda salarial, grau de instrução e sexo) e localização;
26. Quais são as principais ações e reivindicações dos associados?

LAZER

1. Quais são as principais práticas e espaços de lazer dos residentes de Tibau do Sul?
2. Como o senhor avalia os espaços de lazer em Tibau do Sul?
3. O senhor considera que o desenvolvimento da atividade turística acarretou a privatização de alguma área de lazer na cidade? Identifique-a.
4. Existem áreas de lazer comuns para os residentes e turistas? Quais são elas?

MORADIA

27. Como ocorreu o processo de mobilidade da população residente, a partir da intensificação do turismo?
 - Local de moradia antes e agora;
 - Valorização fundiária (quais as áreas onde o preço do solo é mais alto);
 - Dotação de infra-estrutura (quais áreas possuem saneamento, água tratada, entre outros).

TURISMO

28. Como o senhor avalia a inserção da comunidade na atividade turística?
29. O turismo melhorou as condições de vida dos moradores de sua localidade?
30. Como o senhor identifica a relação entre residente nativo e o residente migrante?
31. Em sua opinião, o desenvolvimento da atividade turística tem sido satisfatório para o conjunto de residentes? Enumere os aspectos positivos e negativos que o turismo proporcionou para o conjunto de residentes de Tibau do Sul.
 - O turismo influencia a prostituição em sua localidade?
 - O turismo influencia o consumo de drogas em sua localidade?
 - O turismo influencia no aumento da violência em sua localidade?
 - O turismo contribui para o aumento dos problemas ambientais de sua localidade (poluição, desmatamento, etc.)?

32. Como o senhor, enquanto Entidade, tem se manifestado diante dos problemas que a atividade turística tem causado na cidade, como: prostituição, violência, poluição, etc?
33. Quem é mais beneficiado pela atividade turística local? Por quê?
34. Você se sente incomodado com a atividade turística e com os turistas que visitam a sua localidade?
35. Qual a principal influência do turismo na mudança de valores culturais de Tibau do Sul? Descreva essas mudanças.
36. O turismo influencia a gastronomia em sua localidade? Como?
37. O turismo influencia o modo de se vestir da população? Como?
38. O turismo influencia nas práticas de lazer dos residentes em Tibau do Sul? Como?
39. Com o advento do turismo houve mudanças nos hábitos de consumo dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
40. Com o advento do turismo houve mudanças nos costumes dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
41. Com o advento do turismo houve mudanças na linguagem dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
42. Quais as principais influências dos migrantes (nacionais e estrangeiros) no município de Tibau do Sul?

III – RELAÇÃO ENTRE AS ONG's E O TRADE TURÍSTICO

6. Como o senhor percebe o investimento do poder privado no turismo de Tibau do Sul?
7. Quais ações são desenvolvidas pelas empresas turísticas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população residente?
8. Quais as principais funções geradas pelas empresas turísticas que absorvem as pessoas da comunidade local?
9. As empresas turísticas instaladas no Município compram produtos à comunidade local? Se sim, quais são esses produtos?
10. Como o senhor percebe a relação entre os empresários locais e os empresários de fora (poder privado local e o poder privado exógeno)?

IV – RELAÇÃO ENTRE AS ONG's E O PODER PÚBLICO

9. A participação dos moradores nas discussões e decisões nas questões sobre a atividade turística da localidade se dá de que forma?
10. Como o senhor avalia a participação da comunidade em Conselhos Turísticos, em conjunto com o Poder Público?
11. Como o senhor percebe o investimento do Poder Público no turismo de Tibau do Sul?
12. Quais ações que o poder público já desenvolveu na sua localidade para promover a inserção da comunidade na atividade turística? (Qualificação das pessoas, Geração de empregos, Atração de investimentos, Criação de linhas de financiamento, Incentivo ao empreendedorismo, Estímulo e criação de Conselhos, Cooperativas ou Associações)
13. O poder público (municipal e/ou estadual) consulta as pessoas da comunidade antes de realizar alguma obra de infra-estrutura ou ação comunitária? Em caso afirmativo, como isso acontece?
14. O senhor conhece o trabalho realizado pelas Secretaria Municipal e Secretaria Estadual de Turismo em sua localidade? Em caso afirmativo, como o senhor avalia?
15. Como o senhor observa a relação entre o poder público e o trade turístico local? Ela é conflituosa ou harmônica?
16. O que o senhor pensa sobre o projeto de Lei 379/08 que trata da criação de uma administração distrital para a praia da Pipa? É de interesse da população a emancipação de Pipa? Por quê?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PODER PRIVADO

Prezado Senhor,

Essa Pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de territorialização desencadeado pelo desenvolvimento do turismo em Tibau do Sul/RN, observando suas implicações econômicas, socioculturais e políticas para a sociedade local. Para tanto foi desenvolvido o presente Instrumento de Pesquisa.

Nós, os responsáveis por esta iniciativa, desde já manifestamos nosso mais profundo agradecimento a todos os Políticos, Empresários, Gestores, Educadores e Cidadãos, que se dispuseram a responder à nossa Pesquisa, tornando assim o cenário mais real, enriquecendo nossa análise.

Os resultados finais, devidamente tabulados, serão colocados à disposição das Entidades participantes desta Pesquisa.

Desde já, agradecemos a vossa colaboração.

Atenciosamente,

Salete Gonçalves

Mestranda em Turismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Entidade/Instituição: _____

Data: ____/____/2009

Entrevistado: _____

I – INFORMAÇÕES PESSOAIS DO EMPRESÁRIO

14. Profissão: _____

15. Ocupações: _____

16. Nível de instrução/ Formação Acadêmica: _____

17. Naturalidade/ Nacionalidade: _____

18. Local de residência: _____

19. Tempo de ocupação no cargo atual: _____

II – GESTÃO DO *TRADE* TURÍSTICO

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

1. Trace um breve histórico da Instituição (data de fundação, quantos diretores, associados, de onde são esses associados), perfil dos associados (profissão, comunidade a qual pertence, renda salarial, grau de instrução e sexo) e localização.
2. Quais são as principais ações e reivindicações dos associados?

LAZER

3. Quais os espaços de lazer de Tibau do Sul que servem para as práticas de lazer da comunidade?
4. Existem áreas de lazer comuns para os residentes e turistas? Quais são elas?

MORADIA

5. Como ocorreu o processo de mobilidade da população residente, a partir da intensificação do turismo?
 - Local de moradia antes e agora;
 - Valorização fundiária (quais as áreas onde o preço do solo é mais alto);
 - Dotação de infra-estrutura (quais áreas possuem saneamento, água tratada, entre outros).

TURISMO

6. Como o senhor avalia a gestão do *trade* turístico em Tibau do Sul no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo?
7. Quais as principais empresas, grupos ou cadeias (nacionais ou internacionais) que atuam na atividade turística municipal?
8. Quais as principais ações direcionadas à atividade turística desenvolvidas pelos gestores do *trade* turístico?
9. De que forma o Poder Privado atua no planejamento e promoção da atividade turística local?
10. Quais as relações/ incentivos e oportunidades que fizeram o Senhor investir em Tibau do Sul, precisamente Pipa?
11. Como é a relação entre os empresários locais e os empresários migrantes (de outras cidades, estados e países)?
12. Em sua opinião, o desenvolvimento da atividade turística tem sido satisfatório para Tibau do Sul? Enumere os aspectos positivos e negativos que o turismo proporcionou para Tibau do Sul.

- O turismo influencia a prostituição em sua localidade?
 - O turismo influencia o consumo de drogas em sua localidade?
 - O turismo influencia no aumento da violência em sua localidade?
 - O turismo contribui para o aumento dos problemas ambientais de sua localidade (poluição, desmatamento, etc.)?
13. Como o Senhor, enquanto Entidade, tem se manifestado diante dos problemas que a atividade turística tem causado na cidade, como: consumo de drogas, prostituição, violência, poluição, etc?
 14. Qual a principal influência do turismo na mudança de valores de Tibau do Sul? Descreva essas mudanças.
 15. O turismo influencia a gastronomia em sua localidade? Como?
 16. O turismo influencia o modo de se vestir da população nativa? Como?
 17. O turismo influencia nas práticas de lazer dos residentes em Tibau do Sul? Como?
 18. Com o advento do turismo houve mudanças nos hábitos de consumo dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
 19. Com o advento do turismo houve mudanças nos costumes dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
 20. Com o advento do turismo houve mudanças na linguagem dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
 21. Quais as principais influências dos migrantes (nacionais e estrangeiros) no município de Tibau do Sul? (**instigar os entrevistados**).

III – RELAÇÃO *TRADE* TURÍSTICO – GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO

1. Como o senhor avalia a gestão pública local no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística?
2. De que forma, o senhor observa a atuação da Secretaria de Turismo no planejamento e promoção da atividade turística local?
3. Existem instrumentos de Gestão do Turismo que aproximem o Poder Público Local e os empresários do turismo? Quais são?
4. De que forma o Poder Público local procura estimular ou atrair investimentos turísticos para a localidade?

5. O Poder Público local desenvolve alguma ação específica para estimular os investimentos de pessoas da própria comunidade?
6. Como se dá a relação empresa turística – meio ambiente no município? Existem projetos integrados entre o poder público local e o *trade* turístico em prol do meio ambiente? Em caso afirmativo, quais são os projetos?
7. Quais as vantagens que a Gestão Municipal do Turismo/ Prefeitura oferece aos investidores turísticos exógenos e endógenos? São as mesmas vantagens? De que forma elas são implementadas?
8. Quais as principais reivindicações do *trade* turístico em relação às Políticas de Turismo?
9. O que o senhor pensa sobre o projeto de Lei 379/08, referente a criação de uma administração distrital para a praia da Pipa? Quais as implicações disso para o município? (Vantagens e desvantagens)
10. De que forma o Poder Privado participa na tomada de decisões na Gestão Municipal do Turismo?
11. O município possui Conselho Municipal de Turismo? Há participação ativa de entidades que representam o empresariado local?
12. Existe uma preocupação em se ter representantes do *trade* na Câmara Municipal? Como isso se processa?
13. Existem dificuldades na relação entre os empresários do segmento turístico de Pipa e o poder político local? Quais são elas?

IV – RELAÇÃO TRADE TURÍSTICO – COMUNIDADE LOCAL

1. De que forma, o senhor observa o envolvimento/ beneficiamento da comunidade com o turismo local?
2. Quais os instrumentos de gestão são fomentados pelo Poder Privado, visando à inclusão da comunidade local na atividade turística?
3. Quais ações são desenvolvidas pelas empresas turísticas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população residente?
4. De que forma a comunidade local é beneficiada pelas empresas que desenvolvem a atividade turística no município?
5. Quais as principais funções geradas pelas empresas turísticas que absorvem as pessoas da comunidade local?

6. As empresas turísticas instaladas no Município compram produtos à comunidade local? Se sim, quais são esses produtos?
7. Quem é mais beneficiado pela atividade turística local? Por quê?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PODER PÚBLICO LOCAL

Prezado Senhor,

Essa Pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de territorialização desencadeado pelo desenvolvimento do turismo em Tibau do Sul/RN, observando suas implicações econômicas, socioculturais e políticas para a sociedade local. Para tanto foi desenvolvido o presente Instrumento de Pesquisa.

Nós, os responsáveis por esta iniciativa, desde já manifestamos nosso mais profundo agradecimento a todos os Políticos, Empresários, Gestores, Educadores e Cidadãos, que se dispuseram a responder à nossa Pesquisa, tornando assim o cenário mais real, enriquecendo nossa análise.

Os resultados finais, devidamente tabulados, serão colocados à disposição das Entidades participantes desta Pesquisa.

Desde já, agradecemos a vossa colaboração.

Atenciosamente,

Salete Gonçalves

Mestranda em Turismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Data: ____/____/2009

Gestor Público: _____

I – INFORMAÇÕES PESSOAIS DO GESTOR PÚBLICO

20. Profissão: _____

21. Ocupações: _____

22. Nível de instrução/ Formação Acadêmica: _____

23. Naturalidade/ Nacionalidade: _____

24. Local de residência: _____

25. Tempo que reside no município: _____

26. Em que circunstâncias assumiu esse cargo: _____

27. Tempo de ocupação no cargo atual: _____

28. Cargos de gestão que assumiu neste município: _____

29. Tipo de vínculo profissional que possui junto à gestão pública local:

II – RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO MUNICIPAL E A COMUNIDADE LOCAL

LAZER

43. Quais os espaços de Tibau do Sul que servem para as práticas de lazer da comunidade? Como o senhor avalia esses espaços?

44. O senhor considera que o desenvolvimento da atividade turística acarretou a privatização de alguma área de lazer na cidade? Identifique-a.

45. Existem áreas de lazer comuns para os residentes e turistas? Quais são elas?

MORADIA

46. Como ocorreu o processo de mobilidade da população residente, a partir da intensificação do turismo?

- Local de moradia antes e agora;
- Valorização fundiária (quais as áreas onde o preço do solo é mais alto);
- Dotação de infra-estrutura (quais áreas possuem saneamento, água tratada, entre outros).

TURISMO

47. Como o senhor avalia a gestão pública local no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística e quais as suas principais ações?

48. O município possui documentos de gestão ligados diretamente ao setor de turismo (inventários turísticos, diagnósticos, plano municipal de turismo etc)? Quais são?

49. Qual é o modelo turístico existente no município? E de que forma o mesmo se materializa (ações, projetos, programas etc)?

50. De que forma a Secretaria de Turismo atua no planejamento e promoção da atividade turística local?

51. O que o senhor pensa sobre o projeto de Lei 379/08 que trata da criação de uma administração distrital para a praia da Pipa? Quais as implicações disso para o município? (Vantagens e desvantagens)

52. Como o senhor identifica a relação entre residente nativo e o residente migrante (nacional e estrangeiro)?

53. Em sua opinião, o desenvolvimento da atividade turística tem sido satisfatório para o conjunto de residentes? Enumere os aspectos positivos e negativos que o turismo proporcionou para o conjunto de residentes de Tibau do Sul.
- O turismo influencia a prostituição em sua localidade?
 - O turismo influencia o consumo de drogas em sua localidade?
 - O turismo influencia no aumento da violência em sua localidade?
 - O turismo contribui para o aumento dos problemas ambientais de sua localidade (poluição, desmatamento, etc.)?
54. Como o Senhor, enquanto representante político, tem se manifestado diante dos problemas que a atividade turística tem causado na cidade, como: prostituição, violência, poluição, etc?
55. Qual a principal influência do turismo na mudança de valores culturais de Tibau do Sul? Descreva essas mudanças.
56. O turismo influencia a gastronomia em sua localidade? Como?
57. O turismo influencia o modo de se vestir da população? Como?
58. O turismo influencia nas práticas de lazer dos residentes em Tibau do Sul? Como?
59. Com o advento do turismo houve mudanças nos hábitos de consumo dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
60. Com o advento do turismo houve mudanças nos costumes dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
61. Com o advento do turismo houve mudanças na linguagem dos moradores de Tibau do Sul? Em caso afirmativo, quais foram elas?
62. Quais as principais influências dos migrantes (nacionais e estrangeiros) no município de Tibau do Sul?
63. De que forma a comunidade local se insere, envolve e/ou se beneficia com o turismo local?
64. Quais os instrumentos de Gestão são fomentados pela Gestão Municipal, visando à inclusão da comunidade local na atividade turística?
65. A comunidade local participa de que forma na tomada de decisões na Gestão Municipal do Turismo?
66. O município possui Conselho Municipal de Turismo? Há participação ativa de entidades que representam a comunidade local e o empresariado local?

V – RELAÇÃO GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO – EMPRESARIADO LOCAL

67. Existem instrumentos de Gestão do Turismo que aproximem o Poder Público Local e os empresários do turismo? Quais são?
68. De que forma o poder público local procura estimular ou atrair investimentos turísticos para a localidade?
69. Quais as vantagens que a Gestão Municipal do Turismo/ Prefeitura oferece aos investidores turísticos exógenos e endógenos? São as mesmas vantagens? De que forma elas são implementadas?
70. O poder público local desenvolve alguma ação específica para estimular os investimentos de pessoas da própria comunidade?
71. Como se dá a relação empresa turística – meio ambiente no município? Existem projetos integrados entre o poder público local e o *trade* turístico em prol do meio ambiente? Quais são os projetos?
72. Quais as principais reivindicações do Trade turístico em relação as Políticas de Turismo?